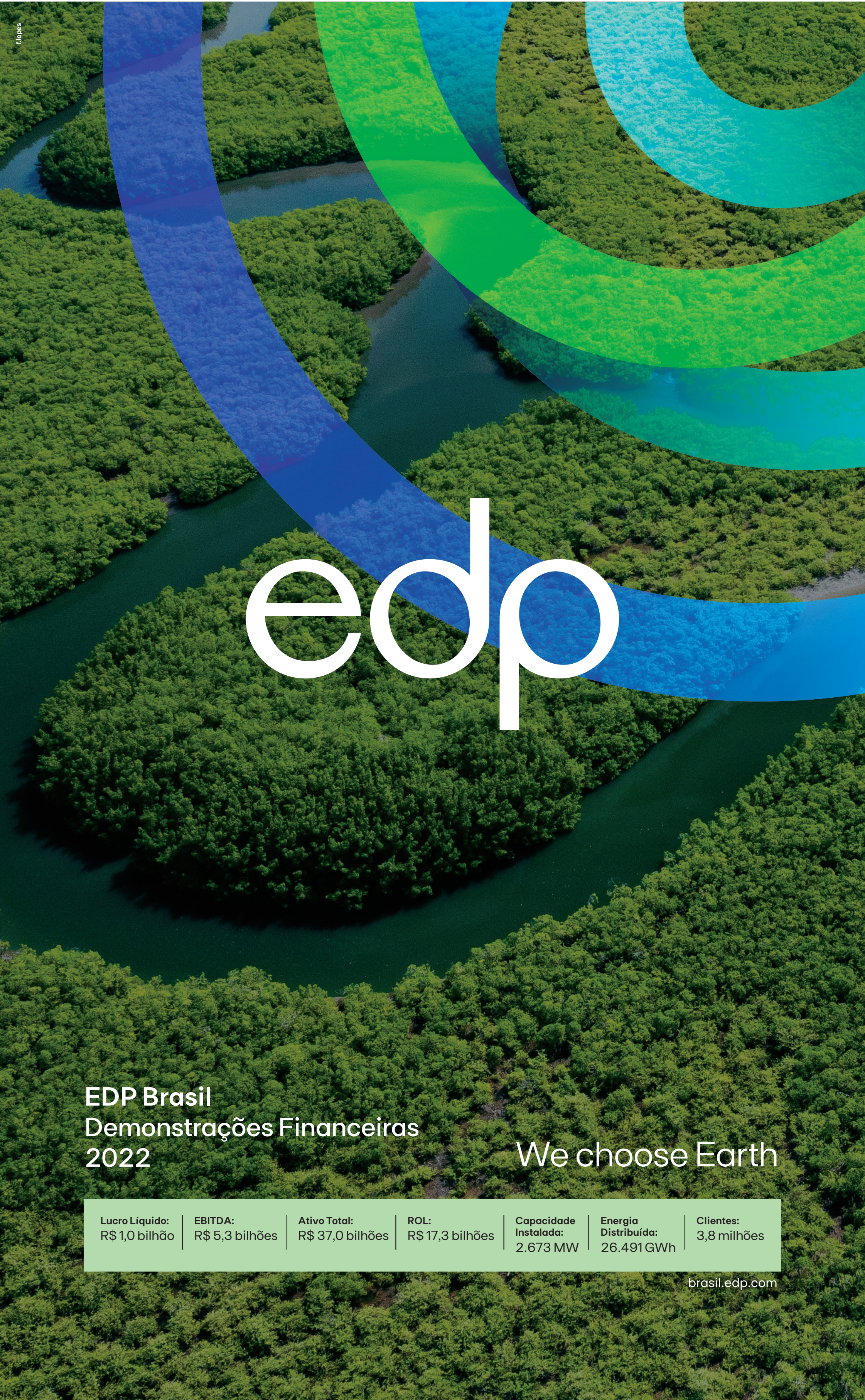




flopes

edp

EDP Brasil
Demonstrações Financeiras
2022

We choose Earth

Lucro Líquido: R\$ 1,0 bilhão	EBITDA: R\$ 5,3 bilhões	Ativo Total: R\$ 37,0 bilhões	ROL: R\$ 17,3 bilhões	Capacidade Instalada: 2.673 MW	Energia Distribuída: 26.491 GWh	Clientes: 3,8 milhões
----------------------------------	----------------------------	----------------------------------	--------------------------	-----------------------------------	------------------------------------	--------------------------

brasil.edp.com



IBRX100 B3

ITAG B3

ISEB3

ICO2 B3

Índice de Energia Elétrica IEE



EDP – Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ/MF nº 03.983.431/0001–03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

CARTA DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi marcado por conquistas importantes que culminaram na entrega de bons resultados e no excelente desempenho operacional dos negócios, mesmo em um cenário macroeconômico desafiador. O reflexo desse trabalho é a entrega de um EBITDA de R\$ 5,3 bilhões em 2022, que representa um aumento de R\$ 953 milhões em comparação à 2021, e Lucro Líquido de R\$ 1.021 milhões, que corrobora o crescimento sustentável da EDP Brasil nos últimos dois anos, uma vez que o incremento do EBITDA foi de 56% nesse período.

Este desempenho é resultado da construção diária dos negócios e da dedicação de todas as nossas equipes, dos quais tenho a oportunidade de destacar aqui algumas delas.

Segurança

A segurança de todas as nossas pessoas é inegociável. Ao longo dos últimos anos esse tema tem sido uma preocupação de todos, especialmente da gestão da companhia e dos fornecedores. Mas ainda temos que melhorar para que ao final de cada dia todos possam voltar para suas famílias sem acidentes. Cada evento de risco serve de aprendizado profundo para revisão dos processos e lições de como evitar concretamente que estes eventos voltem a acontecer. Para isso reforço sempre e conto com o esforço e engajamento de todos, seja interno seja dos nossos parceiros e fornecedores.

Eficiência operacional em Distribuição e Geração

Assim como em 2021, o ano que se encerra foi marcado pelo aumento dos investimentos no segmento de distribuição. Entre as alocações dos recursos, vale ressaltar o foco no reforço das linhas de distribuição, através de 10 novas subestações inauguradas, apenas em 2022, nas áreas de concessão da EDP SP e da EDP ES. O objetivo, para além do aumento da qualidade do fornecimento de energia, é atingir os valores de referência dos indicadores técnicos estabelecidos pelo regulador, meta esta já atendida para o índice de perdas da EDP ES, uma vez que desde agosto, a distribuidora passou a ficar abaixo do limite determinado para este indicador.

Adicionalmente, a conclusão do processo de revisão tarifária formalizou a posição da EDP ES com a menor glosa histórica de 0,18%, um valor que passou a ser referência para todo o setor, e que corrobora a eficiência e a capacidade técnica da Companhia. Tais resultados demonstram que os investimentos realizados foram determinantes para a melhor operação do ativo, assim como a capacidade da companhia em gerir de forma eficiente e responsável os seus investimentos.

O segmento de geração também foi marcado por entregas relevantes, entre elas o reconhecimento das usinas Enerpeixe e Lajeado, pela Aneel, como as duas melhores geradoras do país em 2022. Referente à meta de construirmos um portfólio de geração mais balanceado, concluímos em dezembro a venda de Mascarenhas, a fim de reduzirmos a exposição hídrica da Companhia.

Outro marco importante foi a produção da primeira molécula de hidrogênio verde da América Latina em Pecém, uma aposta da Companhia para proporcionar e acelerar a transição energética justa. Entretanto, não poderia deixar de mencionar a contabilização de uma imparidade no ativo. Dado que 2022 foi o primeiro ano em que Pecém poderia participar do leilão de reserva de capacidade, e uma vez que ele foi cancelado, a consideração dessas premissas no teste de imparidade resultou em um impacto no valor de R\$ 1,2 bilhão. A decisão da Companhia em fazer tal reconhecimento, neste momento, se baseia no fato de que a EDP Brasil sempre preza pela fiabilidade, prudência e transparência em todas as suas atividades.

Excelência na execução em Transmissão

O ano que se encerra foi marcado pela conclusão da aquisição da EDP Goiás em tempo recorde. Um processo de transição claro e coordenado, realizado em menos de 100 dias, permitiu a integração do ativo com os sistemas da Companhia, garantindo sinergias importantes e mais agilidade nos processos.

1. PERFIL CORPORATIVO

A EDP Energias do Brasil (“EDP Brasil”), controlada pela EDP Portugal (“Grupo EDP”), uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Trading, Transmissão, Clientes e Outros. No segmento de Geração, controla as operações de empreendimentos de fonte convencional (Usinas Hidroelétricas e Usina Termelétrica) em 5 estados do país (Mato Grosso, Tocantins, Ceará, Pará e Amapá) e detém 2,7 GW de capacidade instalada. No segmento de Distribuição, atua com duas distribuidoras nos estados de São Paulo e Espírito Santo, além de possuir participação de 29,90% no capital social da Celesc, em Santa Catarina. No segmento de Trading, negocia contratos de compra e venda de energia com clientes distribuídos em todo território nacional. No segmento de Transmissão, a Companhia iniciou sua atuação em 2016 e possui sete projetos, totalizando 2.714 km de extensão e nove subestações - sendo 2.199 km em operação e 515 km em fase de construção ou de licenciamento. No segmento de Clientes, atua por meio da EDP Smart, marca lançada em 2019 que reúne todo o portfólio de serviços oferecidos para clientes empresariais e residenciais, com soluções integradas nas áreas de comercialização no mercado livre, comercialização varejista, eficiência energética, energia solar, mobilidade elétrica e serviços para o consumidor final.

1.1 Alterações de Natureza Societária

Em 07 de dezembro, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social da Energest S.A. para a empresa VH HYDRO BRASIL HOLDING S.A.

2. IMPACTOS ECONÔMICOS E HIDROLÓGICOS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2022, a economia brasileira foi marcada pela instabilidade do cenário macroeconômico mundial, marcado pela guerra na Ucrânia, Inflação nos EUA e casos de COVID-19 na China; e nacional com as eleições para presidente pela retomada das atividades e pelo avanço da vacinação contra a pandemia da COVID 19. O Produto Interno Bruto (PIB)¹, que é soma dos bens e serviços finais produzidos no país, apresentou no acumulado até setembro, avançou de 3,2%, sendo a indústria (1,3%) e o setor de serviços (4,4%) registrado variação positiva, enquanto a agropecuária registrou variação negativa (1,5%).

Os temores causados pela guerra na Ucrânia, o surgimento de novas variantes do Coronavírus e o período eleitoral no Brasil, provocaram receios em relação a perspectiva futura do país e, como consequência, na possibilidade de possíveis mudanças relacionadas com as políticas econômicas, provocando redução do crescimento.

Neste contexto, a produção industrial² encerrou 2022 com recuo de 0,7%, com resultados negativos em 17 das 26 atividades analisadas que impactam o setor. As principais influências negativas no resultado da indústria foram registradas em função de: indústrias extrativas (-3,2%), produtos de metal (-9,0%), metalurgia (-5,0%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,7%) e produtos de borracha e de material plástico (-5,7%).

Em 2022, as reduções de tributos, a introdução de recursos extras na economia por meio da liberação de saque extraordinário do FGTS, a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas e a fixação da renda mínima (auxílio Brasil) em R\$ 600,0 influenciaram positivamente as atividades econômicas ligadas ao consumo familiar.

O comércio varejista³ avançou 1,1%, no acumulado até novembro. O principal destaque dentro do setor é segmento de combustíveis e lubrificantes (+16,0%), decorrente da redução de tributos implementada no segundo semestre. As atividades mais sensíveis à renda e associadas a itens de caráter essencial, como o varejo alimentício (+1,2%) e de farmácias (+7,0%), também apresentaram bons resultados. Já no segmento de móveis e eletrodomésticos (-7,5%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-8,4%), cuja demanda é mais sensível ao crédito e à confiança dos consumidores, o desempenho não foi positivo.

O setor de serviços⁴ avançou 8,5%, no acumulado até novembro, com crescimento em quatro das cinco atividades analisadas. Entre os setores, a contribuição mais importante foi o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+13,6%). Além disso, também contribuíram positivamente os serviços prestados às famílias (+25,8%), serviços profissionais, administrativos e complementares (+7,7%) e serviços de informação e comunicação (+3,7%). O único segmento que recuou no acumulado do ano foi o de outros serviços (-3,3%).

Nesta conjuntura, o mercado de trabalho brasileiro⁵ manteve trajetória positiva, marcado pela queda da taxa de desocupação e pela recuperação dos rendimentos. A taxa de desocupação foi de 8,1% no acumulado até novembro, sendo a menor desde abril de 2015. O rendimento médio real foi estimado em R\$ 2.787, aumento de 7,1%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1 Alterações Regulatórias

Após um ano de 2021 marcado por escassez hídrica, a agenda regulatória de 2022 teve como principais focos a garantia da segurança energética, a abertura de mercado e a transição energética. Dessa maneira, a agenda regulatória apresentou avanços em algumas medidas consideradas fundamentais para o setor, com destaque para:

(i) Lei nº 14.300/2022 - Micro e minigeração de Energia

Em 07 de janeiro de 2022 foi sancionada, com vetos, a Lei nº 14.300/2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída. Essa categoria permite e proporciona aos consumidores a possibilidade de produzirem a própria energia que utilizam, à partir de fontes renováveis, como; (i) hídrica, (ii) solar e (iii) eólica e outras.

O texto da lei descreve que microgeradores são aqueles que geram até 75 KW de energia através de fontes renováveis em suas unidades consumidoras. E que minigeradores são os que geram entre 75 KW e 10 MW, por meio de fontes renováveis.

A lei autoriza às unidades consumidoras atuais e às que registraram acesso nas distribuidoras durante o ano de 2022, continuação dos benefícios concedidos pela ANEEL por intermédio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica por mais 25 anos.

Desse modo, estabelece-se uma etapa de transição para a cobrança das tarifas. Até 2045, micro e minigeradores existentes pagarão os elementos da tarifa somente sobre a diferença, entre o consumo e a energia gerada, assim como já ocorre atualmente.

Além disso, a lei também cria o Programa de Energia Renovável Social, com o objetivo de financiar a instalação de fontes renováveis para consumidores de baixa renda.

(ii) Resolução CNPE nº 6/2022 - Programa Nacional do Hidrogênio

Em 4 de agosto de 2022 foi publicada a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que institui o Programa Nacional do Hidrogênio e estabelece a estrutura de governança do Programa.

A utilização do hidrogênio apresenta ainda significativos desafios para o mercado ao longo de toda a sua cadeia energética, como produção, transporte, armazenamento e consumo, refletindo na necessidade de um olhar estruturado em torno do desenvolvimento de mercado e da indústria. Dessa maneira, o Programa Nacional de Hidrogênio pretende desenvolver uma economia no Brasil em conformidade com as demais fontes da matriz energética.

De acordo com o artigo 1º da Resolução, o programa tem como objetivo; (i) consolidar o mercado de hidrogênio no Brasil, (ii) incluí-lo como um dos temas prioritários para o investimento de pesquisa; (iii) desenvolvimento e inovação; (iv) descarbonização da economia; (v) sinergia e articulação com outros países; (vi) liderança do Brasil no tema “Transição Energética”, e outros.

Deste modo, estas ações serão coordenadas e supervisionadas por um comitê gestor, um órgão interministerial, formado por representantes do Ministério de Minas e Energia (“MME”), Casa Civil da Presidência, Economia, Meio Ambiente, Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional, Educação, Agricultura e Secretaria de Assuntos Estratégicos, como também a participação da ANEEL, ANP e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”).

Adicionalmente, as reuniões irão ocorrer a cada três meses, podendo ser criado Câmaras Temáticas para debater e argumentar questões, a fim de promover o hidrogênio como um dos temas prioritários.

(iii) Portaria Normativa nº 50/GM/MME/2022 - Contratação de Energia Elétrica

Em 28 de setembro de 2022 foi publicada a Portaria Normativa nº 50/GM/MME/2022, definindo o limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores.

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), sendo o grupo A composto por: (i)UCs (unidades consumidoras) que recebem energia elétrica em tensão igual ou superior a 2,3 kV ou são atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição.

Geralmente se enquadram neste grupo as grandes indústrias e estabelecimentos comerciais de grande porte.

Ademais, os consumidores do Grupo A, com carga individual inferior a 500kW, também poderão optar pela compra de energia, desde que representados por agente varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

(iv) Portaria nº 709/GM/MME - Revisão de Garantia Física

Em 02 de dezembro de 2022 foi publicada a Portaria nº 709/GM/MME, com os valores revistos de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHES Despachadas Centralizadamente no SIN, com início de vigência em 1º de janeiro de 2023.

O método de revisão de garantia física fortalece a segurança do atendimento e das operações de comercialização de energia elétrica, a fim de: (i) preservar a estabilidade das regras; (ii) garantir a segurança do investimento privado; (iii) respeitar os contratos estabelecidos; (iv) proporcionar segurança jurídica regulatória, e (v) prover redução nas tarifas de energia ao consumidor.

Além disso, a portaria aprovou inclusive o Relatório Ordinária de Garantia Física de Energia das UHES despachadas centralizadamente no SIN, renovado pela EPE, e que seguem metodologias e critérios definidos pelo MME. O relatório especifica a contextualização, a metodologia e demais dados do cálculo da ROGf 2022 e, cumpre o regulamento geral que prevê a realização de revisão a cada cinco anos, com o designio de prover transparência, previsibilidade e segurança jurídica.

No caso de Revisões Extraordinárias, o conjunto de fatos relevantes segue o rito e a metodologia do MME

1 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Julho/setembro 2022.
2 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Brasil. Dezembro/2022
3 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio - Brasil. Novembro/2022
4 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IB. Pesquisa Mensal de Serviços - Brasil. Novembro/2022
5 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PNADC - Brasil. Novembro/2022

Uma das marcas registradas da EDP Brasil, concluímos também antecipadamente lotes relevantes do nosso portfólio, tais como, EDP Transmissão Aliança SC e EDP Transmissão SP-MG. A energização dessas linhas representa 90% da RAP total do portfólio, cuja antecipação reflete diretamente na geração de margem e valor aos nossos acionistas. Em relação a novos investimentos, nos sagramos vencedores do lote 2 do último leilão, ativo este que possui sinergia com o lote previamente adquirido em 2021 na região norte do país.

Foco no modelo EDP de Geração Solar Distribuída

Uma de nossas conquistas mais significativas do ano foi a validação do modelo EDP de Geração Solar Distribuída. Lançamos um novo produto, as fazendas solares de energia remota compartilhada, a fim de levar energia limpa e economia para pequenas e médias empresas. Com a rápida e positiva resposta do mercado iremos neste ano expandir as unidades produtoras e regiões atendidas. A meta é de, até 2025, chegarmos a 1 GW de geração solar no Brasil oferecendo soluções que contribuam para o controle das mudanças climáticas e que proporcionem mais eficiência e economia aos nossos clientes. Anunciamos, também, em parceria com a EDP Renováveis, um novo projeto fotovoltaico de larga escala, com capacidade de 255 MWac e previsão de iniciar a operação em 2024. Com essas ações, a EDP Brasil fechou o ano com 450MWac em seu portfólio.

Solidez Financeira

Em um cenário adverso de inflação e taxas de juros elevadas, a solidez financeira e a eficiência tornam-se princípios ainda mais necessários. A EDP Brasil manteve-se sempre focada em manter seus níveis financeiros adequados e de acordo com as políticas da Companhia. Fruto do trabalho e do comprometimento das nossas pessoas, demonstramos mais uma vez a nossa efetividade nessa área, com uma alavancagem equilibrada de 2,4x Dívida Líquida/EBITDA Adjustado.

Liderança em ESG

Por fim, mas não menos importante, o ano de 2022 refletiu, também, no fortalecimento da nossa cultura e do nosso compromisso com a sustentabilidade, algo que aplicamos diariamente em cada uma de nossas atividades e que apuramos através de um sistema interno de métricas. Pelo segundo ano consecutivo, lideramos o ranking de sustentabilidade do ISE na B3, com notas acima da média setorial em cinco dimensões, além de sermos benchmarking da carteira na dimensão Capital Humano.

Em Inclusão e Diversidade, outra agenda prioritária, avançamos com realizações significativas, como a formação das duas primeiras turmas da Escola de Elettricistas Afirmativa para Pessoas Trans, uma iniciativa pioneira no Brasil, além da adesão ao Movimento Salário Digno, que faz parte do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas). Diante de um cenário social desafiador, outra iniciativa que merece destaque é o Iluminando Oportunidades, ação que teve como objetivo dar oportunidades e proporcionar condições de formação e emprego a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Com tantos avanços e realizações, quero agradecer a cada uma das quase 12 mil pessoas que formam a EDP Brasil pelo seu comprometimento, dedicação e trabalho diário. Estou confiante de que 2023 será um ano ainda mais importante na história da Companhia e na concretização da nossa estratégia de crescimento, que tem sempre como base a sustentabilidade e a excelência.

Obrigado,
João Marques da Cruz

(v) Decreto nº 11.310/2022 - Segurança de Barragens

Em 27 de dezembro de 2022 foi publicado o Decreto nº 11.310/22 regulamentando dispositivos da Lei nº 12.334/10, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (“PNSB”). O decreto propõe o acompanhamento das ações de segurança para o controle de barragens que tem por finalidade diversas formas de uso, como por exemplo as direcionadas para a produção de energia.

Nesse sentido, entre as principais ações desse decreto está a criação de Comitê Interministerial de Segurança de Barragens. O Comitê ajuda a organizar a atuação dos órgãos federais e aperfeiçoar os processos de planejamento, execução e monitoramento de segurança de barragens e, por meio dele serão realizadas articulações de políticas públicas, com o foco voltado à segurança das 22 mil barragens cadastradas, segundo os dados da Agência Nacional de Águas (“ANA”).

O Decreto também dispõe sobre a exigência de caução, seguro, fiança e outras garantias e precauções para as barragens de geração de energia elétrica, preferencialmente para as barragens que se encontram em alerta. À vista disso, estabelece e regulamenta as atividades de fiscalização e de comunicação entre a defesa civil e órgãos ambientais, sendo imprescindível estudos para a delimitação da zona de autos salvamento.

4. RESULTADOS CONSOLIDADOS

Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022
Receita Líquida¹	1.338.909	1.390.778	9.139.651	3.314.744	1.160.232	4.400	552.635	-	(1.508.076)	15.393.273
Receita de Construção	-	-	1.541.530	-	446.090	-	-	-	-	1.987.620
Margem Construção	-	-	-	-	(93.238)	-	-	-	-	(93.238)
Gastos	(261.497)	(646.578)	(5.612.244)	(3.165.334)	-	-	(412.011)	-	1.497.327	(8.600.337)
Não-Generenciáveis	1.077.412	744.200	3.527.407	149.410	1.066.994	4.400	140.624	-	(10.749)	6.699.698
Margem Bruta	(1.335.552)	(72.749)	(3.045.730)	(25.966)	(544.823)	(181.162)	(115.684)	(10.101)	(478.402)	(5.810.169)
Gastos Generenciáveis⁵	(72.741)	(127.442)	(881.194)	(22.345)	(100.213)	(130.755)	(92.047)	(9.515)	21.905	(1.414.347)
PMSO	(1.461)	(223)	(205.176)	(443)	(1.282)	(3.457)	(409)	-	-	(212.451)
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	-	(994)	(113.584)	-	-	(29.415)	10.466	-	-	(133.527)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	326.252	-	-	-	326.252
EBITDA	1.003.210	615.541	2.327.453	126.622	965.499	167.025	58.634	(9.515)	11.156	5.265.625
Depreciação e Amortização	(176.587)	(1.028.853)	(304.246)	(3.178)	2.762	(17.535)	(33.694)	(586)	(500.307)	(2.062.224)
Resultado das Participações Societárias	58.642	-	-	18.621	-	842.448	-	135.329	(841.076)	213.964
Resultado Financeiro Líquido	(179.566)	(60.758)	(518.891)	(75.249)	(386.543)	27.112	(22.363)	(250.343)	-	(1.466.601)
IR e Contribuição Social	(188.078)	(177.764)	(418.574)	(11.062)	(156.896)	2.387	(14.025)	63.435	162.540	(738.037)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	517.621	(651.834)	1.085.742	55.754	424.822	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.212.727
Participações de Minoritários	(182.550)	-	-	-	(8.739)	-	-	-	-	(191.289)
Lucro Líquido do Exercício	335.071	(651.834)	1.085.742	55.754	416.083	1.021.437	(11.448)	(61.680)	(1.167.687)	1.021.438

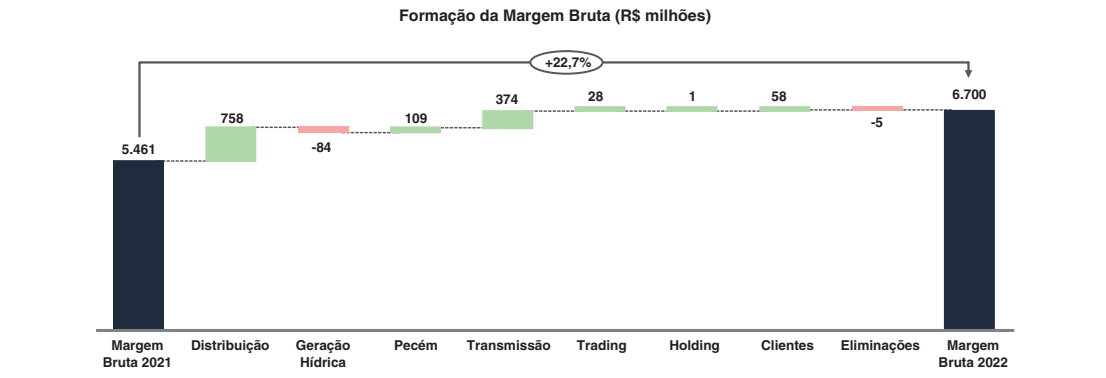
Itens em R\$ mil ou %	Geração Hídrica	Geração Térmica	Distribuição	Trading	Transmissão	Holding	Clientes ²	Outros ³	Eliminações	Consolidado ⁴
	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Receita Líquida¹	1.487.116	2.336.898	10.608.838	2.955.211	642.410	2.981	259.539	-	(1.620.507)	16.672.486
Receita de Construção	-	-	1.097.457	-	1.053.349	-	-	-	-	2.150.806
Margem Construção	-	-	-	-	50.862	-	-	-	-	50.862
Transmissoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	(325.318)	(1.702.116)	(7.838.933)	(2.833.989)	-	-	(177.307)	-	-	1.615.343
Não-Generenciáveis	1.161.798	634.782	2.769.905	121.222	693.272	2.981	82.232	-	(5.164)	5.461.028
Margem Bruta	(491.999)	(65.050)	(2.402.021)	(23.112)	(1.081.774)	(145.075)	(118.556)	(4.150)	(26.075)	(4.357.812)
Gastos Generenciáveis⁵	(71.108)	(131.996)	(793.886)	(24.733)	(28.180)	(119.798)	(60.062)	(4.150)	5.164	(1.228.749)
PMSO	(34.876)	(54.750)	(328.593)	(16.577)	(12.452)	(60.824)	(30.255)	(1.710)	-	(540.037)
Pessoal	(3.316)	(20.640)	(37.913)	(111)	(573)	(929)	(8.241)	-	-	(71.723)
Material	(25.680)	(48.465)	(366.950)	(6.519)	(13.717)	(46.389)	(16.610)	(2.404)	4.874	(521.860)
Serviços de terceiros	(7.236)	(8.141)	(60.430)	(1.526)	(1.438)	(11.656)	(4.956)	(36)	290	(95.129)
Outros	(1.006)	(141)	(169.679)	5.013	(8)	(868)	221	-	-	(166.468)
Provisões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	19	560	(67.153)	-	122	(6.843)	-	-	-	(73.295)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	-	-	-	320.556	-	-	-	320.556
EBITDA	1.089.703	503.205	1.739.187	101.502	665.206	196.028	22.391	(4.150)	-	4.313.072
Depreciação e Amortização	(169.933)	(183.444)	(273.846)	(3.392)	(359)	(17.566)	(58.715)	-	(31.239)	(738.494)
Resultado das Participações Societárias	5.601	-	-	(4.249)	-	2.051.098	-	114	(1.810.148)	242.416
Resultado Financeiro Líquido	(208.229)	(77.359)	(272.512)	(12.036)	(158.809)	(63.916)	(9.805)	1.083	1	(801.582)
IR e Contribuição Social	(193.792)	4.158	(301.744)	(21.853)	(140.908)	(5.806)	(4.105)	549	15.634	(647.867)
Lucro Líquido Antes de Minoritários	523.350	246.560	891.085	59.972	365.130	2.159.838	(50.234)	(2.404)	(1.825.752)	2.367.545
Participações de Minoritários	(198.730)	-	-	-	(8.977)	-	-	-	-	(207.707)
Lucro Líquido do Exercício	324.620	246.560	891.085	59.972	356.153	2.159.838	(50.234)	(2.404)	(1.825.752)	2.159.838

4.1 Margem Bruta

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2022	2021	Var
Receita Operacional Líquida	15.300.035	16.723.348	-8,5%
Gastos Não Gerenciaíveis	(8.600.337)	(11.262.320)	-23,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(6.916.376)	(8.834.330)	-21,7%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(1.290.764)	(1.238.798)	4,2%
Outros	(393.197)	(1.189.192)	-66,9%
Margem Bruta	6.699.698	5.461.028	22,7%

A Margem Bruta aumentou 22,7% no ano, decorrente de:

- (i) **Distribuição:** aumento de R\$ 757,5 milhões, decorrente do reajuste tarifário na EDP SP e do crescimento de mercado em ambas as distribuidoras. Entretanto, na EDP Espírito Santo (EDP ES) a queda de 2,2% na Margem reflete o efeito da Revisão Tarifária que impactou na Parcela B;
- (ii) **Transmissão:** aumento de R\$ 373,7 milhões, decorrente da incorporação da EDP Goiás ocorrida em fevereiro de 2022. Entretanto, esse aumento foi mitigado pelo efeito ocorrido no 4T21 quando foi contabilizado a totalidade dos reajustes tarifários dos lotes 7,11 e 24, que foram vendidos naquele período e tiveram seu closing realizado em dezembro de 2021. Além disso, também no 4T21, ocorreu a contabilização da totalidade da revisão tarifária da EDP Transmissão Litoral Sul, considerando seu período de concessão, conforme Interpretação do Ofício CVM nº 004/2020;
- (iii) **Hídrica:** redução de R\$ 84,4 milhões, em função do vencimento de contratos e de recontratação parcial a preços mais baixos na Enerpeixe e na Energest. Além disso, a melhora do cenário hidrológico e do nível dos reservatórios ocasionou redução dos preços no mercado spot;
- (iv) **Pecém:** aumento de R\$ 109,4 milhões, decorrente do reajuste anual dos contratos de venda por IPCA. Além disso, no 4T21 houve uma redução do valor recuperável relativo a marcação a mercado do estoque de carvão ocorrido naquele momento. Sem este efeito, a Margem Bruta ficaria estável;
- (v) **Trading:** aumento de R\$ 28,2 milhões, decorrente do aumento da volatilidade do mercado de compra e venda de energia, em função da melhora do cenário hidrológico, combinado com a redução do risco de crédito e da ampliação do volume transacionado; e
- (vi) **Clientes:** aumento de R\$ 58,4 milhões, decorre da entrada em operação dos projetos de energia fotovoltaica, além do aumento dos contratos estabelecidos da Varejista.



4.2 Gastos Gerenciaíveis

Em 2022, a Companhia manteve sua trajetória de eficiência e de gerenciamento de gastos, através de iniciativas de automatização e digitalização dos processos, iniciada desde a implementação da Orçamento Base Zero, ocorrida em 2015.

O ano foi marcado pelo retorno do crescimento econômico, refletindo na revisão dos contratos, na retomada dos projetos estruturantes e no aumento do quadro de funcionários, em função do crescimento das atividades operacionais da Companhia. Os Gastos Gerenciaíveis foram impactados, principalmente, pelo aumento na remuneração dos colaboradores, resultante dos reajustes salariais⁶ ocorridos em novembro de 2021 e de 2022, pelas ações de combate ao consumo irregular e pelos maiores gastos relacionados a manutenções e alugueis. Nesse sentido, através de uma gestão assertiva de custos, o PMSO recorrente aumentou 6,7%, abaixo da inflação do período (IPCA: 7,9%)⁷.

Em relação aos gastos não recorrentes, os principais fatores que impactaram os Gastos Gerenciaíveis referem-se ao aumento de posições de headcount e serviços para investimentos em novos negócios, fomentando a estratégia da Companhia em manter crescimento e investimentos em ativos de transmissão, a incorporação da EDP Goiás em fevereiro de 2022, além da participação em leilões de transmissão para aquisição de novos ativos. Além disso, os gastos não recorrentes aumentaram em função da intensificação em projetos de energia solar, reforçando o compromisso da EDP de ampliar sua participação nesse segmento.

A Companhia tem como objetivo se consolidar como uma empresa 100% digital, e em função disso possui como estratégia investir em projetos estruturantes avançados em plataformas digitais, modernização de aplicações, estratégia de Cloud e em cibersegurança, que irão incorrer despesas e investimentos futuros. Esses investimentos permitem o uso eficaz e eficiente das novas tecnologias, simplificando e automatizando os processos de negócio, aumentando a produtividade.

Quadro contábil conforme DFs:

Itens em R\$ Mil ou %	Consolidado		
	2022	2021	Var
Pessoal	(650.782)	(540.037)	20,5%
Material	(70.531)	(71.723)	-1,7%
Serviços de Terceiros	(583.685)	(521.860)	11,8%
Provisões	(212.451)	(166.468)	27,6%
Outros	(109.349)	(95.129)	14,9%
Total PMSO com Provisões	(1.626.798)	(1.395.217)	16,6%
Total PMSO (excluindo Provisões)	(1.414.347)	(1.228.749)	15,1%
Ganhos e Perdas na Desativação e Alienação de Bens	(133.527)	(73.295)	82,2%
Custo com Construção da Infraestrutura	(1.987.620)	(2.150.806)	-7,6%
Depreciação e Amortização	(2.062.224)	(738.494)	179,2%
Gastos Gerenciaíveis	(5.810.169)	(4.357.812)	33,3%

	2022	2021	Var
PMSO	(1.414.347)	(1.228.749)	15,1%
Contabilização do IFRS 16 (alugueis)	(29.279)	(25.237)	16,0%
Novos Negócios	168.890	67.033	152,0%
Custos com Receita Associada	17.603	17.284	1,8%
Outros: Revisão Tarifária - Lote Q	-	(1.480)	-100,0%
Estudos de Leilões e M&A	7.962		n.d.
PMSO recorrente	(1.249.171)	(1.171.150)	6,7%

Nota: Novos negócios contempla Transmissão, EDP Varejista, EDP Ventures, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Pessoal	(544.691)	(499.366)	9,1%
Material	(68.138)	(62.619)	8,8%
Serviços de Terceiros	(525.548)	(496.816)	5,8%
Outros	(110.796)	(112.349)	-1,4%
Total PMSO	(1.249.172)	(1.171.150)	6,7%

O quadro abaixo reflete o PMSO, excluindo os efeitos não recorrentes. O custo com receita associada refere-se a projetos de energia Solar (EDP Smart) na modalidade de arrendamento. Para este segmento, cabe ressaltar que a Companhia alterou sua estratégia de negócio, prevendo maior atuação no segmento de geração solar compartilhada, enquadrada na modalidade de arrendamento operacional, ao invés da geração distribuída remota, enquadrada na modalidade de arrendamento financeiro.

Os principais itens que influenciaram no aumento de PMSO no ano foram:

- (i) **Pessoal** - aumento de 9,1% (+R\$ 45,3 milhões) decorrente do reajuste anual de remuneração, conforme acordo coletivo realizado em novembro de 2021 e 2022, além do maior número de horas extras e aumento das despesas com assistência médica;
- (ii) **Material** - aumento de 8,8% (+R\$ 5,5 milhões), decorrente de maiores gastos com veículos nas distribuidoras, além de aquisições de EPI's e materiais de manutenção e reparo;
- (iii) **Serviços de Terceiros** - aumento de 5,8% (+R\$ 28,7 milhões) decorrente de maiores gastos com ações de combate à inadimplência e inspeções de combate à fraude nas distribuidoras. Além disso, houve aumento dos gastos relacionados a viagens e com serviços de consultoria, publicidade e propaganda e maiores gastos com mão de obra contratada e serviços de manutenção nas distribuidoras e nas hídricas; e
- (iv) **Outros** - redução de 1,4% (-R\$ 1,6 milhão) reflexo da redução dos gastos de logística.

Na conta de **Provisões**, a rubrica de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, foi impactada pela reversão parcial da multa relacionada ao auto de infração na EDP SP, contabilizada em sua totalidade no terceiro trimestre. A rubrica de PECLD apresentou aumento de 18,2% no ano, conforme detalhado no capítulo de distribuição.

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens**, aumentou R\$ 60,2 milhões, reflexo da maior ocorrência de substituição de redes nas distribuidoras e do aumento da ativação de bens, além de estudos com projetos de M&A e leilões.

A conta de **Depreciação e Amortização** aumentou R\$ 1,3 milhão, decorrente principalmente da contabilização do impairment de Pecém, no montante de R\$ 1,2 bilhão, conforme mencionado nos Eventos Relevantes.

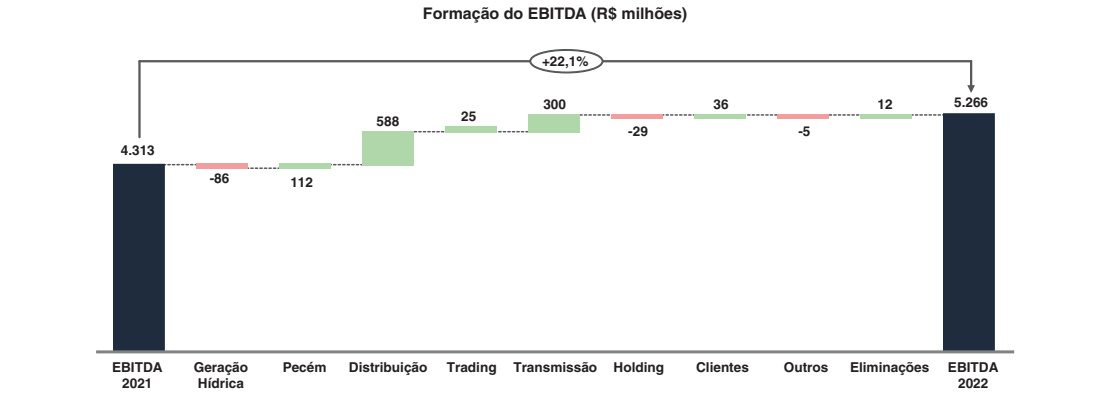
4.3 Resultado das Participações Societárias

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Santo Antônio do Jari (50%) ¹	77.140	63.004	22,4%
Cachoeira Caldeirão (50%) ¹	(3.928)	(5.623)	-30,1%
São Manoel (33,33%) ¹	(14.570)	(26.604)	-45,2%
Celesc (29,90%) ¹	156.866	211.616	-25,9%
Outros ²	(1.544)	23	-6813,0%
Resultado das Participações Societárias	213.964	242.416	-11,7%

¹ Considera participação dos ativos e no caso da Celesc, a equivalência patrimonial utiliza as demonstrações financeiras com defasagem de um trimestre em relação à data apresentada das demonstrações financeiras da Companhia; ² Considera equivalência de Pecém TM, Pecém OM, Mabe e BlueSol.

A redução do Resultado das Participações Societárias, reflete o menor resultado em São Manoel, Cachoeira Caldeirão e Celesc, minimizado pela melhora do resultado de Jari. Na Celesc, esta redução reflete o aumento do passivo atuarial, decorrente do aumento da taxa de juros, além de redução da Parcela B, refletindo alteração de mix de mercado.

4.4 EBITDA



6 Reajuste salarial média de 2021 de 10,5% e de 2022 de 7,0%

7 Média de 2021 e 2022

O EBITDA foi de R\$ 5,3 bilhões, aumento de 22,1%, conforme efeitos mencionados nas unidades de negócio acima.

Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
EBITDA	5.265.625	4.313.072	22,1%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(384.236)	(351.166)	9,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(965.499)	(665.206)	45,1%
EBITDA Regulatório Transmissão	535.469	113.456	372,0%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(165.084)	n.d.
Mais valia - Desinvestimento ¹	(326.252)	(320.556)	1,8%
EBITDA Ajustado Recorrente	4.125.107	2.924.516	41,1%
Transmissão: Correção mais valia rotação de ativos	-	283.394	n.d.
EBITDA Ajustado para fins de dividendos	4.451.359	3.528.466	26,2%
Resultado das Participações Societárias	213.964	242.416	-11,7%
EBITDA conforme "Instrução CVM 527"	5.479.589	4.555.488	20,3%

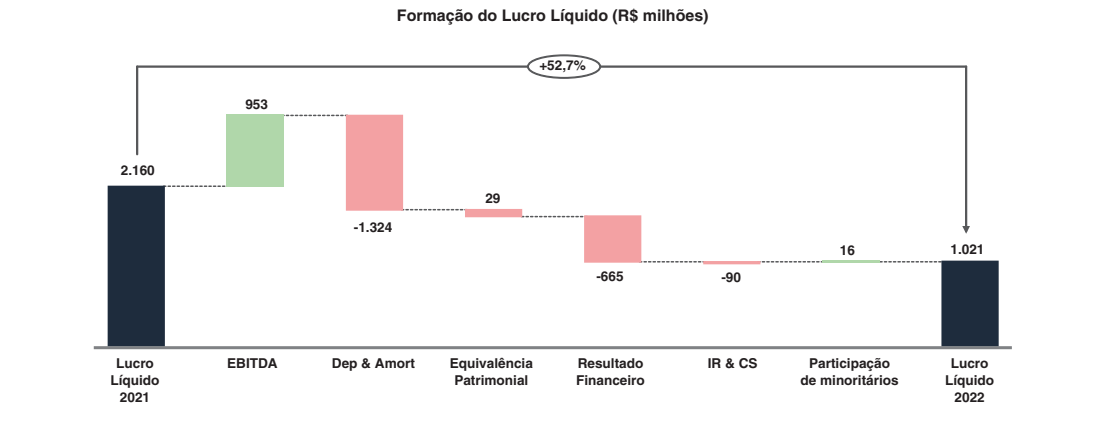
O EBITDA Ajustado pelos efeitos não recorrentes e não caixa foi de R\$ 4,1 bilhões, aumento de 41,1%. Adicionalmente, o EBITDA ajustado para fins de dividendos, conforme política de dividendos, apresentou aumento de 26,2%. Em 2021, com a rotação dos ativos transacionados de Transmissão, o EBITDA Ajustado para fins de dividendos, considerou o efeito da diferença da mais valia entre a contabilização efetuada no regulatório e no societário. Conforme instrução CVM 527, o EBITDA foi de R\$ 5,5 bilhões, aumento de 20,3%.

4.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	Consolidado		
	2022	2021	Var
Receita Financeira	666.223	306.353	117,5%
Juros e variações monetárias	638.878	357.246	78,8%
Outros	27.345	(50.893)	-153,7%
Despesa Financeira	(2.132.837)	(1.107.935)	92,5%
Encargos de Dívidas	(1.782.521)	(664.079)	168,4%
Outros	(350.303)	(443.856)	-11,2%
Total	(1.466.601)	(801.582)	83,0%

O Resultado Financeiro aumentou 83,0% decorrente dos efeitos do aumento da taxa de juros, que impactaram positivamente na receita, influenciados também pelo maior saldo de caixa. Na despesa, o efeito da taxa de juros mencionada corroborou para o aumento dos encargos, além do aumento do saldo de dívida através das captações realizadas.

4.6 Lucro Líquido



O Lucro Líquido foi de R\$ 1,0 bilhão, redução de 52,7%, resultante dos efeitos acima mencionados. O Lucro Líquido ajustado foi de R\$ 1,3 bilhão, aumento de 14,2%.

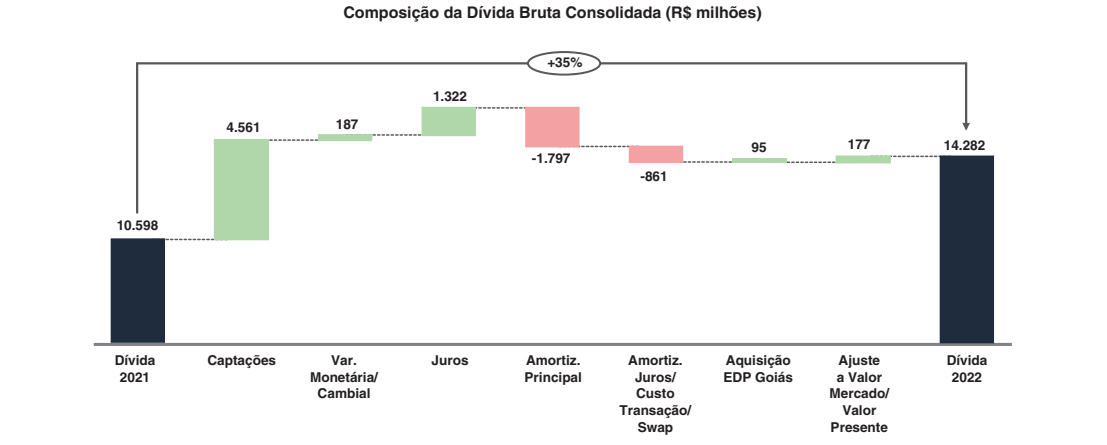
Itens em R\$ Mil ou %	2022	2021	Var
Lucro	1.021.438	2.159.838	-52,7%
Atualização do ativo financeiro indenizável - VNR	(253.596)	(231.770)	9,4%
EBITDA Societário Transmissão (IFRS)	(416.090)	(356.153)	16,8%
EBITDA Regulatório Transmissão	85.931	(16.986)	-605,9%
Mais valia - Desinvestimento ¹	(326.252)	(320.556)	1,8%
Prêmio de risco GSF - Extensão da concessão	-	(108.956)	-100,0%
Imparidade	1.221.000	41.000	2878,0%
Lucro Líquido Ajustado Recorrente	1.332.432	1.166.417	14,2%

O Lucro Líquido ajustado para fins de dividendos foi de R\$ 1,6 bilhão, conforme tabela abaixo:

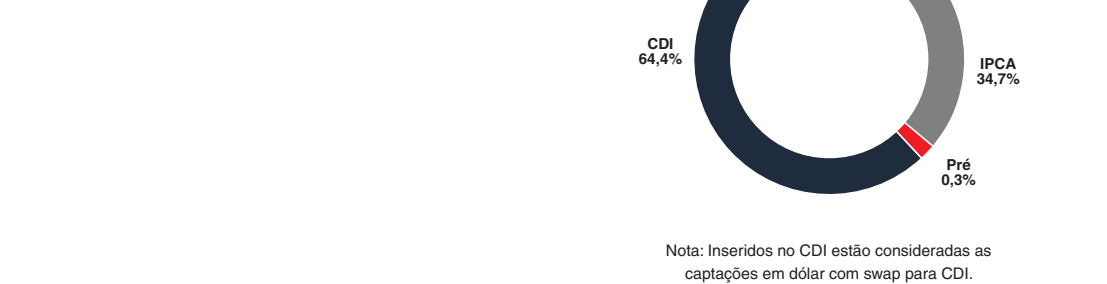
Para fins de Dividendos (R\$ milhões)		2022
Lucro		1.021
Reserva Legal		51
Lucro após Reserva Legal		970
VNR		(254)
Transmissão IFRS		(416)
Transmissão Regulatório		86
Imparidade		1.221
Lucro Líquido para fins de dividendos		1.607

4.7 Endividamento

A Companhia finalizou o ano com Dívida Bruta de R\$ 14,3 bilhões, desconsiderando as dívidas dos ativos não consolidados, que representaram R\$ 1,3 bilhão na participação da EDP.

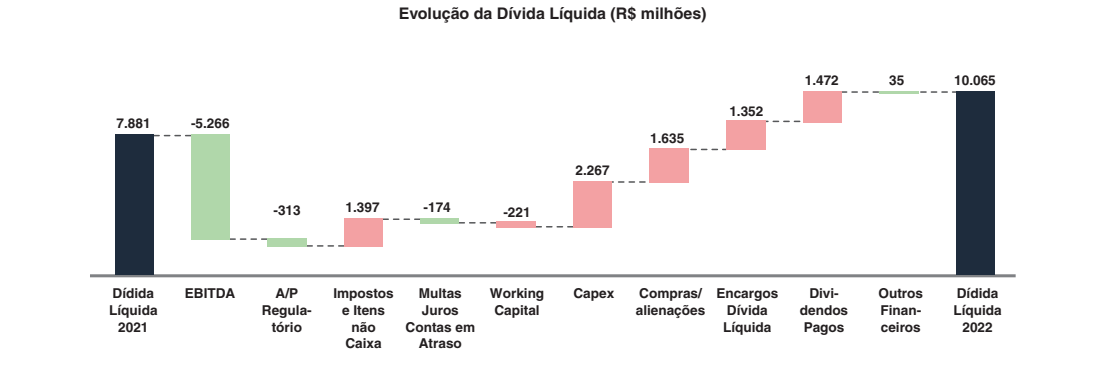


O custo médio da dívida encerrou o trimestre em 12,8% a.a., em comparação aos 9,3% a.a. no final de 2021, levando em consideração os juros capitalizados das dívidas e os encargos incorridos. A variação do custo médio é reflexo do aumento do CDI. O prazo médio da dívida atingiu 2,7 anos. Considerando as dívidas das empresas que a Companhia detém participação, o prazo médio seria de 3,1 anos e o custo médio seria de 12,5% a.a..



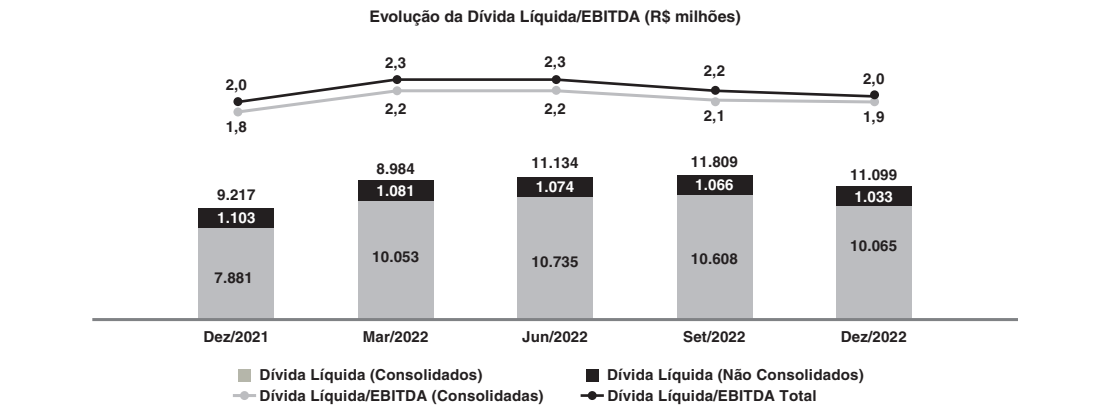
4.8 Fluxo de Caixa Operacional, Dívida Líquida e Alavancagem

A Dívida Líquida, considerando a geração operacional e os dispêndios de caixa no período, foi de R\$ 10,1 bilhões, aumento de 27,7% em relação ao saldo de 2021 decorrente do aumento da Dívida Bruta.



A relação Dívida Líquida/EBITDA dos ativos consolidados foi de 1,9 vezes e de 2,0 vezes considerando a participação em Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. Excluindo os efeitos não caixa dos últimos 12 meses, a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seria de 2,4 vezes.





Nota: Considera proporção da participação detida pela EDP nos projetos não consolidados. O caixa considera disponibilidade e títulos e valores mobiliários.

4.9 Ratings

	Moody's		S&P		Fitch	
	Nacional	Global	Nacional	Global	Nacional	Global
EDP Energias do Brasil	AAA.br	-	-	-	AAA(bra)	-
	Estável		-		Estável	
EDP São Paulo	AAA.br	-	brAAA	-	-	-
	Estável		Estável		-	
EDP Espírito Santo	AAA.br	-	brAAA	-	-	-
	Estável		Estável		-	
Lajeado Energia	AAA.br	-	-	-	-	-
	Estável		-		-	
EDP Transmissão SP-MG	-	-	-	-	AA+(bra)	-
	-	-	-	-	Positiva	
EDP Transmissão Aliança SC	-	-	-	-	AA(bra)	-
	-	-	-	-	Estável	

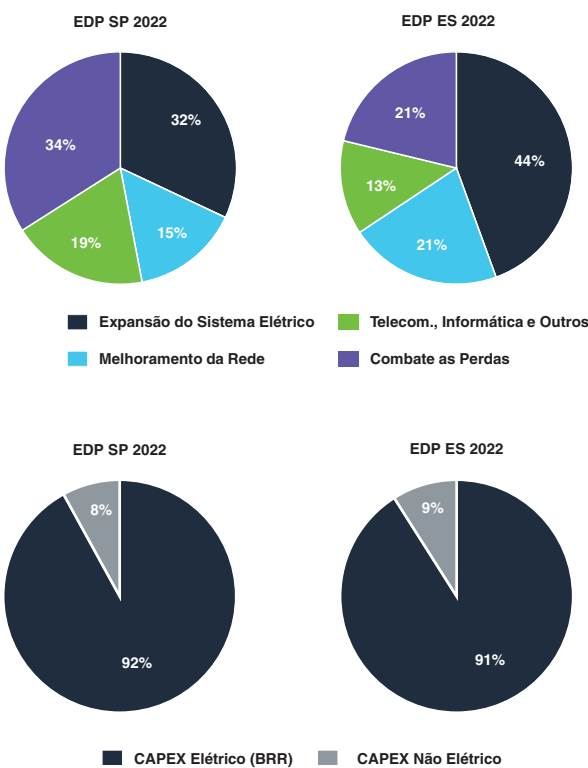
4.10 Variação do Imobilizado

Total			
Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2022	2021	Var
Distribuição	1.541.530	1.097.457	40,5%
EDP São Paulo	858.872	517.987	65,8%
EDP Espírito Santo	682.658	579.470	17,8%
Geração	91.471	56.683	61,4%
Enerpeixe	6.225	3.846	61,9%
Energest	1.142	3.085	-63,0%
Lajeado / Investco	7.166	3.992	79,5%
Pecém	76.938	45.760	68,1%
Transmissão	449.506	1.053.349	-57,3%
Solar	156.092	162.998	-4,2%
Outros	28.344	61.439	-53,9%
Total	2.266.943	2.431.926	-6,8%
Geração não consolidado	21.834	13.161	65,9%
Total	2.288.777	2.445.087	-6,4%

Nota: Os investimentos realizados no segmento de solar referem-se as movimentações de tangível e intangível.

Os investimentos totalizaram R\$ 2,3 bilhões, redução de 6,8%, resultante da entrada em operação integral dos lotes de Transmissão, exceto a EDP Transmissão Norte, em construção e do lote 2, adquirido no leilão ocorrido em dezembro.

Na Distribuição, os investimentos totalizaram R\$ 1,5 bilhão, aumento de 40,5%, em função do reforço dos investimentos para as obras de expansão, melhoria da rede e dos indicadores de continuidade de fornecimento, projetos de combate as perdas e investimentos em telecomunicações, informática e infraestrutura.



Na Transmissão, os investimentos apresentaram redução de 57,3%, decorrente da conclusão das obras de transmissão entre os períodos analisados. No ano, foram concluídas as obras da EDP Transmissão Aliança SC, da EDP Transmissão SP-MG, da EDP Transmissão Litoral Sul e da Mata Grande Transmissão de Energia.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)			
Linhas de Transmissão (Lote)	2022	2021	Var
EDP Transmissão + EDP Transmissão MA I + EDP Transmissão MA II	-	28.123	-100,0%
Mata Grande Transmissão de Energia	28.077	59.473	-52,8%
EDP Transmissão Aliança SC	28.117	396.380	-92,9%
EDP Transmissão SP-MG	75.386	410.322	-81,6%
EDP Transmissão Norte	130.570	8.049	1522,2%
EDP Transmissão Goiás	101.787	-	n.d.
EDP Transmissão Litoral Sul	85.569	151.002	-43,3%
Total	449.506	1.053.349	-57,3%

Nota: Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação de 100% do capital social dos ativos EDP Transmissão S.A. ("Lote 24"), EDP Maranhão I S.A. ("Lote 7") e EDP Maranhão II S.A. ("Lote 11"), conforme Plano Estratégico da Companhia referente ao período de 2021-2025

Na Geração, os investimentos foram de R\$ 91,5 milhões, aumento de 61,4%, decorrente dos investimentos com manutenção e operação das usinas e no projeto de hidrogênio verde situado no HUB de Pecém.

No segmento Solar, os investimentos reduziram R\$ 6,9 milhões, decorrente do volume de instalação de projetos abaixo do esperado.

No segmento Solar, os investimentos reduziram R\$ 6,9 milhões, decorrente da mudança de estratégia no segmento que passou a focar na geração compartilhada para pequenas e médias empresas como vetor de crescimento, reduzindo a concentração em usinas remotas dedicadas a clientes de grande porte, com desenvolvimento de novos projetos, levando à postergação de investimentos para 2023.

Em Outros, a rubrica foi impactada pela construção da nova sede, concluída em 2021, além de novos projetos de eficiência energética, tecnologia e desenvolvimento de novos negócios.

5. ÁREAS DE NEGÓCIOS

5.1 Distribuição

	EDP Distribuição					
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	6.892.500	6.653.309	3,6%	3.248.863	3.154.794	3,0%
Industrial	11.574.180	11.606.279	-0,3%	17.576	22.838	-23,0%
Livre	10.372.643	10.239.663	1,3%	855	754	13,4%
Cativo	1.201.537	1.366.615	-12,1%	16.721	22.084	-24,3%
Comercial	4.411.044	4.136.404	6,6%	282.841	274.116	3,2%
Livre	1.420.258	1.268.314	12,0%	1.012	875	15,7%
Cativo	2.990.786	2.868.090	4,3%	281.829	273.241	3,1%
Rural	1.001.857	1.008.019	-0,6%	193.075	199.470	-3,2%
Outros	1.983.716	1.985.218	-0,1%	32.527	29.220	11,3%
Livre	360.654	343.891	4,9%	14	23	-39,1%
Cativo	1.623.063	1.641.327	-1,1%	32.513	29.197	11,4%
Permissionárias	44.570	48.256	-7,6%	0	0	
Concessionárias/Geradores	583.455	578.437	0,9%	0	0	
Total Energia Distribuída	26.491.322	26.015.921	1,8%	3.774.882	3.680.438	2,6%
Total Livre	12.737.009	12.430.305	2,5%	1.881	1.652	13,9%
Total Cativo	13.754.313	13.585.616	1,2%	3.773.001	3.678.786	2,6%

	EDP São Paulo					
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	4.175.252	4.078.193	2,4%	1.901.728	1.848.410	2,9%
Industrial	7.637.467	7.590.384	0,6%	7.905	12.545	-37,0%
Livre	6.835.164	6.696.517	2,1%	521	483	7,9%
Cativo	802.303	893.867	-10,2%	7.384	12.062	-38,8%
Comercial	2.670.383	2.507.300	6,5%	148.430	142.416	4,2%
Livre	920.532	830.325	10,9%	620	540	14,8%
Cativo	1.749.851	1.676.974	4,3%	147.810	141.876	4,2%
Rural	58.768	60.655	-3,1%	5.382	5.383	0,0%
Outros	1.161.630	1.153.569	0,7%	16.210	15.060	7,6%
Livre	360.654	338.043	6,7%	14	14	0,0%
Cativo	800.976	815.525	-1,8%	16.196	15.046	7,6%
Permissionárias	44.570	48.256	-7,6%			
Concessionárias/Geradores	370.727	369.977	0,2%			
Total Energia Distribuída	16.118.797	15.808.333	2,0%	2.079.655	2.023.814	2,8%
Total Livre	8.487.076	8.234.863	3,1%	1.155	1.037	11,4%
Total Cativo	7.631.720	7.573.470	0,8%	2.078.500	2.022.777	2,8%

	EDP Espírito Santo					
	Volume (MWh)			Clientes (unid)		
	2022	2021	Var	2022	2021	Var
Residencial	2.717.248	2.575.116	5,5%	1.347.135	1.306.384	3,1%
Industrial	3.936.713	4.015.895	-2,0%	9.671	10.293	-6,0%
Livre	3.537.479	3.543.147	-0,2%	334	271	23,2%
Cativo	399.233	472.748	-15,6%	9.337	10.022	-6,8%
Comercial	1.740.661	1.629.104	6,8%	134.411	131.700	2,1%
Livre	499.725	437.989	14,1%	392	335	17,0%
Cativo	1.240.935	1.191.116	4,2%	134.019	131.365	2,0%
Rural	943.090	947.363	-0,5%	187.693	194.087	-3,3%
Outros	822.086	831.650	-1,1%	16.317	14.160	15,2%
Livre	-	5.848	-100,0%	-	9	-100,0%
Cativo	822.086	825.802	-0,4%	16.317	14.151	15,3%
Concessionárias/Geradores	212.728	208.460	2,0%			
Total Energia Distribuída	10.372.525	10.207.589	1,6%	1.695.227	1.656.624	2,3%
Total Livre	4.249.933	4.195.443	1,3%	726	615	18,0%
Total Cativo	6.122.592	6.012.146	1,8%	1.694.501	1.656.009	2,3%

O volume de energia distribuída aumentou 1,8%. A Companhia apresentou aumento de 2,6% no número de novos clientes e de 13,9% no número de clientes livres, que hoje representam 48,1% da energia distribuída, conforme explicado no [Release de Mercado](#).

Balanço Energético Distribuição (MWh)

Do total da Energia Requerida, 61,3% foram para a EDP SP e 38,7% para a EDP ES.

EDP DISTRIBUIÇÃO	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo	EDP Distribuição
Itaipu + Proinfa	2.203.199	1.714.882	3.918.081
Leilão	9.207.151	6.576.331	15.783.482
Outros¹	12.035	155.227	167.262
Energia em Trânsito	8.487.194	4.216.259	12.703.453
Total Energia Recebida	19.909.579	12.662.700	32.572.278
Perdas Transmissão (+)	193.220	123.973	317.193
Perdas de Itaipu (+)	115.668	89.879	205.548
Vendas C.Prazo (-)	-954.491	-693.036	-1.647.526
Ajustes C.Prazo (-)	75.906	230.185	306.091
Total Perdas	1.187.473	676.703	1.864.177
Cessões MCSD Energia Nova (+)	102.592	373.780	476.371
Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE)	-1.323.732	-985.094	-2.308.826
Total Vendas	-1.221.140	-611.315	-1.832.455
Energia Requerida	19.943.245	12.597.311	32.540.557
Suprimento	44.570	0	44.570
Fornecimento	7.587.012	6.122.408	13.709.420
Perdas e Diferenças	1.383.390	1.440.849	2.824.239
Energia em Trânsito	8.487.194	4.216.259	12.703.453
Total Energia Distribuída	17.502.166	11.779.516	29.281.682

¹ Bilaterais e Compras no Curto Prazo. Nota: Balanço energia considera energia medida.

Perdas Acumuladas em 12 meses (GWh ou %)	EDP São Paulo						EDP Espírito Santo					
	Dez-21	Mar-22	Jun-22	Set-22	Dez-22	ANEEL	Dez-21	Mar-22	Jun-22	Set-22	Dez-22	ANEEL
Entrada de Energia na Rede	17.239	17.258	17.348	17.371	17.503		11.659	11.717	11.832	11.814	11.780	
Total de Perdas	1.431	1.420	1.423	1.370	1.384		1.451	1.422	1.429	1.421	1.407	
Total	8,30%	8,23%	8,20%	7,89%	7,91%	6,76%	12,45%	12,13%	12,08%	12,03%	11,95%	12,19%

Ambas as distribuidoras reduziram perdas totais, concluindo o ano com 7,91% na EDP SP, redução de 0,39 p.p., e 11,95% na EDP ES, redução de 0,50 p.p., em relação ao ano anterior. Em ambas as distribuidoras, a redução das perdas técnicas reflete a energização de novas subestações, colocando a EDP ES 0,24 p.p. abaixo da média ANEEL.

A trajetória de redução registrada nesses indicadores é resultado de uma estratégia de melhoria contínua, somada a intensificação das ações de combate a perdas, principalmente, em relação a tecnologias de blindagem de rede. Em 2022, a Companhia investiu R\$ 442,7 milhões em projetos de combate às perdas, sendo os recursos destinados a substituições de medidores, inspeções de campo, blindagem da rede de distribuição através da tecnologia BTZero, blindagem de medição de edifícios populares, instalação e manutenção dos aparelhos de telemedicação.

Indicadores de Qualidade

Os indicadores de qualidade nas distribuidoras permaneceram abaixo das metas regulatórias estabelecidas pela ANEEL, devido às ações de melhoria que envolvem as manutenções preventivas e a utilização de plataformas digitais para as equipes de campo.

Na EDP SP, a redução é resultado da manutenção e troca de equipamentos religadores e chaves de fusíveis automáticas da base de clientes de média tensão.

Na EDP ES, a redução é resultado de: (i) entrada em operação de novas subestações; (ii) novos alimentadores nas subestações já existentes, permitindo

...continuação						
EDP Energias do Brasil S.A.						
A diversidade, como grande pilar estratégico organizacional da Companhia, obteve um resultado em que 50% dos colaboradores são de grupos sub-representados, com valorização da interseccionalidade entre eles. As posições de liderança são ocupadas por 20% de mulheres e 16% de pessoas negras. Além disso, no ano foram investidos mais de R\$ 1 milhão em programas de desenvolvimento e R\$ 600 mil em programas de capacitação. Destaque para iniciativas pioneiras no setor, como a entrega da primeira escola afirmativa de eletricistas para pessoas trans, nos estados do Espírito Santo e São Paulo. A pesquisa de clima organizacional realizada durante o ano reforçou o alto engajamento dos colaboradores, mantendo a EDP Brasil como destaque global, com 91% de engajamento e 92% de adesão à pesquisa. A EDP Brasil estabeleceu como prioridade o bem-estar de seus colaboradores, criando iniciativas que proporcionem melhor equilíbrio entre vida pessoal e profissional. O modelo de trabalho híbrido foi implementado contando com jornadas 50% presenciais e 50% remotas. Para os colaboradores em modelo híbrido, foi implementa a <i>Short Friday</i>, que consiste na compensação semanal para todos os colaboradores em modelo híbrido, podendo usufruir de uma jornada reduzida às sextas-feiras. Para incentivar ainda mais o equilíbrio dessas ações, criamos um portfólio de boas práticas, para que o colaborador possa ser protagonista, prezando pela qualidade de vida. Além disso, incentivamos as ações referente as Regras de Ouro, garantindo ao colaborador a realização dos horários de almoço e a definição dos horários de reuniões entre às 9h e às 17h, com respeito as especificidades e casos excepcionais. Na frente de desenvolvimento, reforçamos a narrativa em que o colaborador é o protagonista de sua jornada. Para isso, investimos em plataformas de aprendizagem como o Campus Online e a Degreed, uma plataforma com a possibilidade de todos os colaboradores consumirem ou criarem diversos treinamentos, de diferentes temas de interesse, para além dos temas de desenvolvimento para as suas atividades. A Degreed é uma plataforma que conta com uma inteligência artificial que possibilita a autoavaliação de habilidades, disponibilizando também para os gestores instrumentos que os permitem avaliar habilidades por cargo e equipe. Também entregamos programas que incentivam a diversidade e a inclusão dentro de nossa organização, por meio dos programas +Inclusão, Conexão Mulheres e o início do programa Conexões Pretas, assim como a continuidade de ações chaves como Grupos de Afinidades, Sensibilização LGBTQIAP+ e Consciência Negra. Outro programa que contempla os objetivos da EDP Brasil é o voluntariado, programa que conecta a empresa com colaboradores e a comunidade. O programa atua em três pilares: causas emergenciais, inclusão profissional e transformação socioambiental, além de abrir espaço para os voluntários trazerem ações para a empresa, chamado de “Minha Causa”. Ao longo do ano, ocorreram 2.985 participações, sendo que 1.576 foram de colaboradores voluntários únicos, o que representa 47% de colaboradores envolvidos em ações de voluntariado. O resultado desse programa beneficiou 32 organizações sociais e mais de 10.800 pessoas, considerando iniciativas assistenciais e de competências. O projeto Cruzando Histórias também merece destaque, com a participação de 40 voluntários, que apoiaram 130 mulheres. Outra ação marcante foi o Km Solidário, com a participação de 280 voluntários que doaram 9.300 kms quilômetros percorridos para projetos sociais e, em contrapartida, a EDP doou 1.000 mudas de árvores nativas para o Instituto Ipê. Considerando a experiência do colaborador em todas as etapas da carreira, a EDP possui um Programa de Incentivo à Aposentadoria (“PIA”). Com solidez e adesão voluntária, este programa acolhe profissionais que dedicaram longos períodos para o crescimento e desenvolvimento da Companhia, proporcionando condições rescisórias diferenciadas e orientações para a nova etapa pós-emprego.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL FORMULÁRIO IBASE						
1 - Base de Cálculo		2022 (R\$ mil)			2021 (R\$ mil)	
Receita líquida (RL)		17.287.656,00			18.874.154,00	
Resultado operacional (RO)		3.417.364,00			3.816.994,00	
Folha de pagamento bruta (FPB)		504.628,09			453.352,34	
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB
Alimentação		64.941,57	12,87%	0,38%	52.748,06	11,64%
Encargos sociais compulsórios		128.422,82	25,45%	0,74%	111.388,54	24,57%
Previdência privada		6.803,05	1,35%	0,04%	5.933,59	1,31%
Saúde		50.234,19	9,95%	0,29%	44.519,66	9,82%
Segurança e saúde no trabalho		-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Transporte		9.674,23	1,92%	0,06%	9.704,20	2,14%
Capacitação e desenvolvimento profissional		4.256,31	0,84%	0,02%	5.325,19	1,17%
Creches ou auxílio-creche		2.679,29	0,53%	0,02%	2.151,55	0,47%
Participação nos lucros ou resultados		64.670,23	12,82%	0,37%	44.351,80	9,78%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Outros		5.437,98	1,08%	0,03%	4.599,16	1,01%
Total - Indicadores sociais internos		337.119,67	66,81%	1,95%	280.721,75	61,92%
3 - Indicadores Sociais Externos		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO
Educação		2.917,90	0,09%	0,02%	3.544,00	0,09%
Cultura		9.544,00	0,28%	0,06%	8.621,00	0,23%
Saúde e saneamento		336,20	0,01%	0,00%	5.695,00	0,15%
Esporte		2.736,40	0,08%	0,02%	2.390,00	0,06%
Combate à fome e segurança alimentar		65,00	0,00%	0,00%	868,00	0,02%
Outros		1.256,00	0,04%	0,01%	1.926,00	0,05%
Total das contribuições para a sociedade		16.855,50	0,49%	0,10%	23.044,00	0,60%
Tributos (excluídos encargos sociais)		-	0,00%	0,00%	-	-
Total - Indicadores sociais externos		16.855,50	0,49%	0,10%	23.044,00	0,60%
4 - Indicadores Ambientais		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		253.998	7,43%	1,47%	164.668	4,31%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente*		253.998,34	7,43%	1,47%	164.668,42	4,31%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%			☒ não possui metas ☐ cumpre de 0 a 50% ☐ cumpre de 51 a 75% ☐ cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022			2021	
Nº de empregados(as) ao final do período		3.337			3.274	
Nº de admissões durante o período		465			410	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		8.626			13.588	
Nº de estagiários(as)		155			146	
Nº de empregados(as) acima de 50 anos		342			354	
Nº de mulheres que trabalham na empresa		770			752	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		21%			19%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**		1.057			789	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**		16%			12%	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		70			66	
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022			2021	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		47,22			47,86	
Número total de acidentes de trabalho***		28,00			13,00	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)		na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:
		41.714	4.451	4.539	40.799	1.811
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:
		99,43%	99,00%	68,50%	99,50%	99,50%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		10.229.717,00			10.448.788,00	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		governo: 61% acionistas: 9% colaboradores: 6% retido: 3% terceiros: 21%			governo: 58% acionistas: 8% colaboradores: 5% retido: 15% terceiros: 14%	

7 - Outras Informações						
N/A - Não Aplicável.						
*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção						
**Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a soma de pessoas pretas e pardas						
***Nota: Indicador considera apenas os colaboradores próprios (acidentes com e sem afastamento)						

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(em milhares de reais)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	971.534	932.703	4.197.196	2.699.490	Fornecedores	25	42.471	50.834	1.486.113	1.944.092
Títulos e valores mobiliários	6			1.952	11.722	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	9		3.899	211.838	136.043
Contas a receber	7			2.445.137	2.856.290	Outros tributos a recolher	9	148.346	122.691	433.864	634.891
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9	99.731	56.760	238.560	280.791	Tributos diferidos	10		1.079		329
Outros tributos compensáveis	9	61.416	63.140	456.679	552.974	PIS e COFINS diferidos	10.1			161.454	67.229
PIS e COFINS diferidos	10.1			139.427	56.661	Dividendos	14	558.012	515.900	731.665	680.874
Empréstimos a receber	11		216.606			Debêntures	26	22.308	201.893	1.412.755	779.421
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3	8.918		13.463		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27		105.305	1.678.112	801.082
Dividendos	14	516.028	360.465	71.004	50.015	Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3	8.918		164.823	
Estoques	12			275.722	460.408	Benefícios pós-emprego	28			79.566	51.615
Cauções e depósitos vinculados	13	350	350	19.782	10.001	Encargos setoriais	29			110.439	132.454
Ativos financeiros setoriais	8			80.687	643.174	Uso do bem público	30			46.082	43.269
Ativos da concessão	21			700.042	55.184	Ressarcimento por indisponibilidade				500	2.945
Compromissos futuros	15			1.347.737	440.678	Provisões	31			87.946	65.503
Outros créditos	16	33.378	29.012	316.639	425.434	Passivos financeiros setoriais	8			1.039.653	627.003
		1.691.355	1.659.036	10.304.027	8.542.822	Compromissos futuros	15			1.120.243	379.905
Ativos não circulantes mantidos para venda	17		1.228.954	1.328.481		Outras contas a pagar	16	98.880	73.567	385.953	464.929
Total do Ativo Circulante		1.691.355	2.887.990	10.304.027	9.871.303			878.935	1.074.089	9.152.085	6.811.584
Não circulante						Passivos não circulantes mantidos para venda					
Ativo financeiro indenizável	20			5.706.847	4.362.393	Total do Passivo Circulante	17	878.935	1.074.089	9.152.085	6.989.584
Ativos da concessão	21			7.483.925	5.685.037	Não circulante					
Contas a receber	7			227.962	103.977	Outros tributos a recolher	9	6.055	11.409	272.352	291.986
Títulos e valores mobiliários	6	4.197		6.697	2.500	Tributos diferidos	10	203.856	206.202	1.174.637	736.722
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	9		55.421	99.234	139.812	PIS e COFINS diferidos	10.1			737.883	491.114
Outros tributos compensáveis	9		1.909	433.092	930.969	Debêntures	26	25.985	34.736	7.822.488	6.944.962
Tributos diferidos	10			558.280	575.217	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27			3.127.081	2.072.049
PIS e COFINS diferidos	10.1			87.368	26.205	Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3			157.815	
Empréstimos a receber	11	316.408	94.132	14.689	12.713	Benefícios pós-emprego	28			699.450	798.634
Instrumentos Financeiros Derivativos	38.1.3			66.824		Uso do bem público	30			484.370	462.865
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	241.980	346.285			Provisões	31	27.941	8.099	669.067	587.029
Cauções e depósitos vinculados	13	16.503	4.892	471.746	419.776	Provisão para passivo a descoberto	18	38	1.065	4.070	2.329
Ativos financeiros setoriais	8			72.641	786.263	Passivos financeiros setoriais	8			117.094	1.496.347
Compromissos futuros	15			754.187	427.583	Compromissos futuros	15			524.899	85.737
Outros créditos	16	47.918	40.986	30.522	32.570	Outras contas a pagar	16	26.108	14.918	162.142	125.369
		627.006	543.625	16.014.014	13.505.015	Total do Passivo Não circulante		289.983	276.429	15.953.348	14.095.143
Investimentos	18	9.450.419	8.954.824	2.409.755	1.311.885	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Propriedades para investimentos	22	9.484	9.484	63.858	11.381	Capital social	32.1	5.502.716	5.502.716	5.502.716	5.502.716
Imobilizado	23	60.510	67.567	4.656.890	6.068.213	Reservas de capital	32.3	127.375	132.834	127.375	132.834
Intangível	24	56.055	38.425	3.552.648	2.610.942	Reservas de lucros	32.3	5.953.946	6.260.565	5.953.946	6.260.565
		9.576.468	9.070.300	10.683.151	10.002.421	Outros resultados abrangentes	32.4	(546.220)	(654.184)	(546.220)	(654.184)
Total do Ativo Não circulante		10.203.474	9.613.925	26.697.165	23.507.436	Ações em tesouraria	32.5	(311.906)	(311.906)	(311.906)	(90.534)
								10.725.911	11.151.397	10.725.911	11.151.397
						Participações não controladores	32.6			1.169.848	1.142.615
						Total do Patrimônio líquido		10.725.911	11.151.397	11.895.759	12.294.012
TOTAL DO ATIVO		11.894.829	12.501.915	37.001.192	33.378.739	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.894.829	12.501.915	37.001.192	33.378.739
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	33	4.400	2.981	17.287.655	18.874.154
Custos	34				
Custo do serviço de energia elétrica				(8.209.071)	(9.913.640)
Custo da produção da energia elétrica				(319.394)	(1.348.680)
Custo de operação				(1.428.642)	(1.326.808)
Custo do serviço prestado a terceiros				(2.096.826)	(2.169.255)
		-	-	(12.053.933)	(14.758.383)
Lucro bruto		4.400	2.981	5.233.722	4.115.771
Despesas e Receitas operacionais	34				
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(159.814)	(135.158)
Despesas gerais e administrativas		(148.290)	(138.232)	(716.534)	(579.839)
Ganho na alienação de investimentos		326.252	320.556	326.252	320.556
Outras despesas e receitas operacionais		(32.872)	(6.843)	(1.480.225)	(146.752)
		145.090	175.481	(2.030.321)	(541.193)
Resultado das participações societárias	18	842.448	2.051.098	213.964	242.416
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		991.938	2.229.560	3.417.365	3.816.994
Resultado financeiro	35				
Receitas financeiras		60.520	5.842	666.223	306.353
Despesas financeiras		(33.408)	(69.758)	(2.132.824)	(1.107.935)
		27.112	(63.916)	(1.466.601)	(801.582)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		1.019.050	2.165.644	1.950.764	3.015.412
Tributos sobre o lucro	36				
Imposto de renda e contribuição social correntes			(5.979)	(569.626)	(382.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.387	173	(168.411)	(265.494)
		2.387	(5.806)	(738.037)	(647.867)
Lucro líquido do exercício		1.021.437	2.159.838	1.212.727	2.367.545
Atribuível aos acionistas controladores		1.021.437	2.159.838	1.021.438	2.159.838
Atribuível aos acionistas não controladores				191.289	207.707
Resultado por ação atribuível aos acionistas	37				
Resultado básico por ação (reais/ações)		ON			
ON		1,80473	3,69863	1,80473	3,69863
Resultado diluído por ação (reais/ações)		ON			
ON		1,80601	3,68351	1,80601	3,68351
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		1.021.437	2.159.838	1.212.727	2.367.545
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego				64.354	45.562
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		107.964	87.643	66.489	56.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(21.880)	(15.492)
		107.964	87.643	108.963	86.363
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Hedge de fluxos de caixa				(1.514)	1.939
Imposto de renda e contribuição social diferidos				514	(659)
		-	-	(1.000)	1.280
Resultado abrangente do exercício		1.129.401	2.247.481	1.320.690	2.455.188
Atribuível aos acionistas controladores		1.129.401	2.247.481	1.129.401	2.247.481
Atribuível aos acionistas não controladores				191.289	207.707
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Geração do valor adicionado		356.642	382.531	23.979.533	26.891.761
Receita operacional		4.642	3.021	20.382.575	22.715.006
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD				(159.814)	(135.158)
Receita relativa à construção de ativos próprios		24.757	54.020	275.906	362.144
Receita de Construção				2.036.378	2.321.931
Remuneração dos Ativos da concessão				730.566	565.036
Atualização do Ativo financeiro indenizável				384.236	351.166
Outras receitas		327.243	325.490	329.686	711.636
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(119.835)	(122.266)	(12.657.105)	(16.306.453)
Custos da energia comprada				(7.536.473)	(10.357.406)
Encargos de uso da rede elétrica				(1.425.354)	(1.366.288)
Materiais		(804)	(2.262)	(336.111)	(156.710)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica				(317.565)	(1.355.911)
Serviços de terceiros		(72.759)	(96.743)	(694.069)	(652.631)
Custo de construção da infraestrutura				(1.987.620)	(2.150.806)
Outros custos operacionais		(46.272)	(23.261)	(359.913)	(266.701)
Valor adicionado bruto		236.807	260.265	11.322.428	10.585.308
Retenções					
Depreciações e amortizações		(17.535)	(17.207)	(2.060.461)	(765.102)
Valor adicionado líquido produzido		219.272	243.058	9.261.967	9.820.206
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras		104.497	41.143	753.787	386.166
Resultado da equivalência patrimonial		842.448	2.051.098	213.964	242.416
Valor adicionado total a distribuir		1.166.217	2.335.299	10.229.718	10.448.788
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		52.706	42.697	414.244	334.570
Benefícios		6.384	8.666	127.045	111.869
FGTS		5.995	4.141	42.464	30.466
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		45.425	46.585	3.971.007	3.021.491
Estaduais		(39)	80	2.290.860	3.070.062
Municipais		1.186	1.096	15.538	14.078
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		33.408	69.758	2.149.827	1.493.185
Aluguéis		(285)	2.438	6.006	5.522
Remuneração de capital próprio					
Juros sobre capital próprio		651.239	454.811	651.239	454.811
Participações dos não controladores				191.289	207.707
Dividendos			126.372		126.372
Partes beneficiárias				31.083	37.708
		796.019	756.644	9.890.602	8.907.841
Lucros retidos		370.198	1.578.655	339.116	1.540.947
		1.166.217	2.335.299	10.229.718	10.448.788
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)										
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.502.716	141.069	5.365.110	(145.988)	(741.827)	-	10.121.080	1.135.193	11.256.273
Aumento/Redução de capital de subsidiárias								-	3.800	3.800
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(1.592)					(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGOE 30/04/2021				(203.075)				(203.075)		(203.075)
Dividendos destinados a não controladores								-	(205.677)	(205.677)
Opções de ações outorgadas			(4.872)					(4.872)		(4.872)
Alienação de ações de tesouraria			(1.771)		4.192			2.421		2.421
Recompra de ações em tesouraria					(428.863)			(428.863)		(428.863)
Cancelamento de ações em tesouraria				(480.125)	480.125			-		-
Lucro líquido do exercício							2.159.838	2.159.838	207.707	2.367.545
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal				107.992			(107.992)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)							(454.811)	(454.811)		(454.811)
Dividendos complementares obrigatórios							(126.372)	(126.372)		(126.372)
Lucro do exercício a deliberar				1.470.663			(1.470.663)	-		-
Outros resultados abrangentes										
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					87.643			87.643		87.643
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
		Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.502.716	132.834	6.260.565	(90.534)	(654.184)	-	11.151.397	1.142.615	12.294.012
Aumento/Redução de capital de subsidiárias								-	2.600	2.600
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(1.592)					(1.592)	1.592	-
Dividendos adicionais - AGO 05/04/2022				(676.817)				(676.817)		(676.817)
Dividendos destinados a não controladores								-	(168.248)	(168.248)
Opções de ações outorgadas			(1.917)		6.160			4.243		4.243
Alienação de ações de tesouraria			(1.950)					(1.950)		(1.950)
Recompra de ações em tesouraria					(227.532)			(227.532)		(227.532)
Lucro líquido do exercício							1.021.437	1.021.437	191.289	1.212.726
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal				51.072			(51.072)	-		-
Reserva de retenção de lucros				166.669			(166.669)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)							(651.239)	(651.239)		(651.239)
Dividendo adicional proposto				152.457			(152.457)	-		-
Outros resultados abrangentes										
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					107.964			107.964		107.964
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.502.716	127.375	5.953.946	(311.906)	(546.220)	-	10.725.911	1.169.848	11.895.759
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Empresas		Classificação	Consolidação	% Participação			
				31/12/2022		31/12/2021	
				Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição							
EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (EDP Espírito Santo)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (EDP São Paulo)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Geração							
Energest S.A. (Energest) (Nota 4.20)		Controlada	integral	-	-	100,00	-
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)		Controlada	integral	60,00	-	60,00	-
Investco S.A. (Investco)		Controlada	integral	-	40,78	-	40,78
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)		Controlada	integral	-	-	55,86	-
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Companhia Energética do Jari - (CEJA)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334	-	33,334	-
Comercialização							
EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Transmissão							
EDP Transmissão Aliança SC S.A. (EDP Transmissão Aliança)		Controlada	integral	90,00	-	90,00	-
EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (EDP Transmissão Litoral Sul)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão SP-MG S.A. (EDP Transmissão SP-MG)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mata Grande Transmissora de Energia Ltda. (Mata Grande Transmissora)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Transmissão Norte S.A. (EDP Transmissão Norte)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Transmissão Goiás S.A. (EDP Goiás) (Nota 1.1.1)		Controlada	integral	-	99,9989	-	-
Clientes							
EDP Smart Serviços S.A. (EDP Smart Serviços)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart Soluções S.A. (EDP Smart Soluções)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart Energia Ltda. (EDP Smart Energia)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
EDP Smart SPE V Ltda. (EDP Smart SPE V) (Nota 1.1.1)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE) (Nota 1.1.1)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) (Nota 1.1.1)		Controlada	integral	-	100,00	-	100,00
Energia Solar II SPE Ltda. (Energia Solar II)		Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia I SPE S.A (Energia I)		Controlada	integral	-	100,00	-	-
Energia II SPE S.A (Energia II)		Controlada	integral	-	100,00	-	-
Outros							
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)		Coligada com influência significativa	por equivalência patrimonial	29,90	-	29,90	-
EDP Ventures Brasil S.A. (EDP Ventures)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Comercializadora de equipamentos y materiais Mabe Ltda. (Mabe Chile)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções	-	50,00	-	50,00
Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. (Santa Leopoldina)		Controlada	integral	100,00	-	100,00	-
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)		Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00	-	50,00	-
Blue Sol Participações S.A. (Blue Sol)		Coligada	por equivalência patrimonial	-	40,00	-	40,00

1.1.1 Alteração na denominação social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram deliberadas alterações das denominações sociais das controladas, conforme relacionadas abaixo:

Denominação antiga

AES Tietê Inova Soluções de Energia II (Inova Soluções de Energia II)	
CELG Transmissão S.A. - CELG - T	
UFV SP V Equipamentos Fotovoltaicos Ltda. (UFV SP V Equipamentos)	
AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda. (Inova Soluções de Energia)	

1.1.2 Constituição de controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu três novas controladas, sendo elas Energia Solar II, Energia I e Energia II. As referidas controladas foram constituídas com finalidade de viabilizar projetos do grupo EDP - Energias do Brasil, alinhados com o Plano Estratégico da Companhia.

1.2 Estratégias ESG - Environmental, Social and Governance

A EDP - Energias do Brasil integra, há 16 anos, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo conquistado o 1º lugar no *ranking* geral no exercício de 2021, sendo *benchmark* no desempenho da carteira nas dimensões Geral, Natureza do Produto, Econômico, Ambiental e Social, indicando a solidez da sua estratégia de sustentabilidade. O ISE é uma ferramenta de análise comparativa e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de companhias com os melhores desempenhos de aspectos ESG, sendo referência para o investimento socialmente responsável. O ESG é um conjunto de práticas ambientais, sociais e de governança que pode ser usado para guiar investimentos e escolhas de consumo locais em sustentabilidade. A Companhia mantém o seu compromisso em contribuir para 9 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Organização das Nações Unidas - ONU, sendo eles: Igualdade de gênero; Energia acessível e limpa; Trabalho decente e crescimento econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida terrestre; e Parcerias e meios de implementação.

A EDP - Energias do Brasil é uma companhia comprometida com a excelência ESG, que tem a Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. Por isso, a visão de futuro da Grupo EDP - Energias do Brasil é guiada pelo Plano Estratégico 2021-2025, um compromisso ambicioso, que inclui uma aceleração do crescimento em energias renováveis, apoiado pela história de conquistas enquanto líderes da transição energética. O Plano Estratégico 2021-2025 é orientado por quatro eixos: liderança da transição energética, compromisso com a proteção do meio ambiente, geração de impacto social positivo e atuação sob uma estrutura de governança forte.

2 Outorgas

Nas concessões, registros e autorizações as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 daquele decreto, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à prestação dos serviços, procedendo-se os levantamentos e as avaliações necessárias pelo órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 as controladas e controladas em conjunto da Companhia possuem o direito de explorar as seguintes outorgas de geração, transmissão e distribuição de energia:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm) (Nota 4.23)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
Distribuição										
EDP Espírito Santo		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP São Paulo		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	19/08/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
CEJA	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	392,95	222,00	21/12/1987	28/10/2045	20 anos	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	11/05/2042	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	505,10	15/01/1998	22/09/2035	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	20/01/2044	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(iii)
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	735,84	430,40	10/04/2014	09/12/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Transmissão										
Operação comercial										
Empresas										
EDP Transmissão Aliança (Nota 4.6)	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Transmissão SP-MG (Nota 4.6)	484,5 km	Serviço Público	Concessão	SC	3 LT 525kV; 2 LT 230kV; SE 525/230kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	375 km	Serviço Público	Concessão	SP/MG	LT 500kV		11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	744 km	Serviço Público	Concessão	GO	13 LT 230kV; 12 SE 230/138/69kV		01/01/2013	01/01/2043	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Goiás (Nota 4.7)	11 km	Serviço Público	Concessão	GO	1 LT 230kV; 2 SE 230kV		06/03/2015	06/03/2045	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
	0 km (Compensador Estático)	Serviço Público	Concessão	GO	Compensador Estático		20/01/2016	20/01/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
EDP Transmissão Litoral Sul	142 km	Serviço Público	Concessão	SC/RS	3 LT 230kV; SE 230/69kV; SE 230/138/69kV		27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Mata Grande Transmissora	113 km	Serviço Público	Concessão	MA	LT 230kV		20/09/2018	20/09/2048	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Em fase de projeto/construção										
Empresas										
EDP Transmissão Norte	Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da linha		Início	Término	Prorrogação	Indenização
	360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV		30/09/2021	30/09/2051	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)

(i) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da própria Agência.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

(iii) Não existe previsão de indenização.

Adicionalmente a coligada Celesc, na qual a Companhia possui participação minoritária com influência significativa, detém o controle das seguintes outorgas:

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Término da concessão
Distribuição							
Celesc Distribuição S.A. - Celesc D		Serviço Público	Concessão	SC			07/07/2045
Gás natural							
Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGÁS		Serviço Público	Concessão	SC			28/03/2044
Geração							
Celesc Geração S.A. - Celesc G	UHE Garcia	Produtor Independente	Concessão	SC	8,92	7,10	03/01/2053
	UHE Pery	Produtor Independente	Concessão	SC	30,00	14,08	07/07/2054
	UHE: Palmeiras, Bracinho e Cedros	Produtor Independente	Concessão	SC	48,00	32,25	06/11/2053
	UHE Saltos	Produtor Independente	Concessão	SC	6,28	3,99	05/11/2053
	PCH Celso Ramos	Produtor Independente	Concessão	SC	13,92	6,77	(i)
	CGH: Caveiras, Ivo Silveira, Pirai, São Lourenço e Rio do Peixe	Produtor Independente	Concessão	SC	8,15	5,97	(i)
Total					115,27	70,16	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para a controlada indireta EDP Smart Soluções e na controlada Porto do Pecém, verificou-se que parte do valor contábil líquido registrado dos ativos não é recuperável, portanto, houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável, sendo no valor de R\$14.971 (Nota 34) na controlada indireta EDP Smart Soluções e no valor de R\$1.206.209 (Notas 4.24 e 34) na controlada Porto do Pecém.

3.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

3.8.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

3.8.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement</i> 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17</i> (2020) e <i>Initial Application of IFRS 17</i> e IFRS 9 - <i>Comparative Information</i> (2021)	IAS 36/ IAS/7 IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS/1 IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Eventos significativos no exercício

4.1 Liberações e captações de recursos

Durante o exercício de 2022, as controladas e as controladas em conjunto obtiveram os seguintes recursos:

Consolidado						
Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Em moeda nacional						
Santa Leopoldina	Debêntures - 1ª Emissão	jan/22	jan/24	700.000	CDI + 1,52% a.a.	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
Lajeado	Debêntures - 6ª Emissão	mai/22	mai/25	200.000	CDI + 1,45% a.a.	Capital de Giro
EDP São Paulo	Debêntures - 14ª Emissão	mai/22	mai/27	450.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Espírito Santo	Debêntures - 12ª Emissão	mai/22	mai/27	270.000	CDI + 1,20% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e Capital de Giro
EDP Trading	Cédula de Câmbio Aditivo - MUFG	mar/22	mar/24	50.000	CDI + 1,24% a.a.	Capital de Giro
Porto do Pecém	Notas Comerciais - 1ª Emissão	set/22	jul/27	1.500.000	CDI + 2,4% a.a.	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida.
				3.170.000		
Controlada em Conjunto (não consolidadas nestas demonstrações financeiras (Nota 19.11))						
Cachoeira Caldeirão	BNDES - SUB C	mar/22	out/23	2.600	TJLP	Subcrédito do BNDES para investimento social
São Manoel	BNDES - SUB C	jul/22	dez/25	3.261	TJLP	Subcrédito do BNDES para investimento social
				5.861		
Total em moeda nacional				3.175.861		
Consolidado						
Em moeda estrangeira						
Santa Leopoldina	4131 Scotiabank - SWAP	jan/22	jan/24	150.000 USD	USD + 1,6175%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
Santa Leopoldina	4131 ITAU - SWAP	fev/22	jan/24	64.941 USD	USD + 2,2000%	Compra de ações de emissão da EDP Goiás e Capital de Giro da Emissora
EDP Smart Serviços	4131 ITAU - SWAP	abr/22	mar/23	25.565 USD	USD + 3,733%	Capital de Giro
Mata Grande Transmissora	4131 Scotiabank - SWAP	ago/22	nov/22	16.284 USD	USD + 3,18% a.a	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida
Total em moeda estrangeiro				256.790 USD		

Para mais informações sobre os recursos recebidos acima, vide notas 26 e 27.

4.2 Porto do Pecém - Liquidação do financiamento do BNDES

Em 06 de outubro de 2022 a controlada Porto do Pecém efetuou a liquidação do financiamento com BNDES no valor de R\$470.301.

4.3 EDP Energias do Brasil - Agenda ESG

Em 2022, pelo 2º ano consecutivo, a EDP - Energias do Brasil ficou na 1ª posição do ranking geral no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Essa também é a 17ª vez consecutiva em que a Companhia figura na carteira, que vigora no período de 02 de janeiro de 2023 a 29 de dezembro de 2023, reunindo 70 companhias de 27 setores. Com a ambição de liderar a transição energética e uma meta global de tornar-se 100% renovável até 2030, a EDP se tornou uma das referências em ESG no mundo e, principalmente, no Brasil. A Companhia tem executado uma estratégia que tem como pilares o crescimento acelerado e sustentável, a excelência em governança e a evolução como uma organização empoderada, centrada nas pessoas e preparada para as mudanças.

Em 2022 também foi anunciada a carteira do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPPr70) 2022, que entrou em vigor em 1º de abril de 2022 e na qual a EDP está presente sendo uma das empresas com score em nível de Liderança. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional, com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono.

No mês de junho, a Companhia anunciou globalmente sua nova identidade, acompanhada de seu novo propósito: *“Our energy and heart drive a better tomorrow”* (em português, com tradução livre “Nossa energia e coração constroem um amanhã melhor”). A nova marca traz a natureza, a tecnologia e as pessoas como eixos centrais, e tem como objetivo traduzir o compromisso da EDP - Energias do Brasil com a transição energética e seus compromissos ESG no horizonte 2021-2025. O novo logó é inspirado na circularidade da natureza, do planeta e das tecnologias de geração de energia, as turbinas hídricas, eólicas e o próprio sol - elementos centrais da estratégia da empresa, de duplicar a geração de energia renovável, a nível global, até 2025.

Pelo 3º ano consecutivo a EDP - Energias do Brasil foi considerada a empresa mais inovadora do setor de Energia Elétrica pelo anuário Valor Inovação Brasil. A pesquisa avaliou 253 organizações, que juntas investiram 60 bilhões de reais em inovação, em mais de 1000 cases avaliados. A metodologia de avaliação das empresas que participaram do *ranking* Valor Inovação Brasil teve como base cinco pilares: intenção de inovar, esforço para realizar a inovação, resultados obtidos, avaliação do mercado e geração de conhecimento.

Pela 9ª vez a EDP - Energias do Brasil foi destaque no Troféu Transparência, premiação concedida pela Associação Nacional de Executivos (ANEFAC). Nesta edição, com o objetivo de reforçar as boas práticas de governança, o prêmio teve como tema “O futuro é a transparência” e incluiu demandas ESG. Foram escolhidas as empresas com melhor qualidade das informações detalhadas, comunicação objetiva com o público e que transmitem a sensação de transparência.

Ainda na agenda de reconhecimentos, em 2022, a EDP - Energias do Brasil foi considerada a melhor empresa do setor de energia no Prêmio Exame Melhores do ESG e no prêmio Época NEGÓCIOS 360°.

Em relação à Transição Energética, ainda em 2022, a EDP - Energias do Brasil produziu sua primeira molécula de Hidrogênio Verde (H2V) na unidade de geração localizada em São Gonçalo do Amarante, no Ceará. O desenvolvimento da planta é importante para a geração de energia limpa no Brasil e faz parte dos compromissos da EDP - Energias do Brasil com o combate das mudanças climáticas. A produção da molécula é a primeira etapa estratégica do desenvolvimento do Projeto Piloto de H2 no Complexo Termelétrico do Pecém (Porto do Pecém), que contou com o investimento de R\$42 milhões, sendo a primeira unidade do Estado e da EDP - Energias do Brasil.

4.4 Medidas de Assistência Governamental adotadas desde o início “da pandemia do covid-19”, com impactos no exercício de 2022

Diante da pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) que teve início no exercício de 2020, as incertezas geradas pela disseminação do vírus e suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais. Como forma de atenuar os impactos causados pela pandemia, as autoridades governamentais brasileiras e agentes regulatórios tomaram diversas medidas para amenizar os impactos aos agentes do mercado de energia. Algumas das medidas adotadas apresentam efeitos no exercícios de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
Despacho (DSP) ANEEL nº 939 de 05 de abril 2021	O Despacho ANEEL nº 939 revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de: (i) homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta-covid, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, para amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na gestão da Conta-covid, nos termos da Resolução Normativa (REN) ANEEL nº 885/2020; (ii) o valor de que trata o item (i) considera o custo total estimado das operações de crédito contratadas pela CCEE, incluindo principal, acessórios e despesas operacionais, observadas as condições contratadas e a constituição da Reserva de Liquidez; e (iii) os valores de que trata o item (i) devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta-covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente. Conforme a Nota Técnica nº 55/2021-SGT/ANEEL, o valor total da Cobertura Tarifária Anual é de R\$5,9 bilhões e o valor total do Encargo Mensal é de R\$491 milhões. O valor do recolhimento destinado à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo da Cobertura Tarifária Anual é de R\$141.414 e R\$87.916 e o valor do Encargo Mensal é de R\$11.784 e R\$7.326 respectivamente.	
Resolução Normativa (REN) nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021	A REN ANEEL nº 1.000 revoga e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010 e estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências. Com a publicação da consolidação, 61 resoluções normativas da Agência serão totalmente revogadas e três terão revogação parcial. Os efeitos da REN tiveram início em 1º de janeiro de 2022	As controladas de distribuição estão em processo de adequação das alterações decorrentes da REN. Para isso, foi definido plano de ação de três fases atendendo os prazos definidos pela ANEEL.
Resolução Homologatória (REH) nº 3.004 de 14 de dezembro de 2021	A REN REH nº 3.004 homologa as quotas mensais provisórias da CDE, relativas às competências de janeiro a abril de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. A EDP São Paulo deverá pagar mensalmente diretamente à CCEE o montante de R\$89.216, e a EDP Espírito Santo o montante de R\$54.505 mensais até abril de 2022, conforme consta do Anexo I da referida Resolução. A partir de maio de 2022, a EDP São Paulo deverá pagar diretamente à CCEE o montante mensal de R\$86.084 e a EDP Espírito Santo o montante de R\$52.592, até o mês de dezembro de 2022.	As cotas mensais destinadas às controladas EDP São Paulo e Espírito Santos desde maio de 2022, foram respectivamente de R\$86.084 e R\$52.592. O pagamento foi realizado mensalmente até dezembro de 2022.

4.5 Medidas governamentais para gestão de recursos hídricos

Diante do cenário de escassez hídrica ocorrido no exercício de 2021, as autoridades brasileiras e os agentes reguladores do mercado de energia tomaram diversas medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e do enfrentamento da situação de escassez hídrica, garantindo a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país. Ao final do exercício de 2021 e para a extensão do exercício de 2022, o aumento das chuvas ocasionou melhorias significativas para o cenário hidrológico no país. Algumas das medidas adotadas entre os exercícios 2021 e 2022 apresentar efeitos no exercício de 2022, conforme descritas abaixo:

Publicação	Descrição	Status
REH nº 1.009 de 22 de março de 2022	Após deliberação na 23ª Reunião Pública Ordinária de Diretoria da ANEEL realizada em 29 de junho de 2021, foram definidos adicionais aplicados a partir de 1º julho de 2021, por meio da REN nº 2.888/2021, alterando de R\$1,343 para R\$1,874 o valor adicional da vigência da bandeira tarifária amarela a cada 100 kWh consumidos, de R\$4,169 para R\$3,971 o valor adicional para a bandeira vermelha patamar 1 para cada 100 kWh consumidos e de R\$6,243 para R\$9,492 o valor adicional da bandeira tarifária vermelha patamar 2 a cada 100 kWh consumidos.	Valores foram vigentes até abril de 2022.
Bandeiras tarifárias - faixas de acionamento e adicionais	Em razão da excepcionalidade advinda da escassez hídrica 2021, foi criada a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica conforme determinação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG. Esse patamar foi criado por meio da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021 para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia. Com isso, a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica é de R\$14,20 a cada 100kWh consumidos. Essa cobrança vale para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional - SIN com exceção dos beneficiários da tarifa social, aos quais deverá ser aplicada a bandeira anterior patamar 2 vigente desde 1º de julho de 2021. Com a decisão da CREG, a Bandeira Escassez Hídrica não houve necessidade de deliberar a revisão do patamar 2, da bandeira vermelha oriunda da Consulta Pública - CP nº 41/2021 aberta em julho. A consulta foi fechada por perda do objeto, considerando a decisão da CREG. Os valores estiveram vigentes desde 1º de setembro de 2021 a abril de 2022. Foi aberta CP nº 012/2022, a fim de realizar a atualização anual dos adicionais e das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias.	A CP nº 012/2022 foi concluída e resultou na REN nº 3.051/22 que estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias.
Medida Provisória - MP nº 1.078 de 13 de dezembro de 2021	A REN nº 3.051/22 estabelece as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de julho de 2022. As principais medidas são: (i) a partir de 1º de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8 dos PRORET, serão as definidas no Abaco de Acionamento das Bandeiras Tarifárias; e (ii) a partir de 1º de julho de 2022, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de R\$30/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, R\$65/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de R\$98/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.	As novas faixas de acionamento de Bandeiras Tarifárias estão em vigor desde julho de 2022
REN nº 02 de 31 de agosto de 2021	A MP nº 1.078 dispõe sobre as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. A partir da referida MP, passa a vigorar a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as principais alterações: (i) prover recursos, arrecadados exclusivamente por meio de encargo tarifário, para a amortização de operações financeiras vinculadas a medidas de enfrentamento aos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados no processo tarifário anterior à liberação dos recursos da operação financeira, conforme definido em regulamento; (ii) Os consumidores do ambiente de contratação regulada, a partir da data de publicação desta MP, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras; e (iii) O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, fica autorizado a estabelecer bandeira tarifária extraordinária para a cobertura de custos excepcionais decorrentes de situação de escassez hídrica. Esta MP entrou em vigor em 13 de dezembro de 2021 (Nota 16.3), data de sua publicação e foi prorrogada até maio de 2022.	A MP teve seu prazo encerrado em maio de 2022.
Decreto nº 10.939 de 13 de janeiro de 2022	A REN nº 02, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.055/21, na Lei nº 10.848/04, institui o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País. O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50 para cada 100kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20%, apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021. Esta REN entrou em vigor no dia de sua publicação. As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo reconheceram os montantes de R\$64.018 e R\$59.807, respectivamente, referente a este subsídio em dezembro de 2021.	As controladas de distribuição liquidaram em 30 de junho de 2022 o montante total de subsídios destinados às mesmas (Nota 16.2.1).
DSP ANEEL nº 397 de 10 de fevereiro de 2022	O Decreto nº 10.939/22, autoriza a criação da Conta Escassez Hídrica para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Trata-se do resultado da MP nº 1.078 que previu o uso de recursos que seriam arrecadados por meio de encargo tarifário, para lidar com esses custos adicionais. A Lei possibilita que a CDE seja utilizada para arrecadação de recursos referentes à amortização de operações financeiras vinculadas ao enfrentamento da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados em processos tarifários anteriores, o que engloba os custos adicionais com as bandeiras tarifárias, as despesas relacionadas ao programa de bonificação por redução do consumo e os custos com a importação de energia entre julho e agosto de 2021.	Com a deliberação da CP nº 02/2022 sobre a MP nº 1.078/21 e o Decreto nº 10.939/22, entrou em vigor a REN nº 1.010/2022
Resoluções Normativas - REN nº 1.008 de 15 de março de 2022 e REN nº 1.010 de 29 de março de 2022 (Conta escassez hídrica)	O DSP ANEEL nº 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos relativos ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2/2021, emitida pela CREG.	As controladas de distribuição realizaram o reconhecimento do subsídio previsto conforme operacionalização prevista no DSP, mais detalhes na nota 16.2.1
	A REN nº 1.008/22 dispõe sobre a Conta Escassez Hídrica, as operações financeiras, a utilização do encargo tarifário da CDE para estes fins e os procedimentos correspondentes. Estabelecer os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores. Em 29 de março de 2022, foi publicada a REN nº 1.010/22 que define os valores dos repasses de recursos da Conta Escassez Hídrica para as distribuidoras que ocorrerão até 28 de fevereiro de 2023.	A REN nº 1.010/22 entrou em vigor na data de sua publicação, e determina o montante de R\$59.174 como teto a ser repassado à controlada EDP São Paulo e R\$49.853 à controlada EDP Espírito Santo, que foram aplicados na revisão tarifária de 2022.

4.6 Transmissoras - Entrada em Operação Comercial Total EDP Transmissão SP-MG

Em 27 de janeiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, naquela data, solicitou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o termo de liberação do início de operação comercial do primeiro trecho da linha de transmissão da EDP Transmissão SP-MG, com 7 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. A entrada em operação comercial deste primeiro trecho representa uma RAP Parcial de R\$111.800, sendo 45% da RAP total.

Em 16 de maio de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que o ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão SP-MG S.A., com 3 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber a RAP de R\$248.444.

EDP Transmissão Aliana

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Aliana, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. O primeiro trecho da linha de transmissão e a subestação Siderópolis 2 da EDP Transmissão Aliana entraram em operação comercial no dia 14 de junho de 2021, com 14 meses de antecipação em relação ao calendário da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$208.035, resultando em receita antecipada total de R\$143.100.

EDP Transmissão Litoral Sul

Em 05 de julho de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que a ONS autorizou a operação comercial das instalações do trecho final da EDP Transmissão Litoral Sul. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$51.449.

Mata Grande Transmissora

Em 1 de agosto de 2022 a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, nesta data, a ONS autorizou a operação comercial total das instalações do trecho final da Mata Grande Transmissão, com 6 meses de antecipação frente ao cronograma da ANEEL. Com a conclusão da entrada em operação, a controlada passa a receber RAP de R\$10.145.

4.7 Conclusão de investimento na EDP Goiás (Nota 1.1)

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, na referida data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante atualizado de R\$2.113.690, com base no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia contratou laudo de avaliação, junto a consultores independentes para mensuração dos ativos e passivos adquiridos a valor justo.

Com a conclusão da aquisição da EDP Goiás, e os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente, para mais detalhes vide nota 18.1.

4.8 Distribuidoras - Alteração no regime de tributação

A partir de 2022 as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo alteraram o regime de tributação, que anteriormente era apurado pelo Lucro Real Anual para Lucro Real Trimestral.

4.9 Distribuidoras - Revisão do Submódulo 2.3 do PRORET

A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRR) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão das componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores. Foram recebidas 140 contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.

4.10 Porto do Pecém - Estoque de carvão

A controlada Porto do Pecém, considerando cenário hídrico (Nota 4.5) e energético global no exercício de 2022 e previsão de queima inicial de carvão, antes prevista para o primeiro trimestre de 2022 e atualizada para o primeiro semestre de 2023, efetuou acordo de venda de seu estoque com a EDP Espanha, sendo: (i) 117mil toneladas entregues no 2º trimestre de 2022 tendo recebido o valor de R\$166.088; (ii) 114mil toneladas sendo vendido no montante de R\$179.415 no 3º trimestre de 2022 tendo recebido 80% com adiantamento no 2º trimestre de 2022, o restante pelo montante no valor de R\$43.203 foi recebido no 4º trimestre de 2022; e (iii) 75mil toneladas entregue no 4º trimestre de 2022 e liquidado em dezembro de 2022.

4.11 Destinação de lucro, distribuição de dividendos e JSCP de 2021

Em 05 de abril de 2022, foi realizada a AGOE, onde a Companhia deliberou a destinação de lucro líquido e a distribuição de JSCP e dividendos referentes ao exercício de 2021. Serão distribuídos na forma de JSCP o montante de R\$454.811, correspondente a R\$0,79 por ação, e na forma de dividendos o valor de R\$803 milhões, equivalente a R\$1,40 por ação, totalizando R\$2,19 por ação. O JSCP e Dividendos foram pagos integralmente em 25 de maio de 2022 e 31 de maio de 2022, respectivamente.

4.12 Desenvolvimento de projeto de energia solar larga escala - Novo Oriente Solar (“Novo Oriente” ou “Projeto”)

Em 20 de abril de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente, com capacidade instalada de 254 MWac, em conjunto com a EDP Renováveis S.A. em co-investimento em partes iguais. Novo Oriente está localizado no estado de São Paulo, no município de Ilha Solteira, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024. O Projeto possui um contrato de venda de energia (“PPA”) de 120MWac. Este investimento reforça a orientação estratégica da EDP - Energias do Brasil, apresentada ao mercado no Plano Estratégico 2021-2025, sendo o maior projeto de larga escala na ampliação da sua participação no segmento Clientes, especificamente geração solar.

4.13 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
REN nº 1.009 de 22 de março de 2022	A REN nº 1.009/22 estabelece as regras alinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, sendo as principais: (i) estabelecer os critérios e procedimentos para controle dos contratos de comercialização de energia elétrica; (ii) determinar as condições para a contratação de Cotas de Garantia Física de Energia e Potência, em observância ao disposto no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e (iii) estabelecer as condições para a comercialização de energia elétrica, proveniente de geração distribuída.	As RNEs referem-se à consolidação de normativos relativos à pertinência temática Contratação de Energia, sem alteração de mérito ou conceito.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Publicação	Descrição	Status
REN nº 1.015 de 12 de abril de 2022	A ANEEL concluiu em 21 de fevereiro de 2022, a primeira etapa da Tomada de Subsídios 002/2022, que trata da revisão do Submódulo 2.3 dos PRORET, relativa à Base de Remuneração Regulatória (BRF) das distribuidoras de energia elétrica. Em suma, a tomada de subsídios propõe a revisão dos componentes de custo que formam a Base de Remuneração e questiona quais fatores devem ser revisados na metodologia de cálculo. A Base de Remuneração consiste no montante de investimentos realizados pelas distribuidoras na prestação dos serviços e que será coberto pelas tarifas cobradas dos consumidores.	Foram recebidas contribuições, com as quais as controladas de distribuição contribuíram, e aguardam a conclusão dos próximos passos para avaliar os impactos desta decisão.
REN nº 1.018 de 26 de abril de 2022	A REN nº 1.018/22 altera a Resolução Normativa nº 1.009, de 22 de março de 2022, que estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre, e dá outras providências.	A REN nº 1.018/22 entrou em vigor em 1º de junho de 2022.
REN nº 1.044 de 30 de setembro de 2022	A REN nº 1.044/2022, estabelece os procedimentos para compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica e revoga as Resoluções Normativas nº 375/2009 e nº 797/2017.	A REN nº 1.044/22 entrou em vigor em 1º de novembro de 2022.
Portaria Normativa nº 50 de 28 setembro de 2022	O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria Normativa nº 50/2022, definindo o limite de carga para contratação de energia elétrica por parte dos consumidores de que trata o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.074/1995. A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e os consumidores do Grupo A com carga individual inferior a 500kW, também poderão optar pela compra de energia desde que representados por agente varejista perante a CCEE.	A Administração da Companhia tem buscado estruturação em grupo, preparando-se para o cenário de 2024.
DSP ANEEL nº 2.776 de 30 de setembro de 2022	O DSP ANEEL nº 2.776/2022, reconhece os investimentos referentes à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-00380-0042/2012, cuja proponente é a controlada EDP Espírito Santo, no montante de R\$1.079.	A controlada EDP Espírito Santo realizou o reconhecimento do investimento previsto conforme operacionalização no DSP.
REN nº 1.041 de 23 de setembro de 2022	A REN nº 1.041/2022, aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.	A REN altera a metodologia de cálculo da TUST, aprimorando o sinal locacional da componente tarifária. Essa norma impactará parte das geradoras do Grupo EDP - Energias do Brasil, porém apenas após o fim do ciclo de estabilização da TUST.
DSP nº 2.040 de 8 de agosto de 2022	O DSP nº 2.040/2022, reconhecendo o valor de R\$6.334, referidos a setembro de 2018, referente ao ressarcimento dos custos com materiais, equipamentos, impostos e serviços incorridos com a implantação do Serviço Ancilar de Sistema Especial de Proteção - SEP na controlada em conjunto São Manoel	A controlada em conjunto São Manoel realizou o reconhecimento do montante.
Portaria Normativa nº 1.562 de 22 de setembro de 2022	O MME publicou a Portaria Normativa nº 1.562/2022, aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.645, de 12 de abril de 2022, de titularidade da controlada EDP Goiás.	A Portaria Normativa nº 1.562/22 entrou em vigor na data da publicação.
REN nº 1.047 de 16 de novembro de 2022	A REN nº 1.047/22 alterando a REN nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, para regular a Lei nº 11.445, de 2007, com redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020, que possibilita a cobrança de taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos na fatura de energia elétrica.	A REN possibilita às companhias de distribuição a cobrança de prestação de serviços na fatura de energia, assim como já acontece com a iluminação pública. As distribuidoras podem cobrar o valor de até 1% do montante arrecadado.
DSP nº 3.333 de 01 de dezembro de 2022	O DSP nº 3.333/22 reconhecendo os investimentos referentes à realização do Projeto de Eficiência Energética, cuja proponente é a EDP Espírito Santo no valor total de R\$2.985.	A controlada EDP Espírito Santo realizou o reconhecimento do investimento previsto conforme operacionalização no DSP.
REH nº 3.165 de 23 de dezembro de 2022	A REH nº 3.165/22 homologa as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2023.	A REN nº 3.165/22 entrou em vigor em 1º de junho de 2022, e determina o valor mensal a ser recolhido a CDE de R\$82,6 milhões para a controlada EDP São Paulo e de R\$51,6 milhões para à controlada EDP Espírito Santo

4.14 TUST - Ciclo tarifário 2021/2022

Publicação	Descrição	Status
Resolução Normativa nº 1.021 de 30 de maio 2022	A REN nº 1.021/22 mantém a regra de transição para os geradores que tiveram a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - TUST revisada e aumentada até o ciclo tarifário 2021/2022, conforme art. 8º da REN nº 559/2013; e afasta a regra de transição: (i) a partir do ciclo 2022/2023 para os geradores com TUST estabilizada que tiveram o cálculo definido sob a vigência da Resolução Normativa nº 267/2007; e (ii) para os geradores que tiveram a TUST estabilizada revisada e reduzida até o ciclo tarifário 2021/2022.	A REN nº 1.021/2022 afastou a regra de transição para a UTE Porto do Peçém I, sendo definido um crédito de R\$25.656 que será disponibilizado no ciclo tarifário 2022/2023, que se iniciou em julho de 2022

4.15 Resoluções Autorizativas - extensão do prazo de outorga

CEJA

Em 26 de abril de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.715 com a extensão de 301 dias no prazo da outorga da UHE Santo Antônio do Jari.

Enerpeixe
Em 15 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 11.998 com a extensão de 2.011 dias no prazo da outorga da UHE Peixe Angical. Cabeceira Saldeirão, Enerpeixe (Nota 4.10) - Investidor: São Manuel.

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL, a

Publicação	Descrição	Status
Lei Complementar (LC) Nº 194, de 23 de junho de 2022 e Ofício ANEEL nº 54, de 22 de julho de 2022	A referida LC e o Ofício da ANEEL, endereçado ao Confaz e COTEPE/ICMS, consideram, entre outras informações, a inclusão de energia elétrica como bem e serviço essencial e indispensável, trazendo limitadores da alíquota de ICMS para recolhimento, bem como outras providências.	A Administração das controladas de distribuição aplicou a redução da alíquota de ICMS nas transações abrangidas pela referência LC.

4.17 Transmissoras - Reajuste tarifário

Em 12 de julho de 2022, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.067, estabelecendo critérios para as controladas que passaram por revisão e ajustes e foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, para ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, sendo parte da RAP em investimento. Nesta mesma REH, foram incorporados os efeitos de incremento e ajustes de RAP previstos no Despacho - DSP nº 1.425, que decidiu sobre os pedidos de reconsideração interpostos pela transmissora controlada indireta EDP Góias, em face da Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, que aprovou a RAP do período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

	RAP 2022 REH nº 3.067	RAP 2021 REH nº 2.895	RAP 2021 REH nº 2.959
EDP Transmissão Aliança	239.182	214.070	214.070
EDP Transmissão Litoral Sul	60.781	54.399	54.399
EDP Transmissão SP-MG	277.590	248.444	248.444
Mata Grande Transmissora	10.145	9.080	9.080
EDP Goiás	289.005	222.106	241.498
	876.703	748.099	767.491

4.18 EDP Espírito Santo - 9ª Revisão Tarifária Periódica

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.091 de 5 de agosto de 2022, homologou o resultado da 9ª Revisão Tarifária Periódica da companhia aplicado a partir de 7 de agosto de 2022.

O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 11,50%, sendo 12,46% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 11,10% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

No processo de Revisão Tarifária Periódica, que se dá a cada três anos na companhia, a ANEEL recalcula os custos regulatórios passíveis de gerenciamento pela distribuidora (Parcela B) que incluem: (i) os custos de Administração, Operação e Manutenção (CAOM) e (ii) o custo Anual dos Ativos (CAA). Já os custos não gerenciáveis (Parcela A), que englobam a energia comprada de geradoras, o transporte da energia, os encargos setoriais e os ajustes financeiros são definidos com base em projeções para os doze meses subsequentes, assim como na variação de preços verificada nos doze meses anteriores.

O Fator X é calculado em função dos componentes "Pd" (ganhos de produtividade) e "T" (trajetória para adequação de custos operacionais), que irão perdurar por todo o ciclo, além do componente "Q" (incentivo à qualidade), recalculado a cada processo tarifário. Os valores foram homologados em: "Pd": 0,84%; "T": 0,86%; e "Q": -0,33%.

Na composição da revisão tarifária de 2022 destacam-se os componentes de Remuneração do Capital e Quota de Reintegração Regulatória, derivados da Base de Remuneração Regulatória homologada. A Base de Remuneração Bruta foi de R\$5,7 bilhões e a Base de Remuneração Líquida de R\$3,8 bilhões.

7 Contas a Receber

Consolidado															
		Valores Correntes							Valores Renegociados						
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida					Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida				
		Mais de		De 91 a	De 181 a	Mais de			Mais de		Mais de				
		Até 60 dias	60 dias	Até 90 dias	180 dias	360 dias	360 dias	PECLD (Nota 7.9)	Até 60 dias	60 dias	Até 60 dias	60 dias	PECLD (Nota 7.9)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021
Circulante		Nota													
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial		248.364		271.155	48.197	80.680	318.776	(325.944)	24.844	70.869	17.051	68.364	(95.690)	726.666	852.904
Industrial		47.932		17.392	3.300	7.309	46.104	(36.732)	2.387	2.334	877	10.739	(4.452)	97.190	115.225
Comércio, Serviços e Outras Atividades		89.565		54.122	8.849	25.920	111.825	(98.215)	4.841	14.005	3.254	20.023	(24.919)	209.270	252.545
Rural		31.331		26.126	4.844	12.010	31.403	(29.769)	4.109	8.486	1.747	4.202	(5.576)	98.913	98.149
Poder Público															
Federal		1.581		176	61	79	192	(78)	55	5		63	(11)	2.123	2.961
Estadual		3.608		373	114	738	866	(273)	21	28	2	72	(12)	5.537	6.727
Municipal		13.494		3.406	462	1.416	2.345	(1.000)	539	1.355	213	129	(68)	22.291	27.283
Iluminação Pública		3.480		3.960	1.540	1.740	12.941	(14)	532	2.695	156	1.159	(1)	28.188	37.757
Serviço Público		11.135		617	210	955	1.943	(637)	217	719	185	424	(297)	15.471	27.134
Cientes livres		128.845	1.055			3.010		(3.010)						129.900	119.014
Serviços Cobráveis		104		2.134	1.033	1.442	6.627	(5.083)						6.257	3.808
Fornecimento não faturado	7.3	504.981						(3.073)						501.908	641.266
(-) Arrecadação em processo de reclassificação		(18.075)												(18.075)	(2.242)
Outros créditos	7.4	28.984		4		21	208							29.217	29.649
		1.095.329	1.055	379.465	68.610	135.320	533.230	(503.828)	37.545	100.496	23.485	105.175	(131.026)	1.844.856	2.212.180
Concessionárias															
Suprimento de energia elétrica	7.5	400.102		505		397	507	(397)	205					401.319	529.837
Energia de curto prazo		9.655												9.655	18.297
Encargos de uso da rede elétrica	7.6	107.625		184	2	1.761		(678)	315	109				109.318	18.551
Outros créditos		20.844												20.844	27.842
		538.226	-	689	2	397	2.268	(1.075)	520	109	-	-	-	541.136	594.527
Clientes															
Eficiência energética		2.341	13.164	719	233	92	3.541	(3.981)						16.109	22.133
Serviços de gerenciamento de assinaturas		488		112	39	13	150	(145)						657	1.539
Dispêndios a reembolsar		3.237	3.928	939	62	35		(97)						8.104	6.536
Geração de vapor		11.700												11.700	7.793
Construção de usina solar			2.997											2.997	953
Arrendamentos		7.428	3.039	308	486	167		(452)						10.976	9.333
Outros clientes		8.328	8	233		103	150	(220)						8.602	1.296
		33.522	23.136	2.311	820	410	3.841	(4.895)	-	-	-	-	-	59.145	49.583
Total Circulante		1.667.077	24.191	382.465	69.432	136.127	539.339	(509.798)	38.065	100.605	23.485	105.175	(131.026)	2.445.137	2.856.290

Consolidado															
		Corrente a Vencer		Corrente Vencida				Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida					
		Mais de 60 dias	Mais de 360 dias	Mais de 360 dias		PECLD (Nota 7.9)		Mais de 360 dias		Mais de 60 dias		PECLD (Nota 7.9)	Saldo líquido em 31/12/2022	Saldo líquido em 31/12/2021	
Não circulante		Nota													
Consumidores															
Fornecimento faturado	7.2														
Residencial									69.296			(32.195)	37.101	9.213	
Industrial					4.983		(3.213)		984			(489)	2.265	2.128	
Comércio, Serviços e Outras Atividades					18		(18)		21.767			(12.350)	9.417	3.537	
Rural									5.114			(1.277)	3.837	775	
Poder público															
Federal													-	2	
Estadual													-	3	
Municipal													2.791	5.406	
Iluminação pública									70		2.721		2.302	3.030	
Serviço público									735		1.567		2.302	3.030	
(-) Ajuste a valor presente									29		29	(14)	44	22	
									(1.844)		(1.676)		(3.520)	(730)	
Concessionárias			-	-		5.001	(3.231)		96.151		2.641	(46.325)	54.237	23.386	
Outros créditos			910			119	(119)						910	909	
			910	-		119	(119)		-		-	-	910	909	
Clientes															
Eficiência energética				19.206									19.206	22.849	
Dispêndios a reembolsar				11.041									11.041	19.745	
Arrendamentos				65.536									65.536	37.088	
Outros clientes	7.8			77.032									77.032	-	
			-	172.815		-	-		-		-	-	172.815	79.682	
Total Não circulante			910	172.815	5.120	(3.350)			96.151	2.641	(46.325)		227.962	103.977	

...continuação	EDP Energias do Brasil S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)	

Os saldos de Contas a receber são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos tributos de responsabilidade tributária da Companhia e das controladas.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia fornecida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

7.1 Características do Contas a receber

• Geração

O recebimento da venda de energia realizada pelas controladas de geração, com exceção da controlada Porto do Pecém, relacionadas a contratos bilaterais oculto, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Para a controlada Porto do Pecém, os contratos são desdobrados em três parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento no dia 10 do mês seguinte ao reconhecimento da receita, a segunda no dia 20 do mês subsequente e a última parcela no dia 10 do segundo mês subsequente ao reconhecimento. Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

• Transmissão

A RAP remunera a o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção. Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária. Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Distribuição

O prazo mínimo para o vencimento das faturas junto aos Consumidores das classes residencial, industrial, rural e comercial é após 5 dias úteis, contados da data da respectiva apresentação. Quando se tratar de consumidores das classes de poder público, iluminação pública e serviço público, o prazo mínimo para o vencimento é de 10 dias úteis. Contudo, a companhia oferece aos consumidores a opção de alteração da data de vencimento da fatura (6 opções de datas) ao longo do mês.

• Comercialização

Para as controladas de comercialização, parte substancial das vendas ocorre em contratos bilaterais. Dessa forma, a condição de pagamento é livremente negociada entre as partes, contudo, a maioria dos recebimentos ocorre no 6º dia útil posterior ao reconhecimento da receita.

• Clientes

Para as referidas controladas, o reconhecimento das receitas vinculadas à construção de usina solar e aos serviços de eficiência energética acontece durante toda a fase de construção do empreendimento pelo método de insumo e o recebimento pode ocorrer de duas formas: (i) com adiantamentos na fase de construção e o saldo restante no momento da entrega do empreendimento; e (ii) de forma parcelada ao longo de determinado período estabelecido em contrato.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária.

Em relação à venda de vapor e ao serviço de gerenciamento de assinatura, a receita é reconhecida mediante medições mensais relativas à entrega de vapor para a produção de energia e conforme a prestação do serviço, respectivamente, sendo o recebimento de ambos programado para cerca de 30 dias após o reconhecimento da receita.

7.2 Distribuidoras - Fornecimento faturado

A redução observada refere-se a: (i) em 31 de dezembro de 2022 ocorreu aumento do saldo provisionado de PECLD (Nota 7.9) quando comparado ao exercício anterior, ocasionando uma redução do saldo de contas a receber; e (ii) bandeira tarifária verde vigente de maio a dezembro de 2022, o que resultou na redução dos saldos a receber (Nota 4.5). Adicionalmente, também houve impacto da aplicação da LC nº 194/2022 (Nota 4.16).

7.3 Distribuidoras - Fornecimento não faturado

A variação observada na rubrica refere-se ao impacto do fornecimento não faturado decorrente da redução da bandeira tarifária, no exercício de 2022 quando comparado ao de 2021 (Notas 4.5 e 33.9), além do impacto da aplicação da LC nº 194/2022 (Nota 4.17).

7.4 Outros créditos - Consumidores

Do saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$43.296 (R\$29.649 em 31 dezembro de 2021), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao saldo de Encargos de Capacidade Emergencial - ECE, vigente de março de 2002 a janeiro de 2006, e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAEEE, vigente em janeiro e fevereiro de 2004, que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Controladora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a controlada EDP Espírito Santo possui um passivo em 31 de dezembro 2022 no valor de R\$43.291 (R\$28.442 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 29).

7.5 Concessionárias - Suprimento de Energia Elétrica

A redução de suprimentos de energia elétrica refere-se a: (i) à controlada Porto do Pecém, que no exercício de 2022 não foi despachada pela ONS dado a melhora do cenário hídrico do país (Nota 4.5); (ii) à controlada Enxepike, devido a estratégia de sazonalização exercida pela controlada, em relação aos contratos de venda, que para o ano foram superiores quando comparados com o exercício de 2022; e (iii) à controlada EDP Trading, onde ocorreu aumento na comercialização dos contratos de energia.

7.6 Concessionárias - Encargos de uso da rede elétrica

O aumento apresentado no exercício refere-se (i) aquisição da controlada EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.1); e (ii) EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, EDP Transmissão Litoral Sul e Mata Grande Transmissão que entraram em operação total em fevereiro, maio, julho e agosto de 2022, respectivamente. Assim, a variação ocorre devido ao faturamento de RAP nos meses junho a dezembro de 2022. A RAP remunera o investimento na linha de transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

7.7 Ajuste a valor presente

Os saldos renegociados estão reconhecidos a valor presente considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto.

Para as controladas de distribuição o ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas suas revisões tarifárias. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a taxa correspondente para à EDP São Paulo e EDP Espírito Santo é de 12,26% a.a., afetando negativamente o resultado financeiro das distribuidoras em R\$2.790 (R\$484 em 2021 positivamente).

Para as controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart Serviços o ajuste a valor presente considera a taxa de retorno de cada projeto, afetando positivamente o resultado do exercício em R\$4.053(R\$3.903 em 2021).

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2021	Apropriação	Amortização (I)	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Circulante	Não circulante	Valores em amortização IRT (*) 2022	Valores em constituição IRT (*) 2023	Valores em constituição IRT (*) 2024
CVA										
Compra de energia (ii)										
Custo da Energia de Itaipu (iii)										
PROINFA (iv)										
Transporte Rede Básica (v)										
Transporte de Energia - Itaipu										
Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER (vi)										
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (vii)										
Itens financeiros										
Sobrecontratação de energia (viii)										
Neutralidade da Parcela A (ix)										
Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos (x)										
Risco Hidrológico (xi)										
Outros (xii)										
PIS e COFINS										
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04										
Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS (Nota 9.2.2)										
Total										
Ativo Circulante										
Ativo Não circulante										
Passivo Circulante										
Passivo Não circulante										

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

As receitas das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo são, basicamente, compostas pela venda da energia elétrica e pela sua entrega (transporte) por meio do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela "A" (custos não gerenciais): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela "A", são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela "B" (custos gerenciais): é composta pelos gastos na infraestrutura de distribuição e respectivo retorno pelo investimento e gastos com a operação e a manutenção. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho das distribuidoras, pois possui risco intrínseco do negócio por não haver garantia de neutralidade tarifária.

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário (Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional das controladas receberem caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com o cronograma de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos processos tarifários.

Nos reajustes tarifários a ANEEL recalcula os montantes efetivamente faturados e arrecadados, conforme regulamentações vigentes, com o objetivo de garantir a liquidação financeira desses montantes, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão, reduzindo o risco de perdas a valores imateriais.

São homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Espírito Santo ocorre em 7 de agosto e na EDP São Paulo ocorre em 23 de outubro.

Os valores que compõem os ativos e passivos financeiros setoriais são:

- Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da Parcela "A" - CVA: É composta da variação dos custos com a aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente; e
- Itens financeiros: Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: Sobrecontratação de energia; Neutralidade dos encargos setoriais; e a Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre Supermercados.

O processo de amortização se dá de forma mensal e corresponde ao recebimento/devolução por meio da aplicação das tarifas vigentes, homologadas nos últimos eventos tarifários. Para os Itens financeiros, os valores de amortização mensais correspondem a 1/12 avos dos montantes totais homologados pela ANEEL. Para a CVA, a amortização mensal é efetuada de acordo com a curva de mercado. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários. As distribuidoras reconhecem seus ativos e passivos financeiros setoriais com base no "OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral da Companhia de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade", de modo que os registros dos ativos e passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada exercício contábil, apresentam como contrapartida receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, considerando a melhor estimativa da Companhia quanto ao montante financeiro a ser realizado com decorrência do cumprimento integral da obrigação de performance completada no período, bem como todos os fatos e circunstâncias existentes que suportam a transação.

8.1 Efeitos relevantes no exercício

O total de passivos setoriais líquidos dos ativos, em 31 de dezembro de 2021, somava um valor de R\$693.913, sendo que o total de passivos setoriais líquido dos ativos em 31 de dezembro de 2022 equivale ao montante de R\$1.003.419. A variação no exercício, no montante de R\$309.506, foi causada pelos seguintes motivos:

- Amortização: No exercício, foi repassado aos consumidores no faturamento de energia o montante de R\$298.868 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.
- Compra de Energia: A variação da apropriação referente aos valores de Compra de Energia deve-se a uma conjuntura de sazonalidade associada ao cenário energético de 2021 com relação ao cenário médio previsto para o ano tarifário das distribuidoras. Adicionalmente, cabe observar que no exercício de 2022 em razão das afliências registradas, houve redução do acionamento das usinas termoeletricas (Nota 4.5). Além disso, até meados de abril estava em vigor a Bandeira Tarifária Escassez Hídrica (Nota 33.9), o que contribuiu para atenuar o déficit registrado ao final de 2021.
- Custo da energia de Itaipu: Os custos de energia elétrica de Itaipu atribuídos mensalmente às distribuidoras são valorados de acordo com o câmbio do dólar. No processo tarifário de 2021 da controlada EDP São Paulo, realizado em agosto do referido exercício, foi considerada uma premissa de R\$5,10 para a definição da cobertura tarifária. Já para o processo tarifário de 2022, a premissa considerada foi de R\$5,34. Ocorre que a taxa cambial do dólar verificada no exercício atual sofreu variações, contribuindo para a formação do resultado em análise. Além disso, outro fator que explica a variação verificada decorre da metodologia de cálculo da CVA, em que se compara mensalmente o preço da energia de Itaipu, assim como o preço dos demais contratos de energia com a Tarifa Média de Cobertura Tarifária (TMC). A TMC é uma média ponderada dos preços dos contratos de energia da controlada previsto para o seu ano tarifário. Portanto, o preço de energia de Itaipu verificado no exercício foi superior à TMC, resultando na formação de um ativo regulatório.
- PROINFA: A variação no exercício analisado decorre do aumento do valor das quotas do PROINFA, quando comparado com a cobertura tarifária definida nos Reajustes de 2021. A publicação das quotas do PROINFA de 2022 foi definida pela REH nº 2.995/21.
- Transporte rede básica: O saldo observado no exercício refere-se ao efeito do aumento das Tarifas de Transmissão (TUST) do ciclo 2022/2023, que remunera os custos de Rede Básica e outros de encargos de transmissão. As tarifas de transmissão do ciclo 2022/2023 foram definidas pela REH nº 3.066/22.
- Encargos de Serviço do Sistema - ESS / Encargos de Energia de Reserva - EER: Os custos do ESS/EER atribuídos às Distribuidoras no exercício mostraram-se superiores aos montantes previstos de cobertura tarifária, em decorrência principalmente do acionamento de usinas termelétricas despachadas fora da ordem de mérito. Além disso, no exercício verificado ocorreu a cobrança do encargo de Energia de Reserva, com o objetivo de remunerar as geradoras que operam nessa modalidade. Esse despacho termelétrico está inserido no contexto da crise hídrica mencionada na nota 4.5. Adicionalmente temos o efeito, do custo do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica que conforme Resolução CREG nº 2 (Nota 4.4), serão recuperados Entes de energia destinados à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, segundo os Ofícios nº 131/2022-SGT/ANEEL e 132/2022-SGT/ANEEL, além do Despacho nº 397/2022 (Nota 4.5), os custos foram contabilizados em março de 2022.
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: a variação positiva acumulada no exercício analisado é devido ao aumento do valor das quotas quando comparadas ao exercício de 2021. A publicação das quotas da CDE a serem recolhidas pelas Distribuidoras foram definidas pela Resolução Homologatória nº 3.004/22 (Nota 4.3).
- Sobrecontratação de energia: A apropriação dos valores no exercício ocorreu em função da participação no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), a controlada EDP São Paulo negociou 158,00 MWhm ao preço de R\$280,45/MWh, e a controlada EDP Espírito Santo negociou 119,07/MWhm ao preço de R\$286,93/MWh.
- Despacho nº 2.508/2020 emitidos pelas Superintendências de Regulação de Mercado (SRM) e Gestão Tarifária (SGT), no qual se publicou os montantes de involuntariedade das sobrecontratações dos anos de 2016 e 2017, as controladas e a ABRADEE interuseram Recursos Administrativos com o objetivo de: (a) revisar o critério utilizado pelas Superintendências na apuração do máximo esforço, de maneira a reconhecer a voluntariedade na sobrecontratação do ano de 2017, conforme regulamentação vigente; e (b) solicitar a suspensão dos efeitos do referido Despacho, enquanto não apreciado o mérito dos recursos. No que compete à revisão do critério do máximo esforço, a ANEEL deverá avaliar o mérito dos Recursos Administrativos apresentados, cuja decisão competirá à Diretoria Colegiada da Agência. Com relação ao segundo ponto, a diretoria da ANEEL emitiu o Despacho nº 2.897/2020 negando a concessão de efeito suspensivo aos Recursos Administrativos.
- Em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária no que diz respeito ao máximo esforço, migração de consumidores livres e efeitos da distribuição de cotas que refletem nos montantes de 2016 em diante. Em agosto de 2022 foi publicado o Despacho nº 2.169/2022 que reconheceu o montante de exposição e sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 reconhecendo a retirada do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária, com desfecho favorável em relação ao efeito suspensivo do Despacho nº 2.508/2020, além disso, foi decidida a retirada da adoção de novo de máximo esforço, conforme citado acima.
- Por fim, vale ressaltar que no Reajuste Tarifário de 2018 da controlada EDP Espírito Santo, a Diretoria Colegiada da ANEEL optou por antecipar o tratamento tarifário da sobrecontratação da mesma como voluntária para os exercícios de 2016 e 2017, a partir de pleito regulatório interposto pela controladora em razão de decisão exarada na 28ª Reunião de Diretoria ANEEL de 2018 e aprovação da Resolução Homologatória nº 2432/2018. Apesar da decisão de 2018 a ANEEL está desmontando o direito de preferência do montante da sobrecontratação referente a 2017 e em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$1.495 refere-se ao reconhecimento do direito a recomposição.
- Neutralidade da Parcela A: No exercício em análise houve um crescimento de mercado no qual as distribuidoras estão inseridas em relação aos mercados de referência dos Reajustes Tarifários de 2021, levando a uma maior arrecadação dos Encargos Setoriais. As diferenças serão repassadas aos consumidores no processo tarifário de 2022.
- Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativos: Referem-se aos faturamentos realizados pelas distribuidoras, referente a parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária das distribuidoras.

7.8 Outros clientes

O aumento no saldo no período refere-se à controlada EDP Smart Serviços, pelo o reconhecimento de um contrato de locação da usina fotovoltaica, localizada no município de Janaúba - MG, cuja geração mínima esperada é de 10.036MWh, para o qual houve celebração de aditivo alterando o prazo do contrato, cuja vigência passou a ser vinte e três anos, desta forma válido até 31 de dezembro de 2045. Dada as alterações provenientes do aditivo o contrato apresentou características de arrendamento financeiro e desta forma houve o reconhecimento inicial das contraprestações descontadas pela taxa implícita.

7.9 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

	Consolidado				
		PECLD esperada	Revisão de risco (I)		
	Saldo em 31/12/2021	Ao longo da vida	PECLD	Resultado de perdas	Saldo em 31/12/2022
Consumidores					
Residencial	(388.086)	(116.578)	567	50.268	(453.829)
Industrial	(45.688)	(7.448)	(959)	9.209	(44.886)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(127.639)	(24.632)	965	15.804	(135.502)
Rural	(36.900)	(8.652)	6.365	2.565	(36.622)
Poder Público	(1.519)	(27)	278	(174)	(1.442)
Iluminação Pública	-	(318)	(1.489)	1.792	(15)
Serviço Público	(792)	(229)	41	32	(948)
Clientes livres	(2.867)		(143)		(3.010)
Serviços Cobráveis	(5.095)		12		(5.083)
Não faturado	(4.331)	1.258			(3.073)
	(612.917)	(156.626)	5.637	79.496	(684.410)
	(498)		(696)		(1.194)
Concessionárias					
Clientes	(4.298)	(569)	(28)		(4.895)
Total	(617.713)	(157.195)	4.913	79.496	(690.499)
Circulante	(597.362)				(640.824)
Não circulante	(20.351)				(49.675)

(I) A matriz de risco é avaliada anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Para as controladas de distribuição e comercialização, de acordo com os estudos realizados pela Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, novos percentuais da PECLD passaram a ser aplicados, referente aos faturamentos de 2022 com base em um novo estudo da Matriz. A matriz anterior à pandemia do COVID-19, permanece sendo aplicada aos faturamentos referentes ao citado exercício, não tendo sido identificado aumento relevante de perda esperada conforme demonstrado no quadro a seguir.

Seguem abaixo os percentuais de perdas esperadas, segregadas por classe de consumo, aplicados quando do reconhecimento inicial dos recebíveis:

	31/12/2022							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular	Consumo irregular Clientes ativos			Consumo regular	Consumo irregular Clientes ativos		
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,19%	n/a	22,56%	n/a	1,79%	n/a	21,42%	n/a
Industrial	1,64%	0,23%	21,01%	8,51%	2,10%	0,82%	14,88%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,75%	0,86%	0,93%	1,84%	1,07%	0,72%	13,31%	n/a
Rural	0,47%	n/a	14,62%	n/a	1,08%	0,11%	7,50%	n/a
Poder Público	0,04%	n/a	4,51%	n/a	0,01%	0,00%	0,00%	n/a
Iluminação Pública	0,01%	n/a	n/a	n/a	0,13%	0,04%	4,55%	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	0,18%	n/a	n/a

	31/12/2021							
	EDP São Paulo				EDP Espírito Santo			
	Consumo regular	Consumo irregular Clientes ativos			Consumo regular	Consumo irregular Clientes ativos		
	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão	Baixa tensão	Média e Alta tensão
Residencial	1,09%	n/a	17,32%	n/a	1,69%	n/a	13,01%	n/a
Industrial	1,86%	0,66%	9,93%	23,68%	1,77%	n/a	27,28%	7,37%
Comércio, Serviços e Outras Atividades	0,84%	0,46%	24,25%	n/a	1,02%	0,46%	20,78%	n/a
Rural	0,35%	0,03%	14,62%	n/a	1,84%	0,01%	10,94%	n/a
Poder Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,16%	n/a	24,75%	n/a
Iluminação Pública	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Serviço Público	n/a	n/a	n/a	n/a	0,08%	0,18%	n/a	n/a

Para fins de PECLD, a Administração das controladas de distribuição adotou como prática as seguintes premissas de mensuração:

- A aplicação mensal de matriz de inadimplência, com bases em análises de arrecadação;
- Período de carência entre perdas esperadas e a aplicação da matriz passou a ser de 4 meses

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9.2 PIS e COFINS
9.2.1 PIS e COFINS - Ativos Compensáveis - Consolidado

A controlada Enerpeixe realizou reaparações de PIS e COFINS pela mudança do regime cumulativo para não-cumulativo no período de setembro de 2011 a dezembro de 2015, gerando um crédito R\$134.244, sendo líquido das compensações até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$83.439 (R\$78.071 em 31 de dezembro de 2021), onde houve atualizações monetárias de R\$20.371 (R\$15.127 em 31 de dezembro de 2021) e compensações no valor R\$71.300 (R\$71.300 em 31 de dezembro de 2021). Este crédito está sendo compensado com os respectivos débitos desses tributos, à medida que os faturamentos de energia elétrica são realizados.

9.2.2 Distribuidoras - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 3 de abril de 2019 e 10 de dezembro de 2019, as controladas de distribuição EDP Espírito Santo e EDP São Paulo obtiveram, respectivamente, o trânsito em julgado com decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos. Com relação ao tratamento tarifário, as distribuidoras formularam consulta à ANEEL e receberam resposta por meio do Ofício nº 392 em 19 de novembro de 2019, com a orientação de que a Agência, através de suas áreas técnicas, está analisando a melhor forma do repasse dos valores recuperados às tarifas homologadas aos consumidores das Concessionárias. Em 17 de março de 2020, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios nº 5/2020 buscando obter subsídios por meio de "Participação Social", para a formulação de sua manifestação quanto ao tratamento a ser dado pelas distribuidoras de energia elétrica aos créditos tributários decorrentes desses processos judiciais.

Em 11 de fevereiro de 2021 a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 5/2021, objetivando definir a metodologia de devolução aos consumidores dos créditos tributários. O prazo de contribuições dos agentes se estendeu até 29 de março de 2021, cujos principais pontos de discussão apresentados em Nota Técnica nº 9/2021 SF/SGT/SRM/SM/ANEEL, estavam relacionados ao: (i) montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário das distribuidoras; (ii) tempo necessário para a devolução; e (iii) operacionalização da devolução.

A controlada EDP Espírito Santo, por meio da carta CT-EDP-ES-61/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos referidos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 29 de julho de 2020, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 170/2020-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da controlada, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2021.

A controlada EDP São Paulo, por meio da carta CT-EDP-SP-64/2021, solicitou a consideração da antecipação da reversão dos créditos como componente financeiro negativo extraordinário a ser compensado do montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil. Em 20 de outubro de 2021, a SGT, por meio da Nota Técnica nº 236/2021-SGT/ANEEL, acatou o pedido da Companhia e consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2021 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2021.

Em 27 de junho de 2022 foi sancionada a Lei nº 14.385/22, que altera a Lei nº 9.427/96, com objetivo disciplinar a devolução de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A atual lei respalda a ANEEL de reverter os créditos em prol dos consumidores, no âmbito dos processos tarifários das concessionárias, prática essa adotada pela Agência, em caráter provisório, desde o Reajuste Tarifário de 2020 da EDP Espírito Santo e Reajuste Tarifário de 2021 da EDP São Paulo.

Em 29 de julho de 2022 a controlada EDP Espírito Santo, por meio da Nota Técnica nº 147/2022-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo da Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2022 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 07 de agosto de 2022 (Nota 4.18). No processo foi considerado o valor dos créditos já obtidos junto à Receita Federal até junho de 2022, assim como o aproveitamento mensal previsto pela distribuidora para os próximos 12 meses, perfazendo um componente financeiro negativo no valor atualizado de R\$463.358.

Em 13 de outubro de 2022 a controlada EDP São Paulo, por meio da Nota Técnica nº 190/2022-SGT/ANEEL, consolidou o cálculo do Reajuste Tarifário Anual - RTA de 2022 da companhia, nas tarifas aplicadas aos consumidores a partir de 23 de outubro de 2022 (Nota 4.20). No processo foi considerado o valor dos créditos já obtidos junto à Receita Federal até setembro de 2022, assim como o aproveitamento mensal previsto pela distribuidora para os próximos 12 meses, perfazendo um componente financeiro negativo no valor atualizado de R\$821.001.

Desta forma, o montante reconhecido na rubrica de passivos financeiros setoriais (Nota 8) refere-se ao valor principal atualizado monetariamente. A movimentação dos referidos valores, está em conformidade com a Solução de Consulta da RFB nº 13/2018, incluindo atualização monetária e compensação em 31 de dezembro de 2022, demonstrado a seguir:

		Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Compensação	(-) 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022
Exclusão do ICMS próprio na base de cálculo do PIS e da COFINS	EDP Espírito Santo	381.228		17.461	(364.289)		34.400
	EDP São Paulo	463.614	1.605	21.501	(479.252)		7.468
		844.842	1.605	38.962	(843.541)		41.868

9.3 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$420.824 (R\$259.345 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$349.339 (R\$252.475 em 31 de dezembro de 2021), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$349.292 (R\$253.306 em 31 de dezembro de 2021) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados à razão de 1/48 anos por mês.

9.4 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.631 (R\$302.327 em 31 de dezembro de 2021), as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo de R\$83.673 (R\$290.930 em 31 de dezembro de 2021), referente ao ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.5 IRRF sobre juros s capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Na controladora, o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$97.686 foi relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 e será liquidado em janeiro de 2023.

9.6 Parcelamentos

9.6.1 Controladora

9.6.1.1 REFIS

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento. Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados:

	Controladora				
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda
Parcelamentos - REFIS					
COFINS	30.754	6.151	9.793	46.698	2.092
PIS	1.637	6.677	10.136	18.450	10.592
Total dos tributos	37.431	7.486	11.919	56.836	2.546
Redução Programa REFIS					(7.471)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal					(11.933)
Total					39.978

9.6.2 Consolidado

9.6.2.1 REFIS

A controlada EDP Espírito Santo, juntamente com a Companhia, também formalizou junto à RFB a adesão ao "REFIS IV" (Nota 9.6.1.1). Segue abaixo os montantes e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado					
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Conversão em Renda	Valor de adesão - REFIS
Parcelamentos - REFIS						
COFINS	2.925	585	2.681	6.191	6.191	6.191
CSLL	4.442	888	4.093	11.308	3.742	15.050
INSS	8.548	3.021	10.256	22.495	10.822	33.317
IRPJ/ IRRF	4	1	8	13	5.257	5.270
Multa		223	192	415	190	605
Total dos tributos	15.919	4.718	17.230	2.555	40.422	20.011
Redução Programa REFIS						(11.578)
Utilização Base Negativa/ Prejuízo Fiscal						(12.099)
Total						36.756

9.6.2.2 Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em decorrência da apuração de débitos originados de recálculo dos tributos, as controladas de distribuição e a Enerpeixe aderiram, em agosto de 2017, ao PERT.

Dentre as opções oferecidas para o parcelamento, as controladas aderiram à opção de pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante parcelado em 145 parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 80% dos juros de mora e de 50% das multas de mora, de ofício ou isoladas. As parcelas serão atualizadas mensalmente pela SELIC acrescidas de 1%.

Segue abaixo o montante e a relação dos tributos parcelados consolidados:

	Consolidado				
	Principal	Multa	Juros	Total de Parcelamento	Valor de adesão - REFIS
Parcelamentos - PERT					
PIS	37.010	7.401	10.649	55.060	55.060
COFINS	166.807	33.361	47.259	247.427	247.427
CSLL	63.432	12.686	16.017	92.135	92.135
IRPJ/ IRRF	155.787	31.158	38.304	225.249	225.249
	423.036	84.606	112.229	619.871	619.871
Redução Programa PERT					(105.658)
Total					514.203

9.6.3 Movimentação dos parcelamentos

A movimentação dos parcelamentos e os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora	REFIS	REFIS (ii)	PERT	Total
Valor de adesão		39.978	76.734	514.203	590.937
Ajuste na consolidação REFIS/PERT (i)		791	1.934	(12.258)	(10.324)
Atualização de Juros - Consolidação 2011		8.707	11.422		11.422
Ativo a compensar			3.640		3.640
Depósito Judicial a favor da Companhia			17.284		17.284
Conversão em renda a favor da União		(5.689)	(24.071)		(24.071)
Amortização		(54.774)	(90.853)	(309.706)	(400.559)
Atualização		22.999	32.307	101.686	133.993
Reversão de atualização da conversão em renda			(2.892)		(2.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		12.012	25.505	293.925	319.430

(i) O montante de R\$791 na Controladora refere-se a depósito judicial visando a suspensão da exigibilidade do débito de IRPJ e CSLL decorrente do processo administrativo da empresa incorporada Magistra Participações S.A., o qual foi incluído no REFIS Federal em 2013 e homologado em março de 2017 pela Receita Federal, que supostamente equivocou-se ao equiparar tipos de depósitos.

11 Partes relacionadas

Além dos valores do saldo dos dividendos a pagar e a receber e de empréstimos a pagar apresentado na nota 27, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladas em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

				Controladora								Receitas (Despesas)			
				Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras	
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante					
Relacionamento	Preço praticado	Duração		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Empréstimos a receber															
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI															
EDP Trading	Controlada	02/10/2020 a 01/10/2024				105.711	94.132						11.579		3.907
Horizon Transmissão MA I	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2022													5.664
Horizon Transmissão MA II	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2022													2.077
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	04/11/2022 a 21/11/2026			216.606	155.563							25.149		8.975
EDP Espírito Santo	Controlada	08/01/2019 a 07/01/2021													65
Mata Grande Transmissão	Controlada	11/08/2022 a 10/08/2024				55.134								835	
				-	216.606	316.408	94.132	-	-	-	-	-	-	37.563	20.688
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC															
Mata Grande Transmissão	Controlada	23/08/2017 a indeterminado				42.800									
EDP Transmissão Aliança	Controlada	23/08/2017 a indeterminado					135.000								
EDP Smart Energia	Controlada	15/12/2017 a indeterminado					5.300								
EDP Ventures	Controlada	13/12/2019 a indeterminado				1.400	16.455								
EDP Smart Serviços	Controlada	07/12/2015 a indeterminado				197.750	186.100								
Santa Leopoldina	Controlada	25/11/2021 a indeterminado					3.400								
Resende	Controlada	14/05/2019 a indeterminado				30	30								
				-	-	241.980	346.285	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 16)															
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)															
EDP São Paulo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				292						(2.769)	(8.071)		
Energest	Controlada (*)	01/01/2019 a 31/12/2022					128				10	353	1.236		
EDP Trading	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				484	112			987	986	5.472	1.821		
Investco	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022					879				25	1.011	1.193		
EDP Espírito Santo	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				1.569	91					13.707	6.619		
Porto do Pecém	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				188	248					3.864	7.225		
EDP Smart Soluções	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				25	1.223					916	509		
EDP Smart Serviços	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022					(5)				148	921	(974)		
Lajeado	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				276	765					2.067	1.721		
Horizon Transmissão ES	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2022										1.414	124		
EDP Smart Energia	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				158	73							1.575	
EDP Transmissão Norte	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				15						48			
Horizon Transmissão MA I	Controlada (**)	01/01/2019 a 31/12/2022												287	
Horizon Transmissão MA II	Controlada (**)	01/01/2020 a 01/01/2022												238	
EDP Transmissão SP-MG	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				136	30					2.157	1.393		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				39					2	517			
EDP Transmissão Aliança	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				192	55				17	2.553	1.699		
EDP Goiás	Controlada (***)	01/01/2019 a 31/12/2022								11		1.810			
Mata Grande Transmissão	Controlada	01/01/2019 a 31/12/2022				12						120			
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2022				8	8			236	236		(493)		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/01/2019 a 31/12/2022				5	203					259		528	
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2018 a 31/12/2022				102	268							1.205	
Enerpeixe	Controlada	01/07/2018 a 31/12/2022					79			273		1.354	944		

(ii) Do valor total consolidado da dívida do REFIS em 31 de dezembro de 2022 de R\$25.505 (R\$30.014 em 31 de dezembro de 2021): (i) R\$12.012 (R\$16.983 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à Companhia, que foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC; e (ii) R\$13.493 (R\$13.031 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à controlada EDP Espírito Santo, que possuem depósitos judiciais ativos de R\$17.310 (R\$20.544 em 31 de dezembro de 2021), os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Do valor total da dívida da Companhia em 31 de dezembro de 2022 de R\$12.012 (R\$16.983 em 31 de dezembro de 2021), restam 22 parcelas de R\$470 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

10 Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado			
	Passivo		Ativo		Passivo	

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

				Controladora								Receitas (Despesas)			
				Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras	
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante					
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Compartilhamento do serviços de infraestrutura (b)															
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022							60	75	2.052			
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2022				3					52	29		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			45	15					533	346		
Horizon Transmissão ES	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2022										271		
Investco	Controlada		01/01/2015 a 31/12/2026				10					260	92		
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			66	30					828	494		
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			14						225	68		
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			245	75					2.823	1.134		
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			44	11					451	166		
Horizon Transmissão MA I	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2021										17		
Horizon Transmissão MA II	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2022										13		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2015 a 31/12/2026			13	5					184	60		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			3	1					37	6		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			14	5					188	100		
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1						4			
Mata Grande Transmissão	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			1						10			
EDP Goiás	Controlada (***)		01/01/2019 a 31/12/2022			9				40		159			
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			21	52					311	139		
Enerpeixe	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022							15					
EDP Smart SPE V	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			13									
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022			17	5					6	76		
Reembolso de gastos com leilão															
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/03/2019 a indeterminado				758						758		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/06/2017 a indeterminado				24						24		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/06/2017 a indeterminado				23						23		
Mata Grande Transmissão	Controlada		01/05/2021 a indeterminado				230						725		
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/04/2021 a indeterminado				781						1.593		
Santa Leopoldina	Controlada		01/12/2021 a indeterminado				12						12		
EDP Smart SPE V	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2022							72					
Opções de ações outorgadas pela Companhia (Nota 11.2.1)															
EDP São Paulo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			554	514					554	514		
Energest	Controlada (*)		15/06/2017 a 30/06/2026				194						(140)		
EDP Trading	Controlada		15/06/2017 a 18/06/2025			67	224					67	30		
EDP Espírito Santo	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			547	465					(547)	(690)		
Porto do Pecém	Controlada		15/06/2017 a 30/06/2026			337	733					(337)	638		
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		18/06/2020 a 30/06/2026			32	17						(6)		
EDP Smart Serviços	Controlada		06/06/2018 a 30/06/2026			4	261						305		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		22/06/2020 a 22/06/2025												
Contrato de serviços de consultoria															
EDP Renováveis	Parte Relacionada		01/06/2017 a indeterminado			437	270						289		
Contrato de prestação de serviços (c)															
EDP Portugal	Controladora		Indeterminado	10.881	8.124			61.894	44.336	1.238	1.287		(21.823)		(354)
EDP Valor	Parte Relacionada		Indeterminado					5.804	5.347				(1.541)		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)															
EDP Espírito Santo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			2.912	769					14.766	11.557		
Horizon Transmissão MA I	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2021										659		
Horizon Transmissão MA II	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2021										596		
Mata Grande Transmissão	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			41						259			
EDP Transmissão Norte	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			50						360			
EDP Transmissão SP-MG	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			110	71					1.035	858		
EDP Transmissão Aliança	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			213	67					1.219	946		
EDP Goiás	Controlada (***)		01/01/2019 a 31/12/2024									702			
Energest	Controlada (*)		01/01/2019 a 31/12/2024				102					357	515		
EDP Smart Soluções	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			417	132					1.423	1.410		
Lajeado	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			141						771	885		
Porto do Pecém	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			708	357					5.554	5.178		
EDP Smart Serviços	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			215	123					1.049	1.095		
EDP São Paulo	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			5.754	396					18.602	7.032		
EDP Trading	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			596	109					3.549	1.777		
Enerpeixe	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			3	134					37	1.608		
Investco	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024				104					767	1.431		
Horizon Transmissão ES	Controlada (**)		01/01/2019 a 31/12/2024			5	49					1.801	669		
EDP Smart Energia	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024				1					174	658		
EDP Transmissão Litoral Sul	Controlada		01/01/2019 a 31/12/2024			154						839	2		
				10.881	8.561	16.867	11.289	67.698	49.683	2.932	3.045	96.639	39.377	-	(354)
				10.881	225.167	575.255	451.706	67.698	49.683	2.932	3.045	96.639	39.377	37.563	20.334
Consolidado															
				Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
	Relacionamento	Preço praticado	Duração	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber (Nota 7)															
Suprimento de energia elétrica															
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	140,76	01/01/2017 a 31/12/2046									1.234	5.207		
CEJA	Controlada em conjunto	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046										697		
São Manoel	Controlada em conjunto		01/01/2017 a 31/12/2046	3.664								37.225			
Central Eólica Baixa do Feijão I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									21			
Central Eólica Baixa do Feijão II	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									13			
Central Eólica Baixa do Feijão III	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									20			
Central Eólica Baixa do Feijão IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									20			
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									50			
Central Eólica Srmn I	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									2.030			
Central Eólica Srmn IV	Parte Relacionada		01/01/2017 a 31/12/2046									1.652			
Encargo de uso da rede															
CEJA	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	64	5							492	34		
São Manoel	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	194	16							1.608	112		
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto		09/02/2019 a 10/02/2047	35	3							309	3		
Prestação de serviços															
Central Eólica Jaú	Parte Relacionada		Indeterminado										308		
Central Eólica Aventura I	Parte Relacionada		Indeterminado										149		
				3.957	24	-	-	-	-	-	-	44.674	6.510	-	-
Fornecedores (Nota 25)															
Suprimento de energia elétrica															
CEJA	Controlada em conjunto	209,02	01/01/2015 a 31/12/2044					749	791			(6.610)	(6.054)		
CEJA	Controlada em conjunto	121,10	01/01/2017 a 31/12/2046										(9.104)		
CEJA	Controlada em conjunto	165,63	01/01/												

...continuação	EDP Energias do Brasil S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)	

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Os avais e fianças concedidos e recebidos pela Companhia estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 39.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020 e com prazo de vigência de 24 meses, foi celebrado o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos entre a Companhia, as controladas EDP Smart Energia, EDP Smart Serviços e EDP Smart Soluções, sem necessidade de anuência prévia ANEEL, utilizando o critério de alocação dos gastos pelo percentual de dedicação da atividade, processo ou departamento às partes relacionadas. A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança SC e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2021, foi assinado contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da Companhia. O contrato celebra o compartilhamento entre a Companhia e as partes relacionadas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contrato têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da controlada EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a controlada e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II, em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a desde 1º de janeiro de 2022, onde foram excluídas do compartilhamento. A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contratos de Prestação de serviços

Os órgãos responsáveis pelo controle e respectiva supervisão destes contratos são o Comitê de Governança Corporativa e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e uma área interna da Companhia dedicada à apuração e conferência dos serviços importados e exportados. Todo serviço importado ou exportado é submetido a uma análise criteriosa que exige interação da área dedicada à apuração e conferência com as demais áreas internas da Companhia que importaram e exportaram o serviço. São averiguados se o tempo despendido nas atividades, o número de pessoas beneficiadas e o volume de negócios agregado demonstram o efetivamente aplicado pelos colaboradores para realizar as atividades em questão.

EDP Portugal

Os montantes referem-se a contratos de prestação de serviços de consultoria e apoio a gestão celebrado mutuamente entre a Companhia e seu acionista controlador EDP - Energias de Portugal S.A. Estes contratos têm como objetivo: (i) o compartilhamento de custos, estrutura, conhecimento e tecnologia, possibilitando, assim, uma maior sinergia entre as empresas do grupo; (ii) evitar eventual capacidade ociosa de pessoal; (iii) reduzir os custos de contratação de determinados serviços em relação à média do mercado; e (iv) impedir o acesso de terceiros a questões estratégicas ou informações de tecnologia própria das contratantes.

EDP Trading, EDP Goiás, Enerpeixe, Investco, Lajeado, Cachoeira Caldeirão, CEJA, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP- MG e EDP Transmissão Litoral Sul

Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocação junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normalização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações.

Foram anuidos pela ANEEL os seguintes Despachos, relacionados à celebração do contrato de Prestação de serviços, referente a operação remota na modalidade “Tempo Real”, em regime de turnos contínuos de 24 horas, durante os 7 dias da semana, pelo prazo de 36 meses: (i) Despacho nº 1.962, de 3 de julho de 2020 com a EDP Transmissão Aliança no valor global do contrato de R\$1.726; (ii) Despacho nº 2.943, de 14 de outubro de 2020 com a Horizon Transmissão MA I no valor global do contrato de R\$1.769; (iii) Despacho nº 3.036, de 22 de outubro de 2020 com a EDP Transmissão SP-MG no valor global do contrato de R\$1.785; e (iv) Despacho nº 588, de 03 de março de 2021 com a EDP Transmissão Litoral Sul no valor global do contrato de R\$1.573.

Com a transferência dos ativos do Centro de Operação da Geração e Transmissão (COGT), da EDP Trading para a EDP Goiás, esses contratos foram encerrados para serem celebrados com a EDP Goiás, no lugar da EDP Trading. Tanto a transferência dos ativos do COGT, quanto dos contratos de prestação de serviços de operação remota foram aprovados pela ANEEL em 15 de dezembro de 2022 por meio do Despacho nº 3.588/2022.

(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve a Companhia e as seguintes partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (*), Investco, Lajeado e Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES, EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 estas companhias estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2021. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (Nota 1.1.1) como parte do contrato. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. Esses contratos são dispensados de anuência prévia da ANEEL, uma vez que os valores de desembolso das empresas participantes se enquadram nos limites de dispensa. O contrato de compartilhamento de atividades de *backoffice* têm vigência até 31 de dezembro de 2023.

(*) Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia alienou as controlada Energest e, consequentemente, a partir desta data a mesma não é mais consolidada.

11.1 Controladora direta e final

A controladora final da Companhia é a EDP - Energias de Portugal S.A., que exerce controle por meio de suas controladas EDP International Investments and Services, S.L. e a EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.

11.2 Remuneração dos administradores

11.2.1 Ações outorgadas pela Companhia

Entre os anos de 2016 e 2022, a Companhia instituiu os planos um a seis, de remuneração baseados em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre eles, encontram-se gestores e diretores estatutários e não estatutários das controladas, sendo estimado no resultado de 2022 da Companhia o montante de R\$2.237 (R\$651 em 2021) a ser reembolsado pelas controladas no momento da outorga. A outorga das ações será concedida quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo de 3 ou 5 anos a partir do início do plano.

11.2.2 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária paga pela Companhia

	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	7.562	1.755	237	9.574	7.085	1.640	234	8.959
Benefícios de curto prazo (b)	217			217	197			197
Benefícios - Previdência privada	132			132	211			211
Remuneração baseada em ações	3.474			3.474	1.028			1.028
Total	11.405	1.755	237	13.397	8.521	1.640	234	10.395

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais (não aplicável ao Conselho Fiscal).

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida. Em relação às ações outorgadas, o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2022, é de R\$2.085 (R\$2.373 em 2021). Os montantes estimados apenas são considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro acima quando da efetiva outorga das ações da Companhia.

11.2.3 Remuneração baseada em ações

As ações do Plano de Remuneração II foram exercidas, conforme nota 32.3.2.2.

11.2.4 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora					Controladora			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	4,08	4,00	3,00	4,17	5,17	3,00			
Valor da maior remuneração individual	526	3.581	79	496	2.489	78			
Valor da menor remuneração individual	376	2.100	79	342	881	78			
Valor médio da remuneração individual	430	2.851	79	393	1.648	78			

12 Estoques

	Consolidado			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Matéria prima e insumos para produção de energia				
Carvão	12.1	129.345	470.025	
Diesel		3.648	3.220	
Cal		245	244	
Outros		3.248	2.783	
		136.486	476.252	
Material de almoxarifado		93.821	90.951	
Resíduos e sucatas		57.039	39.312	
Kit fotovoltaico		673	404	
Estoque de Produtos em Elaboração		2.035	2.400	
Outros		44	9	
(-) Perda estimada na realização dos estoques	12.2	(14.376)	(148.920)	
		139.236	(15.844)	
Total		275.722	460.408	

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados nas rubricas de: (i) Ativos da concessão, nas controladas de distribuição, pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$94.275 (R\$86.466 em 31 de dezembro de 2021); e (ii) Imobilizado, nas controladas de geração, serviços e transmissão, pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$74.007 (R\$21.189 em 31 de dezembro de 2021).

12.1 Carvão

A redução do estoque de carvão na controlada Porto do Pecém deve-se aos seguintes fatores: (i) devido ao cenário hidrológico favorável em 2022 (Nota 4.10), a controlada encontra-se desde o início do ano desligada pela ONS, por esta razão não foi necessária aquisição de estoque no ano de 2022; e (ii) venda do estoque de 300mil toneladas de carvão para empresa do mesmo grupo econômico EDP Espanha, cujos impactos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados nas Notas 11 e 34.

12.2 Perda estimada na realização dos estoques - Controlada Porto do Pecém

Em 31 de dezembro de 2021 foi constituída uma provisão no montante de R\$141.490 na controlada Porto do Pecém, foi decorrente de ajuste ao valor de realização do estoque, mensurado pela expectativa de preço do Custo Variável Unitário - CVU aplicado, considerando o cenário de realização do estoque no próximo exercício, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica e ao elevado preço médio do carvão em 2021, onde a controlada foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses.

Esta provisão ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, substancialmente devido ao cenário de crise hidrológica mencionada na nota 4.5 e ao elevado preço médio do carvão, onde a controlada Porto do Pecém foi despachada integralmente em 8 meses, e parcialmente em 4 meses, tendo CVU médio de R\$359,84/MWh em 2021 e R\$147,45/MWh em 2020, além do dólar médio de R\$5,21 para a aquisição de carvão, que trouxe aquisição elevada para planejamento de despacho. Ao final do exercício de 2021 a controlada foi desligada pelo ONS após o aumento das chuvas, o que fez com que as projeções de despacho passassem para o primeiro semestre de 2023, trazendo a redução ao valor recuperável dos estoques, com reversão do montante de R\$3.427 em 31 de março de 2022, R\$67.371 no período findo em 30 de junho de 2022 e R\$70.692 no período findo em 31 de dezembro de 2022, revertendo o valor total constituído em 2021.

Considerando a melhoria do cenário hídrico e energético global e a frustração da previsão de queima inicial de carvão, que passou do primeiro trimestre de 2022, em 31 de dezembro de 2021, para o primeiro semestre de 2023, em 31 de dezembro de 2022, a controlada que possuía um estoque total de 409 mil toneladas de carvão, efetuou acordo de venda de 306 mil toneladas do estoque para EDP Espanha (Nota 11), com entrega no segundo trimestre de 2022 de 117 mil toneladas e 114mil toneladas no terceiro trimestre de 2022 (Nota 11) e 75mil toneladas no quarto trimestre de 2022 (Nota 4.10), a queima das 103 mil toneladas de carvão restante está prevista para o primeiro semestre de 2023. Tendo em vista o cenário atual e com base na expectativa de realização do estoque para o segundo semestre de 2023, foi realizada a provisão de perda de R\$4.103 em 31 de dezembro de 2022.

13 Cauções e depósitos vinculados

		Controladora					Saldo em
	Nota	31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixas	31/12/2022
Depósitos judiciais	31	4.850	10.898	795	(42)	(40)	16.461
Outros cauções		392					392
Total		5.242	10.898	795	(42)	(40)	16.853
Circulante		350					350
Não circulante		4.892					16.503

		Consolidado						
		Aquisição de Empresas					Saldo em	
	Nota	31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	31/12/2022	
	31	413.482	525	75.172	26.954	(15.377)	(35.725)	465.031
Depósitos judiciais								
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures		5.798	12.958	5.956	2.023	(9.492)		17.243
Outros cauções		10.497	765	6.153	851	(9.012)		9.254
Total		429.777	14.248	87.281	29.828	(33.881)	(35.725)	491.528
Circulante		10.001						19.782
Não circulante		419.776						471.746

13.1 Depósitos judiciais - Adição

O saldo na controladora de R\$10.898 refere-se, principalmente pela incorporação dos depósitos judiciais das companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I, Horizon Transmissão MA II alienadas em 2021 e da Energest alienadas em 07 de dezembro 2022 no montante de R\$10.083. O saldo no consolidado de R\$75.172, referem-se principalmente: (i) R\$9.663 ao depósito judicial desfavorável da controlada EDP São Paulo após sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 11/03/2021, com reversão do depósito judicial realizado pela controlada EDP Espírito Santo para evitar a liquidação da garantia oferecida na execução fiscal (fiança bancária) que poderá ocorrer a qualquer momento após a autorização de execução provisória da União Federal.

13.2 Depósitos judiciais - Resgate

O saldo no consolidado de R\$75.172 refere-se, principalmente: (i) R\$8.168 refere-se ao resgate do depósito judicial em favor para a controlada EDP São Paulo após decisão parcialmente favorável no MS nº 5023534-95.2020.4.03.6100, o qual discute sobre débitos de PIS e COFINS de fevereiro de 2018 e COFINS de abril de 2018, em razão da falta de processamento das DCTFs retificadoras, sendo que a própria RFB reconheceu que esses valores não eram integralmente devidos. O saldo atual é de R\$911, que aguarda decisão judicial; e (ii) R\$23.293 refere-se à baixa do depósito judicial desfavorável para a controlada EDP Espírito Santo que foi convertido para à União, referente ao processo judicial onde era questionada a ilegalidade do restabelecimento das alíquotas do PIS e COFINS sobre o total das receitas financeiras (Nota 9).

14 Dividendos - Ativos e Passivos

Os dividendos e os JSCP a pagar são reconhecidos em contrapartida do Patrimônio líquido nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber das controladas, coligadas e controladas em conjunto são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de JSCP são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Controladora

Foi aprovada em AGOE, realizada em 05 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com distribuição de R\$2.159.838, a ser distribuído da seguinte forma: (i) constituição de Reserva Legal no valor de R\$107.992; (ii) Juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$454.811, imputáveis aos dividendos já contabilizados em 31 de dezembro de 2021; (iii) dividendos no valor de R\$803.189; e (iv) R\$743.846 em Reserva de Retenção de Lucros, com a finalidade de investimentos, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2022. Os JSCP e dividendos foram pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia em 26 de maio de 2022.

Em 28 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2022 no montante bruto de R\$651.239, com retenção de 15% de IRRF, exceto para os acionistas imunes ou isentos que comprovarem essa condição até a data de 31 de dezembro de 2022, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos a receber e a pagar do exercício:

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2021	Comple-mentares	Dividendos Adicionais	Exercícios anteriores	JSCP	Recebi-mentos	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Ativo								
Energest	26.833		78.601			(105.434)		
EDP Trading	14.244	144			13.098	(14.244)		13.242
EDP São Paulo	43.335	62.432	322.368	395.632	68.880	(761.335)		131.312
EDP Espírito Santo	55.502	39.625	256.914	185.086	90.291	(497.502)		129.916
Lajeado	11.343	34.399	104.385		12.993	(115.728)		47.392
EDP Smart Energia	-		3.185		1.171		(3.185)	1.171
EDP Transmissão Aliança	19.188				22.712	(19.188)		22.712
EDP Transmissão SP-MG	33.598	20.198			16.831	(33.598)		37.029
Pecém TM	95	105	286			(381)		105
Pecém OM	54	35	164			(218)		35
CEJA	18.492		33.980		27.561	(52.473)		27.560
Celeesc	31.375		5.977		43.247	(37.294)		43.305
Porto do Pecém	106.406				62.249	(106.406)		62.249
	360.465	156.938	805.860	580.718	359.033	(1.743.801)	(3.185)	516.028

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Passivo					
Acionistas não controladores	228.740	290.143	240.028	(519.473)	239.438
EDP International Investments and Services, S.L.	160.315	217.691	179.639	(378.525)	179.120
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal Lda.	126.845	168.983	139.530	(295.904)	139.454
	515.900	676.817	559.197	(1.193.902)	558.012

	Consolidado					
	Saldo em	Dividendos			Saldo em	
Ativo	31/12/2021	Complementares	Adicionais	JSCP	Recebimentos	31/12/2022
Pecém TM	94	105	286		(381)	104
Celeesc	31.375		5.977	43.247	(37.294)	43.305
Pecém OM	54	35	164		(218)	35
CEJA	18.492		33.980	27.561	(52.473)	27.560
	50.015	140	40.407	70.808	(90.366)	71.004

...continuação	EDP Energias do Brasil S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021	
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	

16.2.1 Subsídio Crise Hídrica

A rubrica refere-se ao reconhecimento do subsídio Crise Hídrica, que tem como base a Resolução N° 2, de 31 de agosto de 2021 (Nota 4.5), que tem como propósito incentivar os consumidores a reduzirem o seu consumo de energia em meio a escassez hídrica. Para ter direito ao bônus, o consumidor precisou reduzir o consumo de energia elétrica nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos de energia elétrica no período seja ao menos 10% menor, em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Uma vez atingida a meta de redução, o consumidor recebe um bônus de R\$0,50/kWh do total da energia economizada, bônus esse que passa a ser creditado na conta de luz e é limitado a 20% da energia economizada. Os consumidores aptos a receberem o bônus são os da baixa tensão e os de média e alta tensão, das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). O DSP ANEEL n° 397/22 estabelece a operacionalização da cobrança dos custos e repasse de créditos (Nota 4.5).

Em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido pelas distribuidoras, o montante total de subsídio de R\$123.825. A redução observada em 31 de dezembro de 2022, refere-se à liquidação do bônus reconhecido no final do exercício anterior (Nota 4.5), sendo R\$64.018 referente à controlada EDP São Paulo, e R\$59.807 à controlada EDP Espírito Santo.

16.3 EDP São Paulo - Modicidade tarifária - baixa renda

Através do Termo de Notificação n° 1.091/05, a Comissão de Serviços Públicos de Energia - CPSE, atual Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção do critério de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando-as de bifásicas para monofásicas, com efeito retroativo a 2002.

As unidades consumidoras, apesar de estarem conectadas por meio do sistema monofásico a três fios, estavam classificadas como bifásicas, situação que impedia o faturamento das mesmas na condição de residencial baixa renda. Depois de inúmeras negociações com ANEEL e ARSESP, entre os períodos de 2008 e 2009, a controlada EDP São Paulo providenciou a revisão dos faturamentos classificando as unidades consumidoras como residencial Baixa Renda, quando identificados os valores a devolver aos consumidores até então faturados sem o benefício da tarifa social.

Conforme acordado com ANEEL e ARSESP, a restituição de valores aos consumidores teve início a partir do faturamento de março de 2009. Até 31 de dezembro de 2022 foi restituído o montante de R\$19.507 (R\$19.491 em 31 de dezembro de 2021), restando um saldo a restituir no montante de R\$10.258 (R\$10.264 em 31 de dezembro de 2021), envolvendo unidades consumidoras ainda ativas e inativas do cadastro de faturamento da controlada. Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, as unidades consumidoras inativas estão a exigir medidas da controlada, com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito de a controlada reaver valores a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas, cujo saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$8.060, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

Diante da impraticabilidade cadastral de identificar os consumidores com direito ao crédito, a controlada EDP São Paulo encaminhou a correspondência CT-EDP-SP-063-2022, de 04 de agosto de 2022, à ARSESP, sugerindo que como o faturamento original das unidades consumidoras foi realizado considerando a tarifa cheia da classe residencial, enquanto que, para a restituição, a controlada EDP São Paulo providenciou o cálculo do faturamento das mesmas unidades consumidoras aplicando a tarifa da classe residencial baixa renda, de maneira que o total a devolver somou a importância de R\$10.255. Nestas circunstâncias, processado o DMR - Diferença mensal de Receita, a controlada EDP São Paulo teria o direito de receber o montante de R\$7.148, a título de subvenção econômica.

Alternativamente, a controlada EDP São Paulo poderia transferir para a conta de modicidade tarifária a diferença entre os valores acima, ou seja, R\$3.107.

A controlada EDP São Paulo segue na expectativa de uma resposta da ARSESP.

16.4 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico (Nota 38.2.3) no ACR, o saldo do Ativo Circulante e Não circulante referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF, das competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizados linearmente.

A movimentação do exercício está demonstrada a seguir:

Controladas	Períodos de amortização	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Lajeado	Jan/2015 a Mar/2029	19.586	(2.701)	16.885
Investco	Jan/2015 a Mar/2029	347	(47)	300
Total		19.933	(2.748)	17.185
Circulante		2.749		2.750
Não circulante		17.184		14.435

16.5 Contribuição de Iluminação Pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP das controladas de distribuição, que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, em conformidade com o estabelecido por lei municipal, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.6 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica - SPEE (Decreto Federal n° 41.019/57 revogado pelo Decreto n° 10.810/21), aplicado pela controlada EDP São Paulo na expansão do SPEE. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. A amortização do principal aguardava determinações do Poder Concedente.

O Decreto Lei n° 9.022/17 determinou que as Concessionárias, que possuíam recursos correspondentes ao fundo de reversão, deveriam amortizar integralmente seus débitos até 31 de dezembro de 2026, junto à CCEE.

As amortizações foram iniciadas em janeiro de 2018 e o montante relativo ao principal e juros, das próximas 12 parcelas, foram transferidos do Não circulante para o Circulante.

16.8 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) a Companhia e suas controladas efetuaram o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP
Edifícios	1.250	854	(2.012)	2.007	7
Veículos	-	1.447	(1.559)	1.701	(2)
Total Circulante	1.250	2.301	(3.571)	3.708	5
Edifícios	6.904	4.964	(2.007)	1.300	11.161
Veículos	-	4.642	(1.701)	755	3.696
Total Não circulante	6.904	9.606	-	(3.708)	2.055
	8.154	11.907	(3.571)	-	2.060

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP
Terrenos	1.433	4.592	(4.552)	3.588	327
Edifícios	15.521	1.241	(17.611)	16.927	61
Equipamentos de informática	-	90	(44)	115	161
Máquinas e equipamentos	8.419	4.595	(9.611)	2.430	312
Veículos	4.477	2.732	(7.620)	3.452	205
Total Circulante	29.850	13.250	(39.438)	26.512	905
Terrenos	4.610	24.195	(3.588)	3.005	28.222
Edifícios	73.803	4.528	(16.927)	9.453	70.857
Equipamentos de informática	-	201	(115)	(9)	77
Máquinas e equipamentos	2.027	10.945	(2.430)	573	11.115
Veículos	120	9.283	(3.452)	1.508	7.459
Total Não circulante	80.560	49.152	-	(26.512)	14.530
	110.410	62.402	(39.438)	-	15.435

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Controladora			
	Edifícios	Veículos		
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	2.106	10,54%	1.587	13,81%
Total Circulante	2.106		1.587	
2024	322	11,05%	245	13,81%
2025	1.774	11,19%	1.364	13,81%
2026	1.596	11,19%	1.199	13,81%
2027	1.435	11,19%	888	12,66%
2028	1.291	11,19%		
2029 até 2041	4.743	11,19%		
Total Não circulante	11.161		3.696	

	Consolidado			
	Terrenos	Edifícios	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2023	5.388	4,89%	16.139	9,82%
	5.388		16.139	
2024	1.803	5,22%	2.531	9,96%
2025	2.769	8,58%	13.820	9,99%
2026	3.869	8,58%	11.878	10,01%
2027	3.352	8,58%	10.087	10,08%
2028	3.086	8,58%	8.763	9,86%
2029 até 2041	13.343	8,58%	23.778	10,05%
	28.222		70.857	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	28.523	18.550	174.746	148.809
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(2.638)	(1.716)	(16.164)	(13.765)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 23.1.2).

16.9 Títulos a receber

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	3.329	1.121	57.593	58.912
(-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"			(29.589)	(31.888)
Total	3.329	1.121	28.004	27.024

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada Investco no montante original de R\$43.964, onde, de acordo com o artigo 8° do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9°, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$31.333 (R\$28.145 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

16.10 Credores diversos - consumidores e concessionárias

A redução dos credores diversos ocorreu devido a liquidação da bonificação para os clientes que economizaram energia com o bônus de escassez hídrica (Nota 16.2.1). Do saldo de R\$159.941 em 31 de dezembro de 2021, R\$64.018 e R\$59.807 referem-se ao referido bônus das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo respectivamente. Os montantes foram liquidados em sua totalidade no período findo em 30 de junho de 2022.

17 Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

No exercício findo e 31 de dezembro de 2021 ocorreu inclusão de ativos mantidos para venda (Nota 17.1) e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreu o retorno de ativos que foram anteriormente classificados como mantidos para venda (Nota 17.2).

Por não se qualificarem como operações descontinuadas, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado, com exceção das depreciações e amortizações que não são consideradas entre a assinatura do contrato de compra e venda e a conclusão da alienação, conforme previsto no CPC 31.

17.1 Alienação de 100% do capital social da Energest

A Administração da Companhia visando prontamente a alienação de 100% de participação no investimento em ativo hídrico da controlada Energest S.A. ("Energest" ou "UHE Mascarenhas"). Portanto, em outubro de 2021, os ativos e passivos relativos foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda, conforme descrito na nota 4.19.

Em 30 de agosto de 2022, foi firmado junto à empresa detida pela VH GSEO UK Holding Limited contrato de compra e venda de 100% do capital social desta companhia detido pela EDP - Energias do Brasil.

Com a conclusão dos processos de alienação em 07 de dezembro de 2022, o montante de R\$326.252 foi registrado na rubrica de Ganho na alienação de investimentos em 30 de novembro de 2022 e o ativo deixou de integrar o ativo mantido para venda e consequentemente o consolidado da Companhia. O valor total da transação foi de R\$1.225.000, sendo R\$800.000 no *closing* que, após ajuste de preço referente a variações da Dívida Líquida e de Capital de Giro, corresponderam a R\$707.655. Ainda, existe a possibilidade de adicional ao preço de aquisição no valor máximo de R\$425.000, caso seja aprovada a prorrogação do contrato de concessão Energest, em cenários que, por se tratarem de condições futuras de natureza incerta e que não estão sob o controle da Companhia, não contemplam o ganho, conforme definições do CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Segue abaixo o resumo das informações financeiras relativas à empresa alienada em 30 de novembro de 2022:

Energest		Energest	
ATIVO	30/11/2022	31/12/2021	Passivo
Circulante	Não auditado		Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	86.388	35.871	Fornecedores
Concessionárias	24.808	22.727	Imposto de renda e Contribuição social a recolher
			Outros tributos a recolher
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	3.157	5.241	
Outros tributos compensáveis	2.834	5.294	Dividendos
Empréstimos a receber		105.305	Empréstimos e financiamentos
Estoques	7.107	6.545	Provisões
Outros créditos	1.013	1.603	Outras contas a pagar
Total do Ativo Circulante	125.307	182.586	Total do Passivo Circulante
Não circulante			Não circulante
Cações e depósitos vinculados	3.290	3.260	Tributos diferidos
Prêmio de risco - GSF	90	631	Benefícios pós-emprego
Outros créditos	29	18	Provisões
	3.409	3.909	Outras contas a pagar
Imobilizado	186.051	196.320	Patrimônio Líquido
Intangível	77.822	94.795	Capital social
Total do Ativo Não circulante	267.282	295.024	Reservas de lucros
			Outros resultados abrangentes
Total do Ativo	392.589	477.610	Lucros acumulados
			Total do passivo e patrimônio líquido

A apuração do ganho na alienação está demonstrada abaixo:

	Nota	Energest
Patrimônio líquido das controladas na data da venda		324.338
Reversões de depreciações e amortizações		39.572
Saldo do Ativo mantido para venda na data da alienação (1)		363.910
Valor da venda		800.000
Ajustes de preço	(i)	(92.345)
Valor recebido		707.655
Ganho na alienação		343.745
Custos de transação		(11.947)
Outros ajustes	(ii)	(5.546)
Valor líquido dos custos na alienação (2)		690.162
Ganho líquido na alienação das participações (2) - (1)		326.252

(i) Ajuste de preço referem-se a dividendos e ajuste de caixa.

(ii) Refere-se a benefícios pós-emprego no resultado abrangente e contingências líquidas

17.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Além da Energest mencionada na nota anterior, os ativos e passivos relativos às controladas em conjunto CEJA e Cachoeira Caldeirão foram apresentados nos grupos de não circulante mantidos para venda, a partir de outubro de 2021. Tendo em vista a busca da Companhia por melhor captura de valor dos ativos, a Administração da Companhia declinou sobre a intenção da alienação da participação em ambos os investimentos controlados em conjunto, os quais voltam a integrar as contas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

18 Investimentos e Provisão para passivo a descoberto

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia está exposta ou tem direito de determinar as políticas financeiras e operacionais para obter retornos variáveis decorrentes de suas atividades.

• Coligadas e Controladas em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

18.1 Combinação de negócios - EDP Goiás

Em 14 de outubro de 2021, a Companhia, subsidiária Santa Leopoldina, sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão, realizado na forma do edital CelgPar n° 02/2021, para alienação de 100% das ações da Celg Transmissão S.A. ("Celg-T") pertencentes à companhia Celg de Participações - CelgPar, pelo montante de R\$1.977.000.

A liquidação do leilão e a consumação da aquisição das ações EDP Goiás, por meio da celebração de contrato de compra e venda de ações, foi homologada pela Comissão de Licitação, aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na data de 04 de janeiro de 2022, e recebeu anuência da ANEEL na data de 24 de janeiro de 2022.

Em 07 de fevereiro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que, em cumprimento ao disposto nos termos da Instrução CVM n° 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 14 de outubro de 2021 que, naquela data, concluiu a aquisição de 99,994% das ações da EDP Goiás (anteriormente denominada Celg Transmissão S.A.), pelo montante, atualizado nesta data-base, de R\$2.113.690.

A EDP Goiás (Nota 1.1) possui um portfólio de 755,5 Km de rede e opera 14 subestações (12 próprias + 2 como acessantes), percorrendo predominantemente o estado de Goiás. O prazo de concessão é até o período de 2043 a 2046 e apresenta Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$223,0 milhões (ciclo 2021/2022). Esta transação reforça o ciclo de crescimento da EDP Brasil, com ênfase nos segmentos de distribuição e transmissão, apresentado ao mercado em 26 de abril de

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Movimentação dos Investimentos e da Provisão para passivo a descoberto											
	Saldo em	Adições	Baixas/ Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Controladora			Saldo em	% Participação direta	
	31/12/2021					Outros resultados abrangentes	Outras	Transferência		31/12/2022	31/12/2021
Investimentos											
EDP São Paulo	1.290.518			525.249	(861.468)	28.298			982.597	100,00	100,00
EDP Espírito Santo	1.382.908			560.493	(587.849)	13.667			1.369.219	100,00	100,00
Lajeado	236.985			145.821	(154.071)	93			228.828	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	91.755			(2.669)			(1.592)		87.494	55,86	55,86
Mata Grande Transmissora	12.816			(2.205)					10.611	100,00	100,00
EDP Transmissão Aliança	308.855	158.400		78.581	(26.720)				519.116	90,00	90,00
EDP Transmissão SP-MG	291.203			148.115	(39.997)				399.321	100,00	100,00
Enerpeixe	399.462			(6.767)					392.695	60,00	60,00
Energest (Nota 17.1)	-			154.502	(78.602)	509		(76.409)	-	100,00	100,00
EDP Trading	348.817			55.754	(15.553)				389.018	100,00	100,00
EDP Smart Energia	20.279	16.025		23.333	(1.378)				58.259	100,00	100,00
CEJA	-			84.983	(66.409)				519.145	50,00	50,00
CEJA (Mais Valia)	-			(7.843)					155.744	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão	-			(3.866)					283.716	50,00	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia)	-			(62)					1.359	50,00	50,00
Porto do Peçém	2.734.834			(651.834)	(73.234)	(1)		(14.352)	1.995.413	100,00	100,00
Porto do Peçém (Mais Valia) (Nota 4.23)	290.761			(305.113)				14.352	-	100,00	100,00
Pecém TM	5.383			441	(392)				5.432	50,00	50,00
Pecém OM	3.757			147	(199)				3.705	50,00	50,00
Resende	21.182			(17)					21.165	100,00	100,00
EDP Smart Serviços	124.091	216.900		(34.782)		(999)			305.210	100,00	100,00
Mabe	391			(290)					-	50,00	50,00
Celesc(*)	698.188			156.866	(56.852)	63.005		(101)	861.207	29,90	29,90
São Manoel	603.696			(14.570)					589.126	33,334	33,334
EDP Ventures	19.275	18.455		(3.552)					34.178	100,00	100,00
Santa Leopoldina	-	244.700		(24.436)		1.238		(34.757)	186.745	100,00	100,00
Energia Solar II	-								1	100,00	100,00
Energia I	-	1							1	100,00	100,00
Energia II	-	1							1	100,00	100,00
	8.885.156	654.483	-	876.279	(1.962.724)	105.810	(1.592)	830.185	9.387.597		
Direito de Concessão (Nota 18.2.1)											
EDP São Paulo	9.841		(1.458)						8.383		
Enerpeixe	1.722		(116)						1.606		
Lajeado	58.105		(5.272)						52.833		
	69.668	-	(6.846)	-	-	-	-	-	62.822		
Total dos Investimentos	8.954.824	654.483	(6.846)	876.279	(1.962.724)	105.810	(1.592)	830.185	9.450.419		
Santa Leopoldina	(1.065)			(33.692)					34.757	100,00	100,00
Mabe	-			(139)					101	50,00	50,00
Total de Provisão para passivo a descoberto	(1.065)	-	-	(33.831)	-	-	-	-	(38)		
Investimento líquido	8.953.759	654.483	(6.846)	842.448	(1.962.724)	105.810	(1.592)	865.043	9.450.381		

(*) O montante de R\$861.207 refere-se ao investimento na Celesc no período findo em 30 de setembro de 2022.

Consolidado											
	Saldo em	Adições	Equivalência Patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Aquisição de empresas	Transferência	Saldo em			
	31/12/2021										
Investimentos											
EDP - Energias do Brasil											
Celesc	698.188		156.866	(56.852)	63.005					861.207	
Pecém TM	5.383		441	(392)						5.432	
Pecém OM	3.757		147	(199)						3.705	
CEJA (Nota 17.2)	-		84.983	(66.409)						500.571	519.145
CEJA (Mais Valia) (Nota 17.2)	-		(7.843)							155.744	147.901
Cachoeira Caldeirão (Nota 17.2)	-		(3.866)							283.716	279.850
Cachoeira Caldeirão (Mais Valia) (Nota 17.2)	-		(62)							1.421	1.359
Mabe	391		(290)							(101)	-
São Manoel	603.696		(14.570)							589.126	
BBCE	470									470	
Sicobac Juriscredolg	-	1.028						532		1.560	
Total dos Investimentos	1.311.885	1.028	215.806	(123.852)	63.005	532		941.351	2.409.755		
Provisão para passivo a descoberto											
Mabe	-		(139)					101		(38)	
Blue Sol Participações	(2.329)		(1.703)					-		(4.032)	
Total de Provisão para passivo a descoberto	(2.329)	-	(1.842)	-	-	-	-	101	(4.070)		
Investimento líquido	1.309.556	1.028	213.964	(123.852)	63.005	532		941.452	2.405.685		

18.2.1 Direito de concessão
Conforme o ICP 09, os Direitos de concessão são classificados como investimentos na controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Intangível (Nota 24.1.3).

18.3 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante										
EDP São Paulo	39.091.735		39.091.735		100,00	100,00	100,00	100,00	6.554.339	7.214.987	5.571.742	5.924.469	982.597	1.290.518	5.691.600	6.460.411	525.249	446.677
EDP Espírito Santo	5.876		5.876		100,00	100,00	100,00	100,00	6.158.185	6.588.861	4.788.966	5.205.953	1.369.219	1.382.908	4.989.581	5.245.884	560.493	444.408
Energest (Nota 17.1)	48.205		48.205		100,00	100,00	100,00	100,00	392.589	477.610	68.251	204.835	324.338	272.775	206.443	308.364	129.655	136.060
Lajeado	113.690		113.690		55,86	100,00	55,86	100,00	1.429.438	1.357.556	738.389	657.824	691.049	699.732	749.958	716.237	310.826	377.077
CEJA	12.897		12.897		50,00	50,00	50,00	50,00	1.826.467	1.802.672	788.168	801.531	1.038.299	1.001.141	315.195	317.843	169.966	137.211
Enerpeixe	499.951		499.951		60,00	60,00	60,00	60,00	1.745.146	1.866.974	1.090.654	1.201.201	654.492	665.773	315.141	421.390	(11.281)	(2.817)
Cachoeira Caldeirão	364.000		364.000		50,00	50,00	50,00	50,00	1.397.133	1.395.979	837.430	828.545	559.703	567.434	163.746	164.885	(7.731)	(11.156)
EDP Trading (*)	32.606		32.606		100,00	100,00	100,00	100,00	3.579.882	2.292.065	3.190.864	1.943.248	389.018	348.817	3.314.744	2.955.211	55.754	59.972
EDP Smart Energia	4.531		4.531		100,00	100,00	100,00	100,00	728.456	122.251	670.196	101.972	58.260	20.279	348.667	181.234	23.334	13.410
EDP Smart Serviços	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	764.392	516.509	459.181	392.417	305.211	124.092	132.090	23.300	(34.782)	(63.644)
Porto do Peçém	2.368.998		2.368.998		100,00	100,00	100,00	100,00	3.713.602	3.939.611	1.703.837	1.204.777	2.009.765	2.734.834	1.390.778	2.336.898	(651.834)	246.560
Pecém TM	1.682		1.682		50,00	50,00	50,00	50,00	15.730	15.539	5.049	4.768	10.681	10.771	23.986	20.802	883	797
Pecém OM	3.527		3.527		50,00	50,00	50,00	50,00	9.807	9.299	2.506	1.786	7.301	7.513	7.845	7.845	294	514
São Manoel	803.341		803.341		33,334	33,334	33,334	33,334	3.812.428	3.818.594	2.045.086	2.007.542	1.767.342	1.811.052	418.165	375.052	(43.710)	(79.811)
Mabe	283.076		283.076		50,00	50,00	50,00	50,00	4.060	6.172	4.137	5.390	(77)	782			(858)	(1.491)
Resende	21.573		21.573		100,00	100,00	100,00	100,00	21.216	21.213	51	30	21.165	21.183			(17)	(16)
Horizon Transmissão ES (***)															36.756		28.146	
Horizon Transmissão MA I (***)															167.147		71.294	
Horizon Transmissão MA II (***)															72.480		47.912	
EDP Transmissão Aliança	148.051		113.851		90,00	90,00	90,00	90,00	2.527.678	2.316.687	1.950.882	1.973.515	576.796	343.172	344.131	610.051	87.313	89.769
EDP Transmissão SP-MG	33.001		33.001		100,00	100,00	100,00	100,00	2.737.586	2.488.283	2.338.267	2.197.080	399.319	291.203	501.765	621.669	148.115	134.394
Celesc(**)	5.141	6.391	5.141	6.391	29,90	33,11	29,90	33,11	3.146.392	2.803.107	213.051	181.738	2.933.341	2.621.369			437.190	575.051
EDP Ventures	6.501		6.501		100,00	100,00	100,00	100,00	40.355	38.663	6.176	19.387	34.179	19.276			(3.552)	(1.399)
Mata Grande Transmissora	8.830		8.830		100,00	100,00	100,00	100,00	121.534	117.128	110.923	104.312	10.611	12.816	37.274	62.302	(2.205)	(2.136)
Blue Sol	66.665		66.665		40,00	40,00	40,00	40,00	3.319	24.129	13.398	29.950	(10.079)	(5.821)			26.796	(2.310)
Santa Leopoldina	10		10		100,00	100,00	100,00	100,00	2.348.873	2.510	162.128	3.575	186.745	(1.065)			(58.128)	(1.065)

...continuação	EDP Energias do Brasil S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021	
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	

Cachoeira Caldeirão

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações e relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na enseadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguaí, a Cachoeira Caldeirão realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem. Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Cachoeira Caldeirão assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de pericia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Cachoeira Caldeirão.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Cachoeira Caldeirão, qual seja indenização em R\$20 para residências e R\$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Cachoeira Caldeirão interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Cachoeira Caldeirão participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Cachoeira Caldeirão não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas ações com pedidos de danos morais.

A Cachoeira Caldeirão havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encorrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Cachoeira Caldeirão, já líquida de franquia, o valor de R\$28.000.

19.1.3.2 Risco de perda possível

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	Ativo		Ativo			
	Depósito Judicial		Depósito Judicial			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	6.299	5.479	8	1.293	233	154
Cíveis	5.247	1.679	35.234	29.164	9.336	7.941
Fiscais	11.555	44.321	923	860	13	12.884
Total	23.101	51.479	2.745	2.501	36.165	31.317

CEJA

Cíveis

A CEJA, conjuntamente com outros agentes do setor, em outubro de 2014, ajuizaram ação judicial em trâmite na 2ª Vara Federal do Distrito Federal, em face da União Federal, visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 04 de novembro de 2014 foi concedida liminar para suspender os efeitos das disposições previstas nos artigos 2º e 3º e no anexo da Resolução CNPE nº 03/13. Em 05 de setembro de 2017 foi publicada decisão julgando procedente os pedidos das autoras. A CEJA aguarda decisão do recurso interposto pela União. Em 31 de dezembro de 2022 o valor estimado da causa é de R\$35.234 (R\$29.164 em 31 de dezembro de 2021) e é estimado com base nos relatórios de contabilização da CCEE.

Fiscais

Discussão administrativa decorrente de Auto de infração lavrado em 30 de junho de 2020 pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança de multa por supostas informações incorretas nas obrigações acessórias (EFD ICMS/IPI e EFD Contribuições), bem como, a cobrança de PIS e COFINS do período de 2016, visto que não foram consideradas as peculiaridades do setor de energia para fins de apuração desses impostos, atualmente o processo está em fase de elaboração de defesa. O montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$123 (R\$111 em 31 de dezembro de 2021). A CEJA obteve decisão administrativa favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota do montante de R\$28.903. O processo continua em andamento, aguardando julgamento do recurso.

Cachoeira Caldeirão

Fiscais

Ação judicial movida pela Cachoeira Caldeirão em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$14.074 em 31 de dezembro de 2022 (R\$10.791 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguarda o julgamento.

São Manoel

Cíveis

A São Manoel é parte em ação cível pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento ou a não vix de acordo com o valor do investimento já realizado pela São Manoel para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a São Manoel e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

Fiscais

- Mandado de Segurança, executado pela São Manoel em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a São Manoel incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.521 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda juízo de retratação para adequação conforme decisão do STF (Superior Tribunal Federal).
- Ação judicial movida pela São Manoel em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel aguarda o julgamento.
- Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.746 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A São Manoel obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda julgamento e adequação do tema, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

19.1.4 Compromissos contratuais e Garantias

19.1.4.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022, os empreendimentos controlados em conjunto apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados pelo seu montante total.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal de suas atividades operacionais atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente que representam a taxa média de financiamento para a construção dos empreendimentos.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais						
Obrigações de compra			239		405	
Compra de Energia		34.515	9.111	8.825	68.080	65.970
Encargos de conexão e Transporte de Energia		88				
Materiais e serviços	90.577	32.083	36.684	22.790	32.950	23.221
Prêmio de risco - GSF			79.694	75.083		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.113.360	1.100.522	125.072	141.238	348.387	353.181
Total	1.203.937	1.167.208	250.800	247.936	449.822	442.372

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção e não estão ajustados a valor presente.

	São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Responsabilidades com locações operacionais						
Obrigações de compra			230		408	
Compra de Energia		32.883	10.383	11.031	77.551	82.446
Encargos de conexão e Transporte de Energia		86				
Materiais e serviços	91.158	32.831	37.891	23.362	36.400	26.792
Prêmio de risco - GSF			241.616	241.616		
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.708.463	1.736.501	160.618	161.193	516.270	535.496
Total	1.799.621	1.802.301	450.738	437.202	630.629	644.734

19.1.4.2 Garantias		São Manoel		CEJA		Cachoeira Caldeirão	
Garantias		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	(i) Fiança Caucionado;						
	(iii) Fiança Corporativa; (iv) Penhor de ações; e (v) Penhor de Direitos	1.635.009	1.576.836	444.724	494.242	579.761	562.101
Debêntures	(i) Fiança Bancária; e (ii) Fiança Corporativa	304.976	325.674			203.360	217.885
Ações judiciais	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; e (iii) Seguro garantia.					180	34.050
Compra de energia	(i) Depósito caucionado; (ii) Fiança bancária; (iii) Fiança corporativa; (iv) Recebíveis; e (v) Seguro garantia.						
Executante construtor	Seguro garantia	823	823	2.741	2.431	1.730	1.534
Outros	Recebíveis						
		1.940.808	1.903.333	447.465	496.853	784.851	816.766

19.2 Coligada

A Companhia detém 6.390.720 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, totalizando 11.531.588 ações, que representam 29,90% do capital social total da Celesc.

A Celesc é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista que atua desde 1955 nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Durante esse período, consolidou-se como uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, com reconhecimento nacional e internacional pela qualidade dos seus serviços e por suas ações nos campos técnico, econômico, ambiental e social. Em 2006, atendendo ao modelo preconizado pela legislação do setor elétrico nacional, a Celesc foi estruturada como *Holding*, com duas subsidiárias integrais: a Celesc Geração S.A., que conta com 12 usinas operacionais com 115,27 MW de capacidade e a Celesc Distribuição S.A, que atende mais de 3,2 milhões de clientes, para 285 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná. Além disso, possui a controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. - SCGAS que atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

As informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos da Celesc, extraídas das: (i) informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2022, divulgadas ao mercado em 11 de novembro de 2022; e (ii) demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas ao mercado em 11 de março de 2022, que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes para divulgação. A Companhia avaliou os eventos societários divulgados ao mercado pela Celesc entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2022 e não identificou eventos relevantes a serem ajustados nas demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial.

19.2.1 Demonstrações financeiras individuais condensadas		Balanço Patrimonial			
Ativo		30/09/2022	31/12/2021	Passivo	
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	26.663	26.872		Dividendos e JCP a Pagar	176.111
Tributos a recuperar	46.148	37.879		Obrigações Fiscais	8.943
Dividendos a receber	205.644	145.877		Outros passivos circulantes	4.720
Outros ativos circulantes	653	51		Total	189.774
Total	279.108	210.679			161.143
Não circulante				Não circulante	
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	130.865	137.478		Provisões	23.277
Outros ativos não circulantes	61.181	51.984		Outros passivos não circulantes	118
Total	4.362.393	189.462		Total	23.277
				Patrimônio Líquido	20.595
Investimentos	2.670.969	2.398.187		2.933.341	2.621.369
Imobilizado	205	338		Total do passivo e patrimônio líquido	3.146.392
Intangível	4.064	4.441			2.803.107
Total do ativo	4.362.392	2.803.107			

Demonstração do Resultado					
		30/09/2022	30/09/2021		
Despesas e Receitas operacionais		(12.489)	(16.612)		
Resultado das participações societárias		454.942	481.437		
Resultado financeiro		(5.176)	5.578		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		(67)	4.496		
Resultado líquido do período		437.190	474.899		

19.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios - Não circulante

19.2.2.1 Risco de perda provável

	30/09/2022		31/12/2021	
	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo
	Depósito Judicial		Depósito Judicial	
Trabalhistas		4.704		4.686
Cíveis	572	2.994	181	6.589
Fiscais	19.222	45.301	16.813	17.276
Regulatórias	3.483	8.182	3.483	8.182
Total Não circulante	23.277	61.181	20.477	36.733

19.2.2.1.1 Fiscais

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas às notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

19.2.2.1.2 Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESO ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc-D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

	20 Ativo financeiro indenizável		Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2021	Transferência dos ativos da concessão	Valor justo (Nota 20.1)	Baixas Reclasseificação	Valor líquido em 31/12/2022	
Ativo financeiro indenizável	4.362.393	1.002.268	384.236 (33.943)	(8.107)	5.706.847	
Total Não circulante	4.362.393	1.002.268	384.236 (33.943)	(8.107)	5.706.847	
As controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no contrato de concessão.						
O método do Valor Novo de Reposição - VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da empresa ou do Orçamento Referencial.						

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, submódulo 2.3.

O Banco de Preços da empresa é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Orçamento Referencial representa o valor de um bem ou suas partes constituintes por meio da comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, aplicado exclusivamente sobre Edificações, obras civis e benfeitorias.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da base de remuneração regulatória das concessionárias.

20.1 Valor justo

O montante de R\$384.236 na rubrica de valor justo, sofre impacto decorrente do aumento inflacionário no exercício. A taxa IPCA acumulada no exercício em 2022 é de 5,60%, enquanto em 2021 foi de 10,67%.

21 Ativos da concessão	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2021	Transfe-rência para o intan-gível	Transfe-rência para o ativo financeiro indenizável	Adições (Notas 21.1.1 e 34)	Remu-neração	Aquisição de Juros empresas Capitali-zados	Margem de Construção	Reclas-sificação	Outros (**)	Valor líquido em 31/12/2022
	Reapre-sentado (*)									
Distribuição	858.576 (354.920)	(1.002.268)		1.524.870		16.660		5.748		1.048.666
Transmissão	4.881.645			446.006 730.566 (522.559)		1.296.193 84	15.358	288.008	7.135.301	
	5.740.221 (354.920)	(1.002.268)		1.970.876 730.566 (522.559)		1.296.193 16.744	15.358	5.748 288.008	8.183.967	
Circulante	55.184									700.042
Não circulante	5.685.037									7.483.925

(*) O montante em 31 de dezembro de 2021 está reapresentado para adequada informação na rubrica de Transmissão, incluindo montante de R\$1.659 de reversão.

(**) O montante apresentado na coluna de Outros refere-se ao reconhecimento do PIS e COFINS que incidem nas adições dos ativos da concessão das controladas de transmissão.

21.1 Distribuição

Referem-se ao direito contratual das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nos Ativos da concessão, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. A taxa média mensal aplicada no período para determinar o montante dos encargos financeiros passíveis de capitalização foi de 1,5412% para as controladas de distribuição, que representam a taxa efetiva do empréstimo conforme regras previstas do PRORET submódulo 2.4 e Resolução Normativa ANEEL nº 648/15.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo financeiro indenizável (Nota 20) ou como Intangível (Nota 24), conforme a forma de remuneração.

21.1.1 Adições

A distribuição nos montantes de investimentos das distribuidoras estão destacadas a seguir:

	EDP Espírito Santo	EDP São Paulo
Instalação de sistemas de medição, expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes	44%	32%
Melhoria da rede, substituição de equipamentos e de medidores, tanto obsoletos quanto depreciados, além do recondutoramento de redes em final de vida útil	21%	15%
Telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura e projetos comerciais	14%	19%
Combate a perdas	21%	34%
	100%	100%

21.2 Transmissão

Os ativos da concessão de transmissão da controlada EDP Goiás estão relacionados aos contratos de concessão de serviço público e são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão.

No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabe

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.1.1 Atividades vinculadas à concessão

Refere-se ao desenvolvimento do primeiro ônibus elétrico brasileiro movido totalmente a energia solar, projetado pela montadora BYD em parceria com área de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D da controlada Porto do Pecém.

23.1.2 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) (Nota 16.8). Os principais ativos reconhecidos possuem as seguintes características:

- Terrenos:** refere-se substancialmente a terrenos destinados a projetos de construção de usinas com contratos de arrendamento operacional.
- Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) às sedes das empresas pertencentes ao Grupo EDP - Energias do Brasil; e (ii) às lojas de atendimento presencial aos consumidores localizadas nos municípios onde as distribuidoras possuem suas concessões.
- Equipamentos de informática:** Refere-se ao contrato de aluguel de notebooks e desktops utilizados pelos colaboradores, incluindo sua manutenção.
- Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, à controlada Porto do Pecém e correspondem ao aluguel de máquinas para movimentação e empilhamento do carvão armazenado no pátio.
- Veículos:** Refere-se, substancialmente, ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

23.2 Movimentação do Imobilizado

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.463			(1.922)		19.541
Máquinas e equipamentos	7.164		156	(1.577)		5.743
Veículos	314			(76)		238
Móveis e utensílios	5.209			(422)		4.787
Total do Imobilizado em serviço	34.150	-	156	(3.997)	-	30.309
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.325	5.818		(1.159)		11.984
Veículos (Nota 23.2.1)	-	6.089		(1.331)		4.758
Total Ativos de direito de uso	7.325	11.907	-	(2.490)	-	16.742
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	650	119				769
Máquinas e equipamentos	25.442	2.895	(156)		(15.491)	12.690
Total do Imobilizado em curso	26.092	3.014	(156)	-	(15.491)	13.459
Total do Imobilizado	67.567	14.921	-	(6.487)	(15.491)	60.510

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço e ativos de concessão	Depreciação	Reclat-sificação	Aquisição de empresas (Nota 18)	Outros (Notas 4.25 e 32)
Imobilizado em serviço							
Terrenos	183.695		3.350				187.045
Reservatórios, barragens e adutoras	1.173.604		112	(9.792)			1.163.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	689.137		8.468	(11.789)	(308)	(790)	683.440
Máquinas e equipamentos	3.521.133		92.228	(341.183)	(5.502)	(23.318)	2.037.134
Veículos	2.042		827	(858)	(73)	(16)	2.095
Móveis e utensílios	10.695		1.086	(945)		16	10.613
Total do Imobilizado em serviço	5.580.306	-	106.071	(364.567)	(5.883)	(24.108)	4.084.251
Ativos de direito de uso							
Terrenos	6.132	28.787		(2.630)			32.289
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.815			(9.878)			66.706
Equipamentos de informática	-	291		(16)			275
Máquinas e equipamentos	7.740	15.540		(6.896)			16.384
Veículos (Nota 23.2.1)	1.556	12.015		(3.996)			9.575
Total Ativos de direito de uso	86.243	62.402	-	(23.416)	-	-	125.229
Imobilizado em curso							
Terrenos	23.183	3	(3.350)				19.836
Reservatórios, barragens e adutoras	52	2	(54)				-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.310	119	(894)		(1.683)		852
Máquinas e equipamentos	111.082	40.142	(59.002)		(15.492)	65.008	141.738
Adiantamento a fornecedores	2.988					340	3.328
A ratear	2.456		(225)		(10)	(895)	1.326
Outros	53.205	45.715	(5.208)		(106)	(56.020)	43.077
Terrenos	897					(26)	871
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.200		(1.555)			(2.645)	-
Máquinas e equipamentos	155.705	90.426	(34.655)		(66.737)	35.995	180.734
Outros	22.804	51.929	(532)		(4.642)	(31.919)	37.640
Adiantamento a fornecedores	21.782				(18.556)	14.782	18.008
Total do Imobilizado em curso	401.664	228.336	(105.475)	-	(105.543)	22.937	447.410
Total do Imobilizado	6.068.213	290.738	596	(387.983)	(111.426)	(1.171)	2.174

23.2.1 Veículos

O valor de ingressos na Controladora e no Consolidado refere-se principalmente a renovação da frota de veículos da Companhia que ocorreu no exercício.

24 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

24.1 Composição do Intangível

	Controladora							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	39.899	(29.112)	10.787	20,00	34.751	(24.999)	9.752
Total do Intangível em serviço		39.899	(29.112)	10.787		34.751	(24.999)	9.752
Intangível em curso								
Administração		45.268		45.268		28.673		28.673
Total do Intangível em curso		45.268	-	45.268		28.673	-	28.673
Total do Intangível		85.167	(29.112)	56.055		63.424	(24.999)	38.425

	Consolidado							
	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa anual média de amorti-zação %	Custo histórico	Impairment (nota 4.25)	Amorti-zação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amorti-zação %	Custo histórico	Amorti-zação acumulada
Intangível em serviço								
Distribuição								
Direito de concessão - Infraestrutura	24.1.1	4,65	5.011.504	(3.675.520)	1.335.984	4,65	4.776.007	(3.450.189)
Direito de concessão - Outros		3,82	38.143	(29.758)	8.385	3,82	38.143	(28.302)
		5.049.647	-	(3.705.278)	1.344.369		4.814.150	(3.478.491)
Geração e Transmissão								
Software	26,74	2.465	(336)	(1.307)	822	16,73	2.437	(2.073)
Servidão permanente	38,23	1.224		(270)	954	38,23	1.224	(604)
Direito de concessão - Licenças ambientais	22,69	75.243		(54.876)	20.367	22,06	71.076	(46.265)
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	24.1.2	3,27	241.526	(102.773)	138.753	3,27	229.799	(92.757)
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,70	1.654.410	(78.329)	842.165	4,70	1.572.812	(619.016)
		1.974.868	(78.665)	(893.142)	1.003.061		1.877.348	(760.715)
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente	3,22	1.151		(365)	786	3,19	1.132	(328)
		1.151	-	(365)	786		1.132	(328)
Administração								
Software	20,25	71.079		(47.891)	23.188	20,33	57.399	(39.071)
Outros	4,38	33.154		(8.856)	24.298	4,38	33.154	(7.564)
		104.233	-	(56.747)	47.486		90.553	(46.635)
Transmissão								
Software	20,00	691		(645)	46			-
Direito de concessão - Outros	24.1.3	4,33	1.053.863	(45.635)	1.008.228			-
		1.054.554	-	(46.280)	1.008.274	-	-	-
Total do Intangível em serviço		8.184.453	(78.665)	(4.701.812)	3.403.976	6.783.183	(4.286.169)	2.497.014
Intangível em curso								
Geração		17.785			17.785		17.785	
Administração	24.2.1	102.262			102.262		67.518	
Total do Intangível em curso		120.047	-	-	120.047	85.303	-	85.303
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora	24.1.4	4,23	940.511	(726.091)	214.420	4,23	940.511	(689.023)
(-) Provisão para manutenção de dividendos	24.1.4	4,23	(940.511)			4,23	(940.511)	
		-	-	-	-	-	-	-
<i>Goodwill</i>	24.1.5							
Blue Sol		22.477			22.477		22.477	
EDP Smart Soluções		37.952		(31.804)	6.148		37.952	(31.804)
		60.429	-	(31.804)	28.625		60.429	(31.804)
Total do Intangível		8.364.929	(78.665)	(4.733.616)	3.552.648	6.928.915	(4.317.973)	2.610.942

24.1.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP São Paulo e EDP Espírito Santo de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

26 Debêntures

26.1 Composição do saldo de Debêntures

	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora							
										31/12/2022				31/12/2021			
										Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal	Encargos	Principal
Agente Fiduciário										Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante
Moeda Nacional																	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral	3.571	18.800	26.013	48.384	1.882	29.266	34.927
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal		(63)	(28)	(91)		(191)	(191)
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	10	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais	-	5.001	165.936				170.937
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal					-	(192)	(192)
Total											3.571	-	18.737	25.985	48.293	6.883	195.010



A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

24.1.2 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às UHEs das controladas Investco e Enerpeixe. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo. A amortização será até o término do contrato de concessão das controladas.

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
	(*) Reapresentado			
Investco	7.126	11.728	(2.239)	16.615
Enerpeixe	129.916		(7.778)	122.138
	123.040	11.728	(10.017)	124.751

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

												Consolidado					31/12/2021						
												31/12/2022			31/12/2021								
												Encargos		Principal	Encargos		Principal						
												Não Circulante	Circulante		Não Circulante	Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total		
Agente Fiduciário	Empresa	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Total	Circulante	Circulante	circulante	Total			
Moeda Nacional																							
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	19.000	1	190.000	5ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		-	711	38.000					38.711				
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.301)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal		-						(17)		(17)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	190.000	1	190.000	7ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		6.791		82.239	112.463	201.493	5.683		228.348	234.031			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(2.941)		15/08/2018 a 15/07/2025			Amortização mensal				(807)	(807)				(1.299)	(1.299)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	300.000	1	300.000	8ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,90% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		10.267		300.000	310.267	5.910		300.000	305.910				
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(268)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(268)	(268)				(481)	(481)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	500.000	1	500.000	10ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/07/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,26%	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		8.586		577.179	585.765	9.646		501.034	510.680				
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(9.559)		12/02/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(4.796)	(4.796)				(6.702)	(6.702)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	400.000	1	400.000	11ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 15/07/2025	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestral		26.575		400.000	426.575	12.779		400.000	412.779				
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		04/08/2021 a 15/07/2025			Amortização mensal				(904)	(904)				(1.253)	(1.253)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Espírito Santo	Instrução CVM nº 476/09	270.000	1	270.000	12ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		3.760		270.000	273.760					-			
(-) Custos de emissão	EDP Espírito Santo				(1.399)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(806)	(806)					-			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	15.000	1	150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral		-	564	30.293				30.857					
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal		-						(14)		(14)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	260.000	1	260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral		19.513		178.670	140.404	338.587	17.958		302.004	319.962			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal				(1.138)	(1.138)				(1.745)	(1.745)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	10ª emissão em 30/03/2019	09/04/2019 a 30/03/2024	Refinanciar e alongar o prazo média da dívida e capital de giro	106,60% do CDI a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		6.825		200.000	206.825	3.929		200.000	203.929				
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(215)		09/04/2019 a 30/03/2024			Amortização mensal				(215)	(215)				(386)	(386)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	700.000	1	700.000	11ª emissão em 12/02/2021	12/02/2021 a 15/01/2026	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 3,91%	Principal anual a partir de janeiro/2025 e juros semestral		14.393		750.932	765.325	15.065		711.485	726.550				
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(4.001)		12/02/2021 a 15/01/2026			Amortização mensal				(1.615)	(1.615)				(2.240)	(2.240)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	350.000	1	350.000	12ª emissão em 04/08/2021	04/08/2021 a 20/07/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,25% a.a.	Amortizações anuais a partir de julho de 2024 e juros semestral		22.649		350.000	372.649	11.181		350.000	361.181				
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.234)		04/08/2021 a 20/07/2026			Amortização mensal				(798)	(798)				(1.106)	(1.106)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	13ª emissão em 20/12/2021	20/12/2021 a 20/12/2026	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,38% a.a.	Amortizações anuais a partir de dezembro de 2024 e juros semestral		2.002		450.000	452.002	1.086		450.000	451.086				
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		20/12/2021 a 20/12/2026			Amortização mensal				(1.479)	(1.479)				(1.944)	(1.944)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP São Paulo	Instrução CVM nº 476/09	450.000	1	450.000	14ª emissão em 25/05/2022	25/05/2022 a 25/05/2027	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro	CDI + 1,20% a.a.	Principal anual a partir de maio/2025 e juros semestral		6.267		450.000	456.267					-			
(-) Custos de emissão	EDP São Paulo				(1.944)		25/05/2022 a 25/05/2027			Amortização mensal				(1.237)	(1.237)					-			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 400/03	48.066	1	48.066	3ª Série da 4ª emissão em 15/09/2015	15/09/2015 a 15/09/2024	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,2608% a.a. até 14/03/2016 IPCA + 8,7608% a.a. a partir de 15/03/2016 (ii)	Amortizações anuais a partir de setembro de 2022 e juros semestral		3.571		18.800	26.013	48.384	1.882	29.266	34.927	66.075			
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(16.347)		15/09/2015 a 15/09/2024			Amortização mensal				(63)	(28)	(91)			(191)	(191)			
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	EDP - Energias do Brasil	Instrução CVM nº 476/09	25.000	1	250.000	5ª emissão em 22/03/2016	22/03/2016 a 15/04/2022	Destinada a investimentos em projetos da Companhia	IPCA + 8,3479% a.a.	Amortizações anuais a partir de abril de 2021 e juros semestrais		-	5.001	165.936				170.937					
(-) Custos de emissão	EDP - Energias do Brasil				(7.097)		22/03/2016 a 15/04/2022			Amortização mensal		-						(192)		(192)			
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral		-	667	100.000				100.667					
(-) Custos de emissão	Lajeado				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal				-				(78)		(78)			
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral		-	836	50.000				50.836					
(-) Custos de emissão	Lajeado				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal		-						(41)		(41)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	150.000	1	150.000	5ª emissão em 21/06/2021	21/06/2021 a 17/06/2024	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,05% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		901		150.000	150.901	702		150.000	150.702				
(-) Custos de emissão	Lajeado				(608)		21/06/2021 a 17/06/2024			Amortização mensal				(296)	(296)				(493)	(493)			
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	6ª emissão em 05/05/2022	05/05/2022 a 05/05/2025	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 1,45% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e juros semestral		4.327		200.000	204.327					-			
(-) Custos de emissão	Lajeado						05/05/2022 a 05/05/2025			Amortização mensal				(494)	(494)					-			
Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Enerpeixe	Instrução CVM nº 476/09	320.000	1	320.000	2ª emissão em 20/11/2017	20/11/2017 a 20/12/2022	Realavancagem e redução de															

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, a exceção das 10ª e 11ª emissões da EDP Espírito Santo e EDP São Paulo respectivamente, que estão mensurada a valor justo considerando opção irrevogável de mensuração no reconhecimento inicial decorrente de contratação de derivativo de swap, com a finalidade de evitar descasamento de mensuração entre os instrumentos financeiros e das 7ª e 9ª emissões das controladas de distribuição, mensuradas a valor justo considerando expediente de aplicação de hedge de valor justo.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$3.828.458 (R\$2.490.708 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.982.513 (R\$3.123.723 em 31 de dezembro de 2021).

26.2 Movimentação das debêntures

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisi-onados	Transfe-rências	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante							
Principal	195.202	(194.848)		8.914		9.532	18.800
Juros	6.883	(12.627)	9.315				3.571
Custo de transação	(192)			(163)	292		(63)
	201.893	(207.475)	9.315	8.751	292	9.532	22.308
Não circulante							
Principal	34.927			(8.914)			26.013
Juros	(191)			163			(28)
Custo de transação	34.736	-	-	(8.751)	-	-	25.985

	Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos	Juros Paga- mentos	Juros provisi- onados	Juros integra- lizados	Transfe- rências	Amortização do custo de transação	Reclas- sificação (Nota 38.1.3)	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante											
Principal	527.277		(527.852)			1.100.233			113.055		1.212.713
Juros	239.120		(655.075)	733.125	(105.304)						211.866
Custo de transação	(4.850)					(25.888)	18.914				(11.824)
Swap	17.874							(17.874)			-
	779.421	-	(1.182.927)	733.125	(105.304)	1.074.345	18.914	(17.874)	113.055	-	1.412.755
Não circulante											
Principal	7.040.772	1.620.000			105.304	(1.100.233)			144.648	(7.446)	7.803.045
Juros	-			93.285							93.285
Custo de transação	(96.249)	(3.481)				25.888					(73.842)
Swap	439							(439)			-
	6.944.962	1.616.519	-	93.285	105.304	(1.074.345)	-	(439)	144.648	(7.446)	7.822.488

26.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2023	22.308	1.412.755
	22.308	1.412.755
Não circulante		
2024		1.970.245
2025		2.838.681
2026		1.127.398
2027		344.844
2028		774.544
2029 até 2040		766.776
	25.985	7.822.488
	48.293	9.235.243

As emissões realizadas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações. As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e as controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Lajeado, Enerpeixe, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão SP-MG, Porto do Pecém e Santa Leopoldina encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

EDP - Energias do Brasil

• Para ambas as emissões:

(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) Pedido de autofalência;

(iv) Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia ou pelas Controladas Relevantes - EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Enerpeixe, ou qualquer controlada cuja receita represente mais de 20% da receita consolidada da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;

(v) Descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro da Dívida Líquida Consolidada em relação ao EBITDA Consolidado nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano, não superior a 3,5;

(vi) Protesto de título contra a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, cujo valor individual, ou agregado, ultrapasse R\$75.000, desde que não tenha sido comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário, que foi contestado de boa-fé e/ou não tenha sido sanado em 30 dias contados de sua intimação; e

(vii) Arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição de bens e/ou direitos, ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 4ª emissão:

(i) Fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) da Emissora, salvo se: (a) divulgado pela Emissora por meio de fato relevante ou comunicado ao mercado até a data da Escritura de Emissão; (b) por determinação legal ou regulatória; (c) concedida anuência prévia dos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD especialmente convocada para tal finalidade; ou (d) não provocar alteração do *rating* da Emissão para uma nota inferior a: (aa) “AA-” (duplo A menos) pela Standard & Poors Ratings do Brasil Ltda.; (bb) “Aa3.br” pela Moody’s; ou (cc) “AA-” (duplo A menos) pela Fitch Ratings Brasil Ltda.;

(ii) Notificação de pagamento oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes, com valor, individual ou agregado, superior a R\$75.000, ou seu equivalente em outras moedas; e

27 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

27.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora							
											31/12/2021				31/12/2021			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	circulante	Não Circulante	circulante	Circulante	circulante	Não Circulante	circulante
Moeda nacional																		
Energest	EDP - Energias do Brasil S.A.	400.000	03/07/2020	100.000	03/07/2020 a 02/07/2022	Contratos de Mútuo		100,3% CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		-		5.305		100.000			105.305
											-	-	-	-	-	5.305	-	100.000

Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado							
											31/12/2022				31/12/2021			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Não Circulante	Circulante	circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda nacional																		
BNDES - FINEM / N° 14.2.1238.1	EDP São Paulo	296.785	28/12/2014	253.733	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	59		12.332	10.433	22.824	1.910	47.297	28.776

(-) Custo de transação	EDP São Paulo		28/12/2014	(1.134)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(3)	(11)		(70)	(10)
------------------------	---------------	--	------------	---------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	-----	-----	------	--	------	------

Notas Promissórias (5ª Emissão)	EDP São Paulo	300.000	19/07/2019	300.000	19/07/2019 a 17/07/2024	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	106,58% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato			75.637		300.000	375.637		31.721	300.000
---------------------------------	---------------	---------	------------	---------	-------------------------	--	---	----------------	--	--	--	--------	--	---------	---------	--	--------	---------

(-) Custo de transação	EDP São Paulo		19/07/2019	(507)	19/07/2019 a 17/07/2024				Amortização mensal do custo de transação					(158)	(158)			(258)
------------------------	---------------	--	------------	-------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	-------	-------	--	--	-------

BNDES - FINEM / N° 17.2.0295.1	EDP São Paulo	399.733	05/09/2017	158.600	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais. (iv)	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.969		40.909	67.292	111.170	3.773	32.870	108.983
--------------------------------	---------------	---------	------------	---------	-------------------------	---	--	-------------------------------------	--	--	-------	--	--------	--------	---------	-------	--------	---------

(-) Custo de transação	EDP São Paulo		05/09/2017	(3.498)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação					(265)	(177)	(442)		(385)
------------------------	---------------	--	------------	---------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	-------	-------	-------	--	-------

BNDES - FINEM / N° 14.2.1237.1	EDP Espírito Santo	270.924	28/12/2014	249.593	28/12/2014 a 16/12/2024	Programa de investimentos de 2013 a 2015	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a.Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	58		10.019	12.746	22.823	1.727	44.629	28.346
--------------------------------	--------------------	---------	------------	---------	-------------------------	--	--	--	---	--	----	--	--------	--------	--------	-------	--------	--------

(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		28/12/2014	(1.390)	28/12/2014 a 16/12/2024				Amortização mensal do custo de transação							(42)		(67)
------------------------	--------------------	--	------------	---------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------	--	------

BNDES - FINEM / N° 17.2.0296.1	EDP Espírito Santo	354.078	05/09/2017	174.093	05/09/2017 a 15/06/2025	Programa de investimentos no triênio de 2016 a 2018	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b) Principal e juros anuais. (iv)	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor da prestação vincenda do mês subsequente; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	3.832		41.523	75.378	120.733	4.049	46.909	107.374
--------------------------------	--------------------	---------	------------	---------	-------------------------	---	---	-------------------------------------	--	--	-------	--	--------	--------	---------	-------	--------	---------

(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		05/09/2017	(2.676)	05/09/2017 a 15/06/2025				Amortização mensal do custo de transação					(211)	(114)	(325)		(296)
------------------------	--------------------	--	------------	---------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	-------	-------	-------	--	-------

MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Espírito Santo	300.000	15/01/2021	300.000	15/01/2021 a 17/01/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,13% a.a.	Principal em parcela única no final e Juros em parcelas semestrais	Nota Promissória	19.904		300.000		319.904	10.155		300.000
-------------------------	--------------------	---------	------------	---------	-------------------------	-----------------	---	------------------	--	------------------	--------	--	---------	--	---------	--------	--	---------

Notas Promissórias (2ª Emissão)	EDP Espírito Santo	350.000	30/11/2021	350.000	30/11/2021 a 30/11/2023	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 4,0, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,20% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato		51.463		350.000		401.463	3.057		350.000
---------------------------------	--------------------	---------	------------	---------	-------------------------	-----------------	---	------------------	--	--	--------	--	---------	--	---------	-------	--	---------

(-) Custo de transação	EDP Espírito Santo		30/11/2021	(734)	30/11/2021 a 30/11/2023				Amortização mensal do custo de transação					(310)		(310)		(648)
------------------------	--------------------	--	------------	-------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	-------	--	-------	--	-------

BNDES	Porto do Pecém	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.						1.935	123.102	430.966
-------	----------------	-----------	------------	-----------	-------------------------	--	---	--------------------------	---------------------------	--	--	--	--	--	--	-------	---------	---------

(-) Custo de transação	Porto do Pecém	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026				Amortização mensal do custo de transação								(464)	(722)
------------------------	----------------	----------	------------	----------	-------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------	-------



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

											Consolidado											
											31/12/2022					31/12/2021						
											Encargos		Principal			Encargos		Principal			Total	Total
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Instituição	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Circulante	circulante	Total		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Smart Soluções	82.000	20/08/2018	82.000	20/08/2018 a 22/08/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado trimestralmente em Março, Junho, Setembro e Dezembro.	CDI + 0,45% a.a	Principal semestral a partir de agosto/2020 e juros semestral	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	1.134		23.428		24.562	1.185		23.429	23.429	48.043		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	200.000	05/04/2021	200.000	05/04/2021 a 08/03/2024	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,65% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	a. Nota Promissória e b. Aval EDP - Energias do Brasil	21.211			200.000	221.211	8.648		200.000		208.648		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	100.000	09/09/2021	100.000	09/09/2021 a 09/03/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 0,99% a.a.	Principal à partir 09/09/2022 em parcelas semestrais e juros parcelas semestrais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	2.175		50.000		52.175	2.433		50.000	50.000	102.433		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	250.000	12/11/2021	250.000	12/11/2021 a 13/11/2023	Implantação do projeto de transmissão da Controlada EDP Transmissão Litoral Sul	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,165% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	4.728		250.000		254.728	3.088			250.000	253.088		
MUFG - Cédula de Câmbio	EDP Trading	50.000	08/03/2022	50.000	08/03/2022 a 08/03/2024	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 1,24% a.a.	Principal no final e juros parcelas anuais	Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	5.825			50.000	55.825					-		
CCB BRASIL - 511600554	EDP Goiás	53.581	26/09/2018	53.387	26/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	379		4.853	33.037	38.269					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(547)	26/09/2018	(547)	26/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(45)	(323)	(368)					-		
CCB BRASIL - 511600555	EDP Goiás	9.132	26/09/2018	7.414	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	32		411	2.808	3.251					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(125)	26/09/2018	(125)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(50)	(57)					-		
CCB BRASIL - 511600556	EDP Goiás	6.260	26/11/2020	4.521	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Principal semestral a partir de maio/2021 e juros semestral	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53		674	4.607	5.334					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(85)	26/09/2018	(85)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(73)	(83)					-		
CCB BRASIL - 511600557	EDP Goiás	8.309	26/09/2018	7.923	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,225%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	56		720	4.922	5.698					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(113)	26/09/2018	(113)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(9)	(68)	(77)					-		
CCB BRASIL - 511600561	EDP Goiás	8.508	28/09/2018	8.038	28/09/2018 a 01/10/2030	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 5,163%	Juros trimestrais até out/2019 a partir de nov/2019 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	57		731	4.993	5.781					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(116)	28/09/2018	(116)	28/09/2018 a 01/10/2030				Amortização mensal do custo de transação				(10)	(69)	(79)					-		
CCB BRASIL - 511600669	EDP Goiás	13.383	28/03/2019	13.207	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	48		571	4.190	4.809					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(183)	28/03/2019	(183)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(7)	(55)	(62)					-		
CCB BRASIL - 511600670	EDP Goiás	6.406	28/03/2019	6.284	28/03/2019 a 01/04/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,694%	Juros trimestrais até abril/2020 a partir de maio/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	100		1.201	8.805	10.106					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(87)	28/03/2019	(87)	28/03/2019 a 01/04/2031				Amortização mensal do custo de transação				(15)	(115)	(130)					-		
CCB BRASIL - 511600682	EDP Goiás	7.004	09/04/2019	6.968	09/04/2019 a 01/05/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,454%	Juros trimestrais até maio/2020 a partir de junho/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	53		633	4.636	5.322					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(96)	09/04/2019	(96)	09/04/2019 a 01/05/2031				Amortização mensal do custo de transação				(8)	(60)	(68)					-		
CCB BRASIL - 511600785	EDP Goiás	11.992	27/06/2019	10.282	27/06/2019 a 01/07/2031	Implementação do projeto de linha de transmissão		TLP-IPCA + 4,356%	Juros trimestrais até set/2020 a partir de out/2020 principal e juros mensais	Aval EDP - Energias do Brasil, Cessão fiduciária dos direitos Creditórios e dos Direitos Emergentes da Concessão e Conta Reserva	82		993	7.227	8.302					-		
(-) Custo de transação	EDP Goiás	(164)	27/06/2019	(164)	27/06/2019 a 01/07/2031				Amortização mensal do custo de transação				(14)	(109)	(123)					-		
Total moeda nacional											134.128	96.033	1.394.008	1.939.314	3.563.483	41.487	56.428	566.954	2.015.621	2.680.490		
Moeda estrangeira																						
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,62% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final						-	463		100.303		100.766		
4131 Itaú - SWAP	EDP Smart Serviços	25.565 USD	08/04/2022	25.565 USD	08/04/2022 a 25/03/2023	Capital de Giro	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 3,733% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final		3.679		133.989		137.668					-		
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Investimento no projeto	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 0,66% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final						-	228		90.728		90.956		
4131 Scotiabank - SWAP	Santa Leopoldina	150.000 USD	14/01/2022	150.000 USD	14/01/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 1,6175% a.a.	Principal no final e Juros anual		12.308		732.050		744.358					-		
4131 Itaú - SWAP	Santa Leopoldina	64.941 USD	01/02/2022	64.941 USD	01/02/2022 a 16/01/2024	(i) compra de ações de emissão da CELG Transmissão S/A - CELG T (ii) capital de giro da Emissora	Dívida líquida em relação ao EBITDA consolidado da EDP - Energias do Brasil menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	USD + 2,933% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final			8.593		351.091		359.684				-		
Total moeda estrangeira											15.987	8.593	133.989	1.083.141	1.241.710	691	-	191.031	-	191.722		
Derivativos																						
4131 Scotiabank - SWAP	EDP Smart Serviços	17.985 USD	12/04/2021	17.985 USD	12/04/2021 a 12/04/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,62% a.a. para CDI + 0,79% a.a.	Em parcela única no final do contrato.						-			3.957		3.957		
4131 Scotiabank - SWAP	Mata Grande Transmissora	16.283 USD	16/08/2021	16.283 USD	16/08/2021 a 16/08/2022	Hedge frente ao financiamento do Banco Scotiabank		Swap de variação cambial de USD + 0,66% a.a. para CDI + 0,86% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final					-	2.223		(5.261)		(3.038)			
Total derivativos											-	-	-	-	-	2.223	-	(1.304)	-	919		
Total geral											150.115	104.626	1.527.997	3.022.455	4.805.193	44.401	56.428	756.681	2.015.621	2.873.131		

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão demonstrados na nota 36.1.3.
(i) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais". (ii) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa. (iii) Equivalerá ao resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B e D. (iv) Os subcréditos A, C, E e F possuem juros e amortizações mensais, e os subcréditos B e D possuem juros e amortizações anuais. (v) Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela controlada indireta Investco no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º do estatuto social da Investco, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 de R\$100.741 (R\$98.591 em 31 de dezembro de 2020) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações. Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.



NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(E em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo, exceto para as controladas Mata Grande Transmissora e EDP Smart Serviços, cujas dívidas em moeda estrangeira são demonstrados pelo valor justo na data de 31 de dezembro de 2022, sendo classificado tal devido ao fato de terem, no reconhecimento inicial, sido mensurados ao valor justo por meio do resultado, e o resultado líquido, incluindo juros, reconhecidos no resultado. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos. As operações de empréstimos em moeda estrangeira foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeiro na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, mencionados acima, em 31 de dezembro de 2022 na Companhia é de R\$3.648.650 (R\$2.068.637 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$3.948.651 (R\$2.116.580 em 31 de dezembro de 2021).

27.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Valor líquido e m 31/12/2022
Circulante				
Principal	100.000	(100.000)	-	-
Juros	5.305	(9.399)	4.094	-
	105.305	(109.399)	4.094	-

	Consolidado									
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingres-sos	Juros paga-provisi-onados	Trans-ferências	Ajuste a valor presente	Aquisição de valor de mercado	Reclasi-ficação de em-presas	Amortização do custo de transação	Variação monetária líquido em e cambial	Valor em 31/12/2022
Circulante										
Principal	759.267	205.000	(1.160.595)	1.719.360	662	10.794	137	(1.756)	1.532.869	
Juros	42.178		(227.357)	285.666	50.010	(382)			150.115	
Custo de Transação Swap	(1.282)	(10.714)		4.097		(126)	(919)	3.153	(4.872)	
	801.082	194.286	(1.387.952)	285.666	1.773.467	10.668	(782)	3.153	(1.756)	1.678.112
Não circulante										
Principal	2.018.056	2.749.870		(1.719.360)	3.496	(38.358)	85.266	(69.007)	3.029.963	
Juros	56.428		96.061	(50.010)	1.765	382			104.626	
Custo de Transação	(2.435)	30		(4.097)		(1.006)			(7.508)	
	2.072.049	2.749.900	-	96.061	(1.773.467)	5.261	(37.976)	-	(69.007)	3.127.081

Para melhor apresentação, os saldos de derivativos estão apresentados na nota 38.1.3.

27.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado		
	Nacional	Estrangeira	Total
Vencimento			
Circulante			
2023	1.503.574	174.538	1.678.112
	1.503.574	174.538	1.678.112
Não circulante			
2024	923.913	1.146.869	2.070.782
2025	459.495	459.495	918.990
2026	323.439	323.439	646.878
2027	187.565	187.565	375.130
2028 até 2032	85.800	85.800	171.600
	1.900.212	1.146.869	3.127.081
Total	3.483.786	1.321.407	4.805.193

28 Benefícios pós-emprego

As controladas mantêm planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, Auxílio de Incentivo a Aposentadoria - AIA e outros benefícios a aposentados. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência das controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Investco e EDP Goiás (18.1) contrataram aturários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022. As controladas reconhecem as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o *deficit/superavit* atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano. A controlada EDP Goiás, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de CD, durante o exercício de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PSAP Bandeirante	36.839	12.687	172.698	254.025
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	202	167		
Assistência médica e seguro de vida	42.378	38.649	526.339	544.609
Contribuição definida	147	112	413	
	79.566	51.615	699.450	798.634

28.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão
São administrados pela Enerprev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia e de suas controladas, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

28.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

EDP São Paulo

Os planos estão estruturados na modalidade "Salgado, Benefício definido e Contribuição variável", encontram-se fechados para novas adesões, e possuem as seguintes características: (i) Plano PSAP Bandeirante - Grupo de Custeio BSPPS: Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício salgado, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo aturário da Enerprev, é da EDP São Paulo; e (ii) Plano PSAP Bandeirante - Grupos de Custeio BD e CV:

- Grupo de Custeio BD - vigente após 31 de março de 1998: Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano, apuradas pelo aturário da Enerprev, é partilhada entre a controlada e os participantes.
- Grupo de Custeio CV: Implantado junto com a modalidade BD vigente após 31 de março de 1998 que, até a concessão da renda (vitalícia ou financeira), reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial à controlada. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando, neste caso, responsabilidade atuarial para a EDP São Paulo.

A EDP São Paulo contribuiu para estes grupos de custeio, no exercício, com o montante de R\$ 1.160 (R\$1.135 em 2021).

	31/12/2021	Despesa Operacional reconhecida no exercício	Despesa Financeira reconhecida no exercício	Contribuições pagas pela Companhia	(Ganho)/Perda Atuarial	31/12/2022
PSAP	266.712	(922)	22.648	(36.025)	(42.876)	209.537
	266.712	(922)	22.648	(36.025)	(42.876)	209.537

EDP Espírito Santo

- Plano Escolhos I estruturado na modalidade de Benefício definido (vigente para adesões até 31 de maio de 1998): O Plano de custeio é sustentado por contribuições da patrocinadora, que correspondem ao dobro das contribuições dos participantes limitado a 7% da folha de salários. Concede renda vitalícia reversível em pensão, na base de até 100% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade.
- Plano Escolhos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as controladas. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial às controladas. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a controlada.

28.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do tipo Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar ao do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios. As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

Foi publicada em 21 de fevereiro de 2017 a Resolução nº 24 da PREVIC que dispõe sobre o reconhecimento de submassas nos planos de benefícios. De acordo com a referida resolução, caracteriza-se como submassa um grupo de participantes ou assistidos vinculados a um plano de benefícios e que tenham identidade de direitos e obrigações homogêneos entre si, porém heterogêneos em relação aos demais participantes e assistidos do mesmo plano. Para a EDP Espírito Santo, a avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário. O superávit possui restrição no seu reconhecimento decorrente de premissas estabelecidas no CPC 33 (R1).

28.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP São Paulo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.274.624)	1.075.563	(67.651)	(266.712)
Custo do serviço corrente	922			922
Custo dos juros	(93.779)	77.043	(5.912)	(22.648)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no Patrimônio Líquido	39.186	27.434	(23.744)	42.876
Contribuições pagas pela controlada		36.025		36.025
Contribuições pagas pelos empregados	(1.261)	1.261		-
Benefícios pagos pelo plano	79.583	(79.583)		-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.249.973)	1.137.743	(97.307)	(209.537)

O ganho atuarial no valor presente das obrigações no montante de R\$42.876, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2022, decorrente dos efeitos de aumento na taxa de desconto considerando situação atual de mercado bem como por efeitos de inflação realizada ter sido superior à inflação projetada no estudo atuarial de 2021.

As contribuições da EDP São Paulo esperadas neste plano para os próximos 12 meses é de R\$36.839.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$207.506 (R\$235.804 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(175.696)	304.975	(130.938)	
Custo do serviço corrente	(53)			(53)
Custo dos juros	(5.476)	11.216	(5.823)	(83)
Ganhos/(perdas) atuariais	4.242	27.434	(4.021)	136
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(181.310)	320.433	(140.782)	-

Devido à situação superavitária destes planos, não há contribuições esperadas da EDP Espírito Santo para os próximos 12 meses.

Para estes planos o saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$136 (perda atuarial de R\$117 em 31 de dezembro de 2021).

28.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo
	PSAP	Plano I Plano II
Vencimento		
Circulante		
2023	85.656	14.224 6.314
	85.656	14.224 6.314
Não circulante		
2024	88.796	14.254 6.449
2025	92.074	14.241 6.576
2026	95.149	14.180 6.693
2027	98.745	14.071 6.799
2028 a 2032	542.210	66.904 35.030
	916.974	123.650 61.547
Total	1.002.630	137.874 67.861

28.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	(922)	(2.323)
Custo dos juros	22.648	17.364
Benefícios / contribuições pagas pela empresa	(36.025)	(12.355)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(14.299)	2.686
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido		
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(27.434)	33.282
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	68.218	4.928
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(107.404)	(141.748)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	23.744	12.865
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(42.876)	30.020
Total	(57.175)	(136)

28.1.1.5 Classes de ativos
As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo
	31/12/2022	31/12/2021
Classe de ativo		
Ativos		
Títulos de dívida		
Alocação %		
Cotado	96,16%	90,89%
Acões	3,30%	5,38%
Imóveis	0,16%	0,36%
Outros	0,38%	3,37%
Não cotado	0,00%	0,21%
Total	100,00%	100,00%

Dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da Companhia nos seguintes montantes:

	31/12/2022	31/12/2021
	PSAP	Plano II
	EDP	EDP
	São Paulo	Esprito Santo
Ações - EDP - Energias do Brasil	115	223

Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo
	31/12/2022	31/12/2021
	PSAP	Plano I Plano II
Participantes ativos	205	226 177
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	82	92 14
Aposentados e pensionistas	868	845 627
	950	937 627
Total	1.155	1.163

Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábu de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo
	PSAP	Plano I Plano II
Análise de sensibilidade		
Pressupostos Centrais		
Taxa de desconto	1.098.483	129.967 66.051
Aumento em 0,5%		
Redução em 0,5%	1.041.477	124.909 63.148
Mortalidade	1.146.200	132.714 68.065
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	1.107.772	132.277 66.939

Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	EDP São Paulo	EDP Espírito Santo
	PSAP	Plano I Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto - nominal	9,93% a.a.	8,70% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	4,05% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	3,25% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	M2006	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	Muller

28.1.1.6 Confissão de dívida - Enerprev e EDP São Paulo

A EDP São Paulo, com o objetivo de equacionar o déficit atuarial da sua submassa BSPPS e diminuir o risco de futuros déficits, formalizou instrumento jurídico com a Enerprev decorrente de déficit atuarial, calculado conforme diretrizes da Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações. O acordo original estava sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997. Em 22 de agosto de 2016, a EDP São Paulo e a Enerprev firmaram o 2º aditivo do termo de compromisso entre as empresas, destacando a alteração do prazo da liquidação (que estava prevista para encerrar-se em setembro de 2017) para 143 parcelas, sendo a primeira em setembro de 2016. A partir de dezembro de 2016, o saldo devedor e o valor da prestação mensal serão apurados uma vez por ano na época da avaliação atuarial da Enerprev, posicionada em dezembro, considerado o valor e o prazo remanescente da dívida. As premissas atuariais utilizadas pela EDP São Paulo atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela Enerprev atendem a Resolução CGPC nº 18/2006 e Instrução Preciv nº 7/2013.

Segue abaixo conciliação entre os dois métodos de avaliação atuarial:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações do plano	(1.091.652)	(1.116.303)
Valor justo dos ativos do plano	978.852	917.376
Superávit	(112.800)	(198.927)
Superávit irrecuperável	(67.607)	(67.785)
Total registrado submassa BSPPS - CPC 33 (Nota 28.1.1.1)	(210.407)	(266.712)
Contrato de confissão de dívida e ajuste de reserva matemática - Resolução CGPC nº 26/2008	(255.734)	(64.932)
Diferença entre premissas (*)	(45.327)	201.780

(*) O montante de R\$45.327 (R\$201.780 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela EDP São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/12 e aquelas utilizadas pela Enerprev (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento à Resolução nº 26/08 e suas alterações do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(E em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	EDP Espírito Santo			Investco
	Assistência Médica	Outros benefícios a aposentados	Seguro de Vida	Assistência Médica
Pressupostos Centrais	504.417	163	1.410	1.337
Taxa de desconto				
Aumento em 0,5%	472.552	142	1.367	1.268
Redução em 0,5%	522.765	184	1.553	1.406
Mortalidade				
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	517.934	164	1.311	1.337

28.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

EDP Espírito Santo				
2022				
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	9,57% a.a.	9,86% a.a.	9,86% a.a.	9,92% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,3% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.
		9,71% a.a. em 2022, reduzindo linearmente para 5,57% a.a. até 2031;		
		Custos de farmácia e odontológicos: 3,5% a.a.	n/a	n/a
Inflação médica de longo prazo	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Inflação	3,5% a.a.	Custos médicos: 3,5% a.a.		
		Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	n/a	n/a
Fator de envelhecimento	n/a			

EDP Espírito Santo				
2021				
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Tábu de mortalidade	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional	RP-2000 Geracional
Tábu de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled
Tábu de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

EDP Espírito Santo				
2021				
	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	7,57% a.a.	8,70% a.a.	8,70% a.a.	8,77% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,05% a.a.	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	3,25% a.a.	n/a	3,25% a.a.	3,25% a.a.
		Custos Médicos: 9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030;		
Inflação médica de longo prazo	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: 3,25% a.a.	n/a	n/a
Inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
		Custos médicos: 3,5% a.a.		
Fator de envelhecimento	n/a	Custos de farmácia e odontológicos: n/a.	n/a	n/a

Demográficas				
Tábu de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábu de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábu de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

Investco				
2022				
Taxa de desconto - nominal		9,86% a.a.		8,70% a.a.
Crescimentos salariais futuros		n/a		n/a
Crescimento dos planos de benefícios		n/a		n/a
		Custos Médicos: 9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2031		5,32% a.a. até 2030
Inflação médica de longo prazo		3,25% a.a.		3,25% a.a.
Inflação		3,25% a.a.		3,25% a.a.
		Custos de farmácia e odontológicos: n/a.		

Demográficas				
Tábu de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábu de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábu de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

28.3 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão
São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

28.3.1 Planos de Benefício definido

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo misto: uma parte do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício.

Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

28.3.2 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades dilatas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário.

28.3.3 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Ativo reconhecido
Custo do serviço corrente	(9)		(9)
Custo dos juros	(788)	660	(128)
Ganhos(perdas) atuariais	(2.229)	3.402	1.173
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.026)	4.062	1.036

As contribuições da controlada EDP Goiás esperadas neste plano para o exercício de 2023 é de R\$19.

O saldo de perda atuarial em 31 de dezembro de 2022, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$126.

28.3.4 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	CELGPREV	ELETRA 01
Vencimento		
Circulante		
2023	747	123
	747	123
Não circulante		
2024	769	127
2025	796	131
2026	823	135
2027	851	139
2028 a 2032	4.662	751
Total	7.901	1.283
28.3.5 Despesas líquidas	8.648	1.406

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	2022
Custo do serviço	
Custo do serviço corrente	9
Custo dos juros	128
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	137
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido	
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(3.403)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	2.427
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(197)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.173)
Total	(1.036)

28.3.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2022
Participantes ativos	31
Participantes assistidos	
Aposentados e pensionistas	13
Total	44

28.3.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Obrigações dos planos		
2022		
	CELGPREV	ELETRA 01
Pressupostos Centrais	9.627	1.636
Taxa de desconto		
Aumento em 0,5%	9.127	1.551
Redução em 0,5%	10.025	1.698
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	9.730	1.658

28.3.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

2022			
	CELPREV	ELETRA 01	
Econômicas			
Taxa de desconto - nominal	9,89%	4,87% a.a.	4,87% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,87% a.a.	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	3,5% a.a.	n/a	n/a
Inflação médica de longo prazo	n/a	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Demográficas			
Tábu de mortalidade	AT-2000	AT-2000 M, suavizada em 10%	
Tábu de mortalidade de inválidos	MI 85	MI 85	
Tábu de entrada em invalidez	TASA 1927 D50%	TASA 1927, suavizada em 50%	

28.3.9 Contribuição definida
O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de pensão; e
- Suplementação do abono anual.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a controlada EDP Goiás contribuiu no exercício com R\$89.

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 45 colaboradores.

29 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, referem-se a encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, como segue:

Consolidado						
	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Transfe-rências
Pesquisa e desenvolvimento e Programa de eficiência energética (P&D e PEE)	29.1	73.757	108.888	5.660	(136.613)	2.093
Conta de desenvolvimento energético - CDE	29.2	19.110	1.939.144		(1.939.375)	2.550
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		6.544	29.121		(29.335)	6.330
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)		31.451	3		(3.152)	31.454
Bandeiras tarifárias (CCRBT)		21			(26.233)	(3.131)
Outros encargos		1.680	27.674		(520)	2.670
Total		132.563	2.104.830	5.660	(2.134.708)	4.712
Circulante		132.454				110.439
Não circulante		109				2.098

29.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pela Companhia, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC para as obrigações de investimento pela Companhia e por IGP-M para os montantes destinados ao PROCEL até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resolução Normativa ANEEL nº 897/20 e os programas de PEE são regulamentados por meio da Resolução Normativa nº 920/21.

Em 1º de setembro de 2020 foi publicado pelo Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 998, que trata da destinação de recursos disponíveis para investimentos em P&D e PEE, no período de 1º de setembro de 2020 à 31 de dezembro de 2025, para ao fundo setorial da CDE. Diante disto, por meio da Nota Técnica nº 0496/20-SPE/ANEEL, foi instaurada a Consulta Pública nº 78/2020, no período de 23 de dezembro de 2020 à 21 de janeiro de 2021 com vistas a obter contribuições para o aprimoramento da proposta elaborada promovida pela MP nº 998/20.

Através das contribuições recebidas no âmbito da Consulta Pública nº 78/20, conclui-se pela regulamentação do Artigo 1º da Lei nº 14.120 de 1º de março de 2021 (decorrente da conversão da MP nº 998/20), que nos termos das Notas Técnicas nº 7/2021-SPE-SFF/ANEEL e nº 9/2021-SPE-SFF/ANEEL, estabelece, dentre outras: (i) as premissas necessárias para a definição dos projetos que deverão ser enquadrados como contratados ou iniciados e serão abatidos do saldo existente em 31 de agosto de 2020; (ii) a definição dos valores a serem recolhidos; (iii) a operacionalização do recolhimento dos recursos à CDE; (v) a fiscalização das informações declaradas pelas empresas; e (vi) a alteração dos regulamentos.

Por meio do Despacho nº 904 de 31 de março de 2021, a ANEEL regulamentou o Artigo 1º da Lei nº 14.120/21 que destina os recursos não utilizados de P&D e PEE, geridos pela ANEEL para a CDE.

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$53.785 (R\$73.757 em 31 de dezembro de 2021), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

29.2 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A CDE é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os montantes referem-se aos valores repassados à referida Conta, auñidos pela ANEEL. Em 2021, foi determinado pela ANEEL, via RNE nº 885/21 a destinação de parte dos recursos de CDE à Conta COVID. Os valores e prazos de pagamento à CCEE foram definidos pelo DSP nº 939/21.

30 Uso do Bem Público - UBP

O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe e Investco calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de Concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Usina	Valor anual da parcela	Taxa de Juros
Controladas					
Investco	76.802	66.097	UHE Luiz Eduardo Magalhães	1.045	IGP-M
Enerpeixe	453.650	440.037	UHE Peixe Angical	6.800	IGP-M
	530.452	506.134			
Circulante	46.082	43.269			
Não circulante	484.370	462.865			

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram registrados em contrapartida do Intangível (Nota 24.1.2) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente.

Segue abaixo movimentação do exercício:

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Ingressos (Nota 24.1.2.1)	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Uso do Bem Público	43.269		(125)	(427)	(44.474)	47.839
	43.269	-	(125)	(427)	(44.474)	46.082
Não circulante						
Uso do Bem Público	462.865	11.728	10.961	46.655		(47.839)
	462.865	11.728	10.961	46.655	-	(47.839)

31 Provisões

		Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	31.1	27.941	8.099	33.380	14.367	638.068	550.306
Licenças Ambientais	31.2			54.566	51.136	19.516	26.052
Desmantelamento	31.3					11.483	10.671
Total		27.941	8.099	87.946	65.503	669.067	587.029

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Processos relacionados a desapropriação e constituição de serviço administrativa para a construção de empreendimentos no Estado. Na grande maioria dos processos discute-se apenas o valor indenizatório decorrente da desapropriação e permanecem aguardando julgamento ou decisão final. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.172 (R\$ 18.771 em 31 de dezembro de 2021).

Ação de indenização nº 000526-91.2003.8.08.0024, ora em fase de cumprimento de sentença, em trâmite perante a 6ª Vara Cível da Comarca de Vitória/ES, na qual pretendeu a Transsila a condenação da Companhia ao pagamento (i) dos valores constantes nos contratos para cada viagem contratada e não fornecida pela concessionária e, (ii) lucros cessantes, devidos em razão da rescisão unilateral involvida do contrato, em quantia a ser arbitrada pelo Juízo. Iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Transsila em 10 de fevereiro de 2014, o qual se encontra em fase pericial. Em agosto de 2022 houve a atualização após novo julgamento do processo onde o valor estimado foi atualizado e em 31 de dezembro de 2022 é de R\$15.898 (R\$17.107 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

A Investco possui provisionado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$15.832 (R\$15.281 em 31 de dezembro de 2021) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.989 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$12.843 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.138 e estão registrados no Imobilizado em curso - Outros (Nota 23).

EDP Transmissão Aliança

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$27.349 (R\$ 25.500 em 31 de dezembro de 2021).

Definição STF sobre os limites da coisa julgada

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela controlada para a construção da linha de transmissão. O montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$47.074 (R\$ 41.533 em 31 de dezembro de 2021).

31.1.1.3 Fiscais

Enerpeixe

Processo administrativo no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL apurados nos períodos de 2014 a 2016 por suposta falta de recolhimento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.305 (R\$2.140 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa administrativa e aguarda julgamento.

EDP São Paulo

Em 31 de dezembro de 2022, o valor da contingência é de R\$11.398 (R\$10.730 em 31 de dezembro de 2021), em razão da reavaliação de provas do processo judicial no qual discute-se ao direito aos créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valor de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica". Foi efetuada a provisão parcial do valor total da contingência, e a segregação da classificação de risco. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09, além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

Mandado de Segurança em face da Receita Federal, objetivando o afastamento da base de cálculo da COFINS prevista pela Lei nº 9.718/98. Em 2009 foi feita adesão ao REFIS, para liquidação parcial dos débitos (1999), mantendo a discussão dos demais temas relativos aos períodos de 2000 e 2001, entretanto, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável, restando devido a União o valor relativo a discussão da majoração da alíquota no montante de R\$6.748 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 6.486 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda decisão sobre a conversão parcial do depósito em favor da União, para quitação dos débitos.

EDP Espírito Santo

• Refere-se a ação judicial movida pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS e COFINS dos períodos de 2002 e 2005, em razão do não processamento das retificações das declarações decorrentes da recomposição tarifária extraordinária, conforme orientações do parecer COSIT nº 26/02. Em razão do indeferimento da perícia nos autos, foi proferida decisão desfavorável no Tribunal Superior, ocasionando o provisionamento da contingência no valor de R\$28.640 já atualizados, em 31 de dezembro de 2022 (R\$27.560 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento.

• Processo judicial entre a Companhia e a Receita Federal, o qual discute, dentre demais assuntos, a multa aplicada pela entrega em atraso da DCTF relativo ao primeiro trimestre de 2003. O valor em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.039 (R\$2.905 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente, o processo aguarda o julgamento dos recursos nos Tribunais Superiores.

31.1.1.4 Regulatórios

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

Referem-se a autos de infração editados pela ANEEL ou outros órgãos reguladores que encontram-se em fase de recurso pelas controladas de distribuição.

EDP São Paulo

Dentro do contexto de Fiscalização Responsiva, as Agências Reguladoras estabeleceram acordos com as concessionárias para o desenvolvimento de planos de ações específicos, que objetivam a melhoria e a conformidade do serviço prestado pelas empresas. A ARSESP - Agência Reguladora do Estado de São Paulo e a controlada EDP São Paulo definiram Plano de Resultados para melhoria de indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica da EDP São Paulo, que foi acompanhado ao longo do ano de 2021, a partir do processo de fiscalização ANEEL nº 48500.004490/2022-22. O processo de fiscalização resultou no Auto de Infração 0015/2022-SFE, registrando a Não Conformidade em decorrência de a EDP São Paulo ter ultrapassado em 2021 os limites regulatórios estabelecidos em 14 conjuntos de unidades consumidoras no indicador DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e em 6 conjuntos de unidades consumidoras no indicador FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, sendo que os indicadores regulatórios globais de DEC e FEC na controlada EDP São Paulo foram registrados abaixo do limite estabelecido para o mesmo ano. O montante de penalidade estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.438, representando uma redução de 25,81%. A controlada EDP São Paulo protocolou recurso administrativo, e aguarda avaliação de mérito pela ANEEL.

31.1.1.5 Outros

Porto do Pecém

Como consequência da combinação de negócios relativa à aquisição da Porto do Pecém, é considerado em 31 de dezembro 2022 o montante de R\$21.745 (R\$21.745 em 31 de dezembro de 2021) resultante de processo judicial, o qual a Porto do Pecém é litisconsorte, promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente aguarda-se início da fase de produção de provas.

EDP São Paulo

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total é de R\$2.714. A provisão foi constituída de acordo com o Termo de Restituição, no qual atribuiu responsabilidade a Companhia em favor da EnerPrev, em caso de desembolso relacionado ao processo judicial nº 0021584-06.2001 4.03.610 em nome Fundação CESP em face da União Federal, no qual discute as regras de imunidade e isenção quanto ao recolhimento de contribuições sociais do período de 1995 a 1999, o mesmo foi parcialmente classificado com perda provável pelos patronos da ação. A reversão de parte do valor se deu em razão da liberação da garantia nos autos do processo judicial.

31.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

		Controladora				Consolidado			
		Ativo				Ativo			
		Saldo em	Depósito Judicial	Saldo em	Depósito Judicial	Saldo em	Depósito Judicial	Saldo em	Depósito Judicial
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	31.1.2.1	3.300	1.540	278	54	121.889	111.988	9.888	6.104
Cíveis	31.1.2.2	166.507	107.153	1.097	307	1.620.426	1.341.280	16.464	14.991
Fiscais	31.1.2.3	49.218	46.885	1.085	995	2.321.753	2.132.095	108.228	131.504
Regulatórios	31.1.2.4					12.298	12.298	552	552
Total		219.025	155.578	2.460	1.356	4.076.366	3.597.661	135.132	153.151

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$729.410 em 31 de dezembro de 2022 (R\$725.666 em 31 de dezembro de 2021) e no consolidado R\$740.364 em 31 de dezembro de 2022 (R\$736.225 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

31.1.2.1 Trabalhistas

EDP - Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Porto do Pecém e EDP Smart Soluções

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

31.1.2.2 Cíveis

EDP - Energias do Brasil

• Processo nº 1109675-81.2014.8.26.0100, em trâmite na 20ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, movido pela Montcalm Montagens Industriais S.A. contra as empresas MABE Construção e Administração de Projetos LTDA, Pecém II Geração de Energia S.A, Eneva S.A, e EDP - Energias do Brasil, que discute suposto desequilíbrio contratual em subcontratação realizada pela MABE, para prestação de serviços de montagem de equipamento relacionadas à implantação da UTE Pecém II, empresa do grupo econômico da Eneva S.A. A Montcalm, alega que as empresas possuem responsabilidade subsidiária pelos inadimplementos contratuais, em razão de sucessão sucessão contratual e sucessão empresarial. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$73.248 (R\$60.630 em 31 de dezembro de 2021).

Investco

• Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 31.1.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$13.748 (R\$109.146 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". Em 05 de abril de 2017, foi proferida sentença extinguindo o feito também em relação a ANEEL. Após julgamento que extinguiu o processo sem resolução do mérito, atualmente aguarda-se decisão do recurso da parte autora. A ação tramita apenas em face da ANEEL. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$129.197 (R\$106.941 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$290.324 (R\$240.310 em 31 de dezembro de 2021).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma da obra. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as controladas, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 da EDP Espírito Santo é de R\$24.114 (R\$19.960 em 31 de dezembro de 2021) e da EDP São Paulo é de R\$26.738 (R\$22.132 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo, EDP São Paulo, Lajeado, Investco e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.01.4.3400, em trâmite na 1ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As controladas e a ANEEL protocolaram junto ao STJ pedidos de Suspensão de Liminar os quais foram deferidos. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. Em 26 de setembro de 2018 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos da SAESA. Atualmente aguarda-se decisão de recurso. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$35.268 (R\$29.192 em 31 de dezembro de 2021).

EDP Espírito Santo

• Ação de Repetição de Indébito nº 0031324-59.2008.8.08.0024 proposta pela Vale do Rio Doce - CVRD em que se pleiteia a condenação da EDP Espírito Santo e da Empresa de Luz e Força Santa Maria S/A a devolução do valor correspondente à majoração tarifária instituída pelas Portarias nº 38/86 e nº 45/86 do DNAEE , durante o período do congelamento, qual seja, de fevereiro a novembro de 1986, bem como dos supostos reflexos de tal aumento nas tarifas posteriores. Após a realização de perícia, em 12 de junho de 2014 foi proferida sentença julgando a ação extinta em relação à Empresa Luz e Força Santa Maria S/A e procedente em relação à EDP Espírito Santo, condenando esta última a restituir os valores pagos pela companhia Vale do Rio Doce no período de congelamento de preços. Em face da referida decisão, foram interpostos recursos de Apelação pelas partes ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Os recursos da EDP Espírito Santo e da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. foram providos, e o recurso da companhia Vale do Rio Doce foi rejeitado. A companhia Vale do Rio Doce então interpsu Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, com posterior interposição de Agravo, o qual aguarda admissão e julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.290 (R\$23.416 em 31 de dezembro de 2021).

EDP São Paulo

• Ação de Cobrança nº 0187728-40.2007.8.26.0100, ajuizada pela EDP São Paulo no ano de 2007 visando: (i) a condenação da RTR a restituir R\$11.260 arrecadados e não repassados; (ii) a desconSIDeração da personalidade jurídica da RTR para condenar seus sócios e seus administradores, solidariamente à RTR, ao pagamento da mencionada quantia; (iii) a inclusão do Lemon Bank no polo passivo da ação; e (iv) consequentemente, a declaração de responsabilidade solidária do Lemon Bank quanto aos atos ilícitos praticados, condenando-o a devolver, solidariamente, a quantia acima mencionada. O valor acrescido de juros e correção monetária ultrapassou os R\$12.500. Em 2014, a EDP São Paulo firmou acordo com o Lemon Bank, atual Banco Bracce, no qual as partes concordaram em (i) autorizar o levantamento do valor de R\$9,5 milhões em favor da distribuidora; (ii) autorizar o levantamento do saldo remanescente do depósito judicial em favor do Lemon Bank; (iii) extinguir a ação em relação ao Lemon Bank e prosseguir a demanda tão somente em face da RTR Serviços Financeiros e seus sócios. Em 13 de outubro de 2020, foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação protocolado, tendo em vista o prognóstico de reversão de julgamento de mérito em favor da controlada. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$117.909 (R\$97.598 em 31 de dezembro de 2021).

• Ação Anulatória de ato administrativo nº 1031550-21.2017.8.26.0577, em trâmite perante a 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na qual pretendeu a EDP São Paulo a anulação dos autos de infração originários dos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119464/2014, bem como declarar a inconstitucionalidade das leis municipais nº 7.451/2007 e nº 8.766/2012, caso os pleitos anteriores não sejam atendidos a redução das multas para R\$ 10. Em 29 de outubro de 2018 foi proferida sentença que julgou procedente a demanda para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º, §2º, §3º e §4º, da Lei Municipal nº 7.451/2007, com as correlatas alterações posteriores pelas Leis nº 8.766/2012 e nº 9.559/2017, bem como declarar a nulidade dos atos de infração mencionados na inicial e do julgamento dos recursos apresentados nos processos administrativos nº 119354/2014 e nº 119364/2014. Irresignados, a Prefeitura de São José dos Campos, quanto a procedência da ação, e a EDP São Paulo, quanto ao valor dos honorários fixados, apresentaram recursos de apelação, sendo que estes foram tempestivamente contra arrazoados. Ato contínuo, o processo foi remetido e acabou por julgar procedente, por votação unânime, os apelos, reduzindo apenas o valor da multa e majorando o valor dos honorários advocatícios.

A EDP São Paulo apresentou os competentes Recursos Especiais e Extraordinários sendo que estes foram inadmitidos, razão pela qual interpusse os competentes Agravos de Instrumento de Despacho Denegatório de Recurso Especial e Extraordinário que após terem sido remetidos ao STJ, seguem conclusos com o Ministro Relator para julgamento. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$106.610 (R\$88.245 em 31 de dezembro de 2021).

Porto do Pecém

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial - EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,40 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Porto do Pecém apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário - CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 16 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Porto do Pecém ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Porto do Pecém. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Porto do Pecém vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº 32.305/17 que prorroga o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2022 a ação possui o valor estimado total de R\$176.003 (R\$145.684 em 31 de dezembro de 2021). No decorrer de 2020 houve a revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

31.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

• A Companhia possui discussão administrativa relativa à não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal do Brasil - RFB de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendariais de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$23.989 (R\$23.007 em 31 de dezembro de 2021). O processo aguarda julgamento na esfera administrativa.

EDP São Paulo e EDP Espírito Santo

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017 para a EDP São Paulo e inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2015 e 2016 para a EDP Espírito Santo, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos. Contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$37.912 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021) para a EDP São Paulo e R\$153.527 para a EDP Espírito Santo (R\$143.55 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente aguardam o julgamento.

EDP São Paulo

• Autos de infração lavrados pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL do exercício de 2017, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$129.066 (R\$116.957 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussão na esfera judicial sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$132.741 (R\$125.000 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor em risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09 além dos honorários exigidos pela Procuradoria Estadual na fase judicial.

• Discussões administrativas e judiciais relativas à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas (2007, 2012 e 2015) e creditamento de ativo imobilizado (2014 a 2019). Em dezembro de 2022 e 2021 houve novas adições de auto de infração, referente a novas autuações recebidas objetivando a cobrança de ICMS relativa à utilização de crédito de ICMS pela aquisição de bens integrados ao ativo imobilizado, com base no coeficiente de credimento e forma de escrituração das notas (2016 a 2020) totalizando o montante de R\$222.585 em 31 de dezembro de 2022 (R\$160.730 em 31 de dezembro de 2021). A Controlada apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à suposta isenção indevida de ICMS nas faturas dos clientes classificados como rurais (2013, 2014) em 31 de dezembro de 2022 o valor é de R\$ 10.646. A Companhia apresentou as defesas e aguarda o julgamento.

• Discussões Judicial em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento dos débitos originários do processo administrativo nº 19515.720336/2014-24, o qual manteve a cobrança dos débitos compensados com crédito decorrente de saldo negativo de CSLL da empresa cindida (Eletropaulo) do Carcio de 2011, envolvendo o montante de R\$36.512 em 31 de dezembro de 2022 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento da ação judicial.

• Discussão judicial decorrente de execução fiscal ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de CSLL, relativa ao ano-calendário de 2009, que foi compensada com saldo de base negativa de CSLL de exercícios anteriores, acumulada pela empresa cindida AES Eletropaulo, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$41.480 (R\$39.957 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas envolvendo o montante atualizado até 31 de dezembro de 2022 de R\$111.285 (R\$107.314 em 31 de dezembro de 2021), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE). A redução do valor se deu em razão do êxito obtido em um dos processos administrativos, cancelando a cobrança do débito. A Companhia apresentou as defesas, tendo obtido êxito em alguns dos processos, que resultou na redução da contingência. Os demais casos aguardam julgamento.

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com a Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-3 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$79.266 (R\$77.408 em 31 de dezembro de 2021). Atualmente o processo aguarda julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de prefeituras que exigem o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos e preço público. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$134.301 (R\$102.378 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 houve um aumento expressivo no valor da contingência, em razão da alteração de risco para possível de alguns processos, os quais discutem a taxa de fiscalização de obras. A Companhia apresentou as defesas, as quais aguardam julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos decorrentes de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativos aos ano-calendarios de 2016 e 2017, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$14.631 (R\$13.415 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

• Discussões administrativas relativas à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de PIS e COFINS recolhidos a maior nos exercícios de 2015 e 2016, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$18.334 (R\$16.550 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Ação Judicial objetivando assegurar o direito da inclusão de débitos de PIS e COFINS dos períodos de 2015 e 2017, no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Receita Federal do Brasil, os quais estão sendo regularmente pagos, contudo, não constavam no sistema no momento da consolidação realizada em dezembro de 2018, envolvendo o montante de R\$37.912 em 31 de dezembro de 2022 (R\$35.464 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia aguarda o julgamento.

EDP Espírito Santo

• Discussão administrativa relativa ao auto de infração lavrado pela Receita Federal, objetivando a cobrança de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL dos períodos de 2014 e 2015, incidentes sobre as perdas não técnicas de energia elétrica. O montante do processo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$200.269 (R\$184.042 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

• A fiscalização do INSS lavrou orientações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Companhia; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bônus de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2022 importam em R\$8.955 (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021) e atualmente aguardam decisão administrativa.

...continuação	EDP Energias do Brasil S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)	

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021		
Acionista	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Acionista controlador
EDP International Investments and Services, S.L. (1)	183.141.323	31,51	180.209.523	31,01	Sim
EDP IS - Investimentos e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (1)	142.584.671	24,53	142.584.671	24,53	Sim
Conselheiros e Diretores	261.954	0,05	165.005	0,03	
Ações em tesouraria (2)	15.186.053	2,62	4.435.100	0,76	
Ações em circulação	239.991.267	41,29	253.770.969	43,67	
Total	581.165.268	100,00	581.165.268	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

32.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

A Companhia tinha por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

A Companhia, conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 28 de agosto de 2020, passou, por política, a propor a distribuição, à título de dividendo e/ou de JSCP, a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovou as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, da maior entre os seguintes valores: (a) 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do artigo 31 do Estatuto Social da Companhia; (b) 50% do Lucro Líquido Ajustado calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e por resultados com realização em Caixa a Longo Prazo; ou (c) R\$1,00 (um real) por ação, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		1.021.437	2.159.838
Constituição da reserva legal - 5%	32.3	(107.992)	5.881
		970.365	2.051.846

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Dividendos complementares obrigatórios

Reserva de lucros

Dividendo adicional proposto

Lucro do exercício a deliberar

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
		1.470.663	1.470.663
		970.365	2.051.846
		1,15064	0,27126
			0,21912

32.3 Reservas

Reservas de capital

Resultado na alienação de ações em tesouraria

Opções de ações outorgadas

Agio na incorporação de sociedade controladora

Outras Reservas de Capital

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
	32.3.1	58.540	60.490
	32.3.2	3.784	5.881
		35.351	35.351
		29.720	31.312
		127.375	132.834

Reservas de lucros

Legal

Retenção de lucros

Dividendo adicional proposto

		32.3.4 e 14	32.3.4 e 14
		5.076.558	4.116.043
		152.457	1.470.663
		5.953.946	6.260.565

32.3.1 Resultado na alienação de ações em tesouraria

A variação no exercício de R\$1.950 é decorrente do efeito da apuração de perdas e ganhos na outorga das ações.

32.3.2 Opções de ações outorgadas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido. A variação no exercício no montante de R\$1.917 é decorrente das provisões de ações outorgadas referente aos planos III, V e VI, bem como a transferência da outorga aos colaboradores contemplados no plano ILP II e IV.

32.3.2.1 Características dos Planos de Remuneração Baseado em Ações

A Assembleia Geral da Companhia realizada em 10 de abril de 2015 estabeleceu a implementação e estruturação da Política de Remuneração Baseada em Ações. Em 2 de maio de 2016, o Conselho da Administração aprovou o Regulamento relativo a referida política.

A política de remuneração tem por objetivo reconhecer o desempenho organizacional e individual dos beneficiários, mediante a entrega de ações de sua própria emissão. Os beneficiários da política de remuneração serão selecionados pelo Conselho de Administração, tendo por base as recomendações do Comitê de Remuneração considerando, entre outros fundamentos, a importância e essencialidade da função exercida, o seu envolvimento em projetos estratégicos, cumprimento de metas relacionadas ao seu desempenho individual e/ou ao desempenho global da Companhia no respectivo período de apuração, aprovadas pelo órgão competente, bem como o valor agregado que o beneficiário oferece à Companhia. A política prevê dois tipos de programas, conforme descritos abaixo:

(i) Programa de incentivo - o beneficiário do programa possui o direito de receber, no futuro, até 2 ações para cada ação de emissão da Companhia adquirida por ele com a utilização de 30% do valor líquido do seu bônus por desempenho anual; e

(ii) Programa de retenção - o beneficiário do programa possui o direito de receber ações de emissão da Companhia a título de pagamento de um bônus anual complementar eventualmente concedido pela Companhia.

As ações de emissão da Companhia sujeitas à política de remuneração não poderão representar, a qualquer tempo, mais do que 1% do capital social da Companhia.

O preço das ações adquiridas pelos beneficiários será equivalente à média ponderada de cotação das ações de emissão da Companhia na B3 nos 60 dias anteriores à data da referida aquisição.

As ações do programa de incentivo ou de retenção somente serão concedidas aos beneficiários que permanecerem continuamente vinculados como administradores e/ou colaboradores da Companhia e/ou das Controladas durante o período de carência. Adicionalmente, para os beneficiários do programa de incentivo, os mesmos deverão manter suas respectivas ações originárias, se abstendo de onerá-las e/ou transferi-las.

Nos casos de desligamento por iniciativa dos beneficiários dos programas ou por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas com justa causa durante o período de carência, o direito ao recebimento das ações outorgadas não plenamente adquiridas restará automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia e/ou das Controladas sem justa causa ou por aposentadoria dos beneficiários dos programas durante o período de carência, farão jus a um número de ações de incentivo e/ou de ações de retenção, conforme o caso, proporcional ao número de meses do período de carência transcorridos até a data de desligamento, restando o direito ao recebimento das demais ações outorgadas não plenamente adquiridas automaticamente extinto, de pleno direito, independentemente de prévio aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

A entrega das ações de incentivo será após o período de carência, qual seja, 3 anos, caso a rentabilidade de mercado seja atingida (rentabilidade acumulada igual ou acima de 15% sobre a apuração média do IEE - Índice de Energia Elétrica e do IBOVESPA - Índice Bovespa), ou após 5 anos, caso a rentabilidade de mercado definida no regulamento não seja atingida.

Em relação ao programa de incentivo, durante o período de 1 ano após a aquisição das ações da Companhia, as mesmas não poderão ser negociadas, todavia, se após este período o beneficiário negociá-las, automaticamente perderá o direito ao recebimento das ações de incentivo.

Segue abaixo o resumo e a movimentação dos planos de remuneração vigentes:

						Qtde. de ações a serem outorgadas
Planos	Data da aquisição	Qtde. de ações adquiridas pelos colaboradores	Preço unitário (R\$)	Valor total das ações adquiridas	Plano de incentivo	Plano de retenção
Plano de remuneração II	junho/2017	44.113	13,37	590		
Plano de remuneração III	agosto/2017	27.747	14,26	396		
Plano de remuneração III	junho/2018	83.240	13,75	1.144	66.743	139.138
Plano de remuneração IV	junho/2019	57.892	18,68	1.081	3.445	10.176
Plano de remuneração V	junho/2020	71.256	16,71	1.191	68.631	59.467
Plano de remuneração V	junho/2020	12.000	16,71	201	24.000	73.607
Plano de remuneração VI	agosto/2021	71.645	18,69	1.339	107.004	159.295
Total		367.893			269.823	441.683

	Plano de incentivo		Plano de retenção		
	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/ Baixa Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2021	Outorga/ Baixa Exercidas	Quantidade de ações em 31/12/2022
Planos					
Plano de remuneração II	71.704	(7.807) (63.897)	58.646	(199) (58.447)	
Plano de remuneração III	83.404	(13.134) (3.527)	66.743		139.138
Plano de remuneração IV	64.859	(8.810) (52.604)	3.445	135.900 (17.274)	10.176
Plano de remuneração V	130.622	(30.386) (7.505)	92.631	170.176 (31.515)	133.074
Plano de remuneração VI	130.167	(21.938) (1.230)	107.004	172.887 (13.592)	159.295
Total	480.756	(82.070) (128.863)	269.823	705.019 (90.852) (172.484)	441.683

32.3.2.2 Plano de remuneração II
Para o Plano de remuneração II foram concedidos 122.344 ações pelo preço de exercício a R\$20,75. As ações cujo prazo de outorga encerrou, foram exercidas entre os períodos findos de 30 de junho de 2022 e 31 de julho de 2022.

32.3.2.3 Plano de remuneração IV

Para o Plano de remuneração IV foram concedidas aos beneficiados 161.054 ações pelo preço de exercício a R\$20,75. As ações cujo prazo de outorga encerrou, devido ao cumprimento das regras estabelecidas, foram exercidas entre os períodos findos de 30 de junho de 2022 e 31 de julho de 2022.

32.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante de R\$960.515 é decorrente da destinação para reserva de retenção de lucros nos exercícios para aumento de capital da Companhia e da distribuição de dividendos, conforme deliberado em AGOE (Nota 14). Adicionalmente, foi aprovado em Diretoria em janeiro de 2023 a destinação de R\$500.000 destas reservas para aumento de Capital Social, em conformidade com o artigo 199. da Lei nº 6.404/76, cuja efetivação será efetuada na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

32.3.4 Dividendos adicionais propostos

Esta reserva refere-se à parcela do Lucro Líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em Assembleia Geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$152.457 será deliberado em AGO para pagamento no exercício de 2023.

32.4 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias			
Ganhos e (Perdas) com subsidiárias e coligadas	(654.184)	107.964	(546.220)
	(654.184)	107.964	(546.220)

32.5 Ações em tesouraria

A recompra de ações próprias são classificadas na rubrica de Ações em tesouraria e reconhecidas ao custo de aquisição como dedução do patrimônio líquido. Quando essas ações forem alienadas, seu ganho ou perda na operação serão transferidos para Reservas de Capital.

Em 28 de agosto de 2020 a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão. O objetivo da recompra foi adquirir ações de própria emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, com o objetivo de aplicar recursos disponíveis para maximizar a geração de valor para os acionistas.

Em RCA realizada em 25 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de ações atualmente mantidas em tesouraria e o lançamento de novo programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia cancelou o total de 25.695.126 ações ordinárias de sua emissão mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do Cancelamento de Ações, o capital social da Companhia, de R\$5.502.716, passou a ser dividido em 581.165.268 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mantendo-se em tesouraria a quantidade de 200.000 ações ordinárias.

De modo maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, e capturar o potencial de valorização das ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a realização de um novo Programa de Recompra. No total, serão adquiridas no âmbito do Programa de Recompra até 23.558.500 ações ordinárias de emissão da Companhia, tendo em vista o limite de manutenção de ações em tesouraria disposto no artigo 8º da ICMV 567/15, qual seja, de 10% das ações de cada espécie ou classe de ações em circulação no mercado.

A Administração entende que esta deliberação faz parte do processo contínuo da Companhia em maximizar valor aos seus acionistas e que sua situação financeira atual é compatível com a possível execução do Programa de Recompra nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto ao cumprimento das obrigações assumidas aos credores e demais compromissos. Abaixo seguem as características do Programa de Recompra de Ações:

Prazo da realização das operações	Máximo de ações que poderão ser recompradas	Quantidade de ações recompradas	Preço médio de aquisição	Recursos disponíveis	Instituições financeiras intermediárias
18 meses após a realização da RCA	23.558.500	15.186.053	20,66	Reservas de Lucros ou capital da Companhia, com exceção das reservas descritas no parágrafo primeiro do artigo 7º da Instrução CVM nº 567/15.	BTG Pactual CVM S.A.; Itaú; Santander CVM S.A.; Safra Corretora de Valores e Câmbio Ltda.; e XP Investimentos CCTVM S/A

32.6 Participações de não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$1.169.848 (R\$1.142.615 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à participação que outros acionistas detêm sobre as controladas (Nota 18.2).

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é composta por: (i) R\$462.221 correspondente à Lajeado; (ii) R\$388.127 correspondente à Investco; (iii) R\$261.797 correspondente à Enerpeixe; (iv) R\$57.680 correspondente à EDP Transmissão Aliança; e (v) R\$23 correspondente à EDP Goiás.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Investco	Enerpeixe	Lajeado	EDP Transmissão Aliança	EDP Goiás	Total
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	161.592	174.843	324.003	147.471	170.364	978.273
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.238)	(6.225)	15.884	(26.952)	(98.503)	(122.034)
Caixa líquido aplicado nas atividades financeiro	(30.040)	(184.458)	(283.436)	(91.990)	(50.317)	(640.241)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	125.314	(15.840)	56.451	28.529	21.544	25.998

O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 inclui R\$451.376 referente às partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, conforme detalhado abaixo.

32.7 Partes beneficiárias

A Lajeado, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe “A” (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Lajeado entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido.

33 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados para os clientes, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e suas controladas, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

Distribuição

• **Fornecimento - Faturado:** São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

• **Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado:** São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

• **Não faturado:** Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.

• **Resultados de ativos financeiros setoriais:** É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela “A” efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.

• **Suprimento - Faturado:** Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa vigente estabelecida pelo órgão regulador.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

• **Receita de construção:** O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante (Nota 34).

• **Subvenções vinculadas ao serviço concedido:** É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.2) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

• **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Geração

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A controlada poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da C

...continuação	EDP Energias do Brasil S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)	

33.3 Itens financeiros - RTE

A variação refere-se às bandeiras tarifárias nas controladas de distribuição que, em 2022 foram aplicadas a de Escassez hídrica e verde, enquanto no exercício de 2021 foram substancialmente amarela e vermelha (Nota 4.6). Além do impacto das bandeiras, devido a revisão tarifária da controlada EDP Espírito Santo (Nota 4.19), houve uma antecipação no saldo de Ultrapassagem e Demanda que está sendo reconhecido mensalmente pela referida controlada, gerando um aumento no saldo de Itens financeiros - RTE.

33.4 Suprimento - Faturado

A variação de suprimento faturado deve-se substancialmente: (i) redução de R\$1.205.111 na controlada Porto do Pecém que, devido a melhora do cenário hídrico no país (Nota 4.5) não está sendo despachada pela ONS desde dezembro de 2021; (ii) R\$137.910 na controlada EDP São Paulo devido ao aumento do volume de energia em 2022, totalizando 985.094 MWh (538.411 MWh em 2021), além do ajuste no preço devido ao reajuste tarifário (Nota 4.21); e (ii) na controlada EDP Espírito Santo de R\$162.200, devido ao aumento da carga de energia elétrica comercializada no MVE, em linha com a estratégia da controlada em reduzir os níveis de sobrecontratação.

33.5 Energia de curto prazo

A redução de R\$891.830 observada na rubrica de energia de curto prazo é decorrente substancialmente:

- (i) R\$486.419 na controlada EDP São Paulo, e redução de R\$223.341 da controlada EDP Espírito Santo, cujas variações ocorreram devido as transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada nas controladas, os quais foram impactados pelo redução da carga contratada do MCSD, MCSD, além da melhora do cenário de hídrico; e
- (ii) R\$159.486 na controlada Porto do Pecém que, com a melhora do cenário energético (Nota 4.5) no exercício de 2022 não realizou operações no mercado de curto prazo, ao contrário do que ocorreu no exercício anterior, quando foram realizadas operações de recomposição de lastro para suprimento do mercado interno.

33.6 Comercialização

O aumento ocorrido nas controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, é reflexo da melhora do cenário hidrológico no exercício de 2022 quando comparado ao exercício anterior, ocorrido pela retomada e avanço operacional no país, considerando também a diminuição da volatilidade dos preços do mercado. Adicionalmente, em relação à EDP Smart Energia, houve reflexo da entrada de novos contratos.

33.7 Transmissoras - Receita de Operação e Manutenção (O&M)

O aumento de R\$190.096 observado na rubrica de Receita de O&M refere-se principalmente às transmissoras que no exercício de 2022 estão em operação, e no exercício anterior estavam em construção, sendo EDP Transmissão Litoral Sul, no montante de R\$4.023, EDP Transmissão Aliança no montante de R\$43.027 e EDP Transmissão SP-MG no montante de R\$50.544. Adicionalmente, com a aquisição da EDP Goiás (Notas 4.7 e 18.1) houve reconhecimento de receitas de O&M no montante total de R\$99.513.

33.8 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O aumento da subvenção é observado principalmente devido reconhecimento de repasses financeiros feitos às controladas de distribuição decorrentes do aumento do consumo no exercício e da tarifa decorrente do último reajuste tarifário.

33.9 Bandeiras tarifárias e Subvenções vinculadas ao serviço concedido

O Sistema de Bandeiras Tarifárias é o mecanismo que tem como objetivo sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica de cada mês, sendo dividido em 4 bandeiras: verde, amarela, vermelha patamar 1 e vermelha patamar 2. Em razão do cenário de escassez hídrica (Nota 4.5) foi criada a bandeira tarifária de escassez hídrica, regulamentada pela Resolução nº 3/2021 da CREG.

A definição das faixas de acionamento observa liimares de risco hidrológico definidos segundo o histórico operativo do Sistema Interligado Nacional - SIN. A métrica de acionamento considera a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica (GSF) e o preço da energia elétrica de curto prazo (PLD). A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista com as bandeiras tarifárias se aproxime mais dos custos incorridos. Este acionamento das Bandeiras Tarifárias é definido mensalmente pela ANEEL, por meio de Despacho da Superintendência de Gestão Tarifária - SGT.

O saldo relativo às bandeiras tarifárias refere-se aos valores a repassar à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela CCEE, provenientes da diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e os valores estimados não faturados, a título de bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos. Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país. O valor homologado mensalmente pela ANEEL a repassar ou a ressarcir é a diferença entre o montante cobrado dos clientes e os sobrecustos referentes a: (i) Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS; (ii) despacho térmico; (iii) risco hidrológico; (iv) cotas de Itaipu; (v) exposição ao mercado de curto prazo; e (v) excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são:

- (i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- (ii) Bandeira Amarela: R\$1,874 a cada 100 kWh;
- (iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,971 a cada 100 kWh;
- (iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$9,492 a cada 100 kWh; e
- (v) Bandeira Escassez Hídrica: R\$14,20 a cada 100 kWh.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2022 foram:

	2022											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bandeira Tarifária	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Escassez hídrica (*)	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho (**)	69,85	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	55,70	97,48	56,78	55,70	55,70	55,70

(*) Exceto para os clientes inscritos na Tarifa Social de Energia - TSEE, que permanecem na Bandeira Vermelha - patamar 2.

(**) PLD gatilho: Valor em reais / MWh utilizado como base de PLD médio mensal para o acionamento do patamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE.

34 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Nas segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados a concessão e também os gastos vinculados à geração de energia, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, gastos relacionados ao atendimento comercial, operação e manutenção da concessão, e gastos com matéria prima para a produção de energia; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e de suas controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora				2021			
	Despesas Operacionais Gerais e		Despesas Operacionais Gerais e		Despesas Operacionais Gerais e		Despesas Operacionais Gerais e	
	Nota	administrativas	Outras	Total	administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4	67.538		67.538	60.824		60.824	
Material		459		459	929		929	
Serviços de terceiros	34.5	50.876		50.876	46.389		46.389	
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.997		3.997	3.182		3.182	
Depreciação - Ativos de direito de uso		2.580		2.580	1.856		1.856	
Amortização		10.958		10.958	12.528		12.528	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			3.457	3.457	868		868	
Arrendamentos e alugueis		(943)		(943)	1.730		1.730	
Ganhos e perdas na aquisição de investimentos	34.8	29.415		29.415	6.843		6.843	
Outras		12.825		12.825	9.926		9.926	
Total		148.290	32.872	181.162	138.232	6.843	145.075	

	Consolidado							
	Custos				Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	6.916.376						6.916.376
Encargos de uso da rede elétrica	34.2	1.290.764						1.290.764
Custo da matéria prima consumida	34.3		318.786					318.786
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	34.6	(3.269)						(3.269)
Arrendamento Financeiro					71.872			71.872
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4			440.573	6.783	203.426		650.782
Material	34.5			48.994	13.268	8.269		70.531
Serviços de terceiros	34.5			336.852	10.957	235.876		583.685
Depreciação - Imobilizado em serviço	34.7			287.652	4.815	39.462	1.204.486	1.536.415
Depreciação - Ativos de direito de uso				4.655		8.563		13.218
Amortização	34.7			258.701		400	174.825	152.591
PECLD / perdas líquidas						159.814		159.814
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							52.637	52.637
Arrendamentos e alugueis				5.869	(45)	(695)		5.129
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							133.527	133.527
Custo com construção da infraestrutura	21	5.200	608	45.346		1.987.620		1.987.620
Outras						1.156	46.808	10.910
Total		8.209.071	319.394	1.428.642	2.096.826	159.814	716.534	1.480.225

	Consolidado							
	Custos				Despesas operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	PECLD	Gerais e administrativas	Outras
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	8.834.330						8.834.330
Encargos de uso da rede elétrica	34.2	1.238.798						1.238.798
Custo da matéria prima consumida	34.3		1.348.680					1.348.680
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão		(165.084)						(165.084)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	34.4			357.603	5.953	176.481		540.037
Material	34.5			53.829	7.965	9.929		71.723
Serviços de terceiros				298.067	3.156	220.637		521.860
Depreciação - Imobilizado em serviço				282.686		7.835	13.395	303.916
Depreciação - Ativos de direito de uso				1.181		56.282		57.463
Amortização				280.552		64.758	31.805	377.115
PECLD / perdas líquidas						135.158		135.158
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas							1.019	30.291
Arrendamentos e alugueis				2.433	149	2.331	(141)	4.772
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							73.295	73.295
Custo com construção da infraestrutura	21	5.596		50.457		2.150.806		2.150.806
Outras						1.226	(1.893)	95.353
Total		9.913.640	1.348.680	1.328.808	2.169.255	135.158	579.839	146.752

34.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado			
	Nota	2022	2021	
Contratos de compra de energia por disponibilidade	34.1.1	1.071.711	2.136.476	
Contratos de compra de energia por quantidade PROINFA	34.1.2	915.788	937.270	
Contratos de compra de energia por cotas	34.1.1	604.321	1.530.274	
Energia de curto prazo	34.1.3	132.557	686.596	
Energia de Itaipu Binacional	34.1.4	988.265	1.184.482	
Encargo de Energia de Reserva - EER	34.1.5	222.436	44.346	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	34.1.6	237.112	703.916	
Contratos de comercialização de energia	34.1.7	3.236.114	2.533.270	
Outros	34.1.8	12.338	(51.196)	
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER		(10.562)	(160.900)	
(-) Créditos de PIS/COFINS		(669.048)	(838.376)	
		6.916.376	8.834.330	

34.1.1 Contratos de compra de energia por disponibilidade e por cotas

A redução observada nos montantes de compra de energia por disponibilidade e por cotas refere-se substancialmente às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, devido as condições favoráveis de geração de energia hídrica ocasionada pela maior incidência de chuvas no exercício, consequentemente acarretando na redução expressiva da geração termoeletrica (Nota 4.5).

34.1.2 Contratos de compra de energia por quantidade

A redução de R\$21.462 observada na rubrica de contratos de compra de energia por quantidade refere-se:

- (i) ao aumento de R\$95.692 nas controladas de distribuição devido ao aumento nos contratos de compra de energia por quantidade ocasionada pela, a sazonalidade e os reajustes de preços os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e Contratos Bilaterais Regulados - CBR;
- (ii) a redução de R\$33.216 na controlada Lajeado devido à compra de energia para constituição de lastro em 2021, com intuito estratégico de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, o que não ocorreu de forma relevante em 2022; e
- (iii) a redução de R\$83.958 na controlada Enerpeixe, referente a compra de energia como estratégia de mitigação dos efeitos do GSF na controlada em 2021, com volatilidade de efeitos entre os exercícios devido a alocação de sazonalidade contratual de energia, PLD e efeitos reais de GSF.

34.1.3 Energia de curto prazo

A redução de R\$554.039 observada na rubrica de energia de curto prazo decorre substancialmente da:

- (i) redução de R\$191.599 da controlada EDP São Paulo devido a exposição associada à contratação regulada, provocando exposições financeiras em relação à diferença entre os PLDs dos submercados envolvidos, sendo no exercício de 2022 PLD médio de R\$58,99/MWh (Submercado SE/CO), quando no exercício de 2021, para o mesmo Submercado, alcançou a média de R\$279,61/MWh;
- (ii) redução de R\$65.378 na controlada EDP Espírito Santo referente às transações de energia e de encargos comercializados no âmbito da CCEE, por sazonalização operacionalizada na Companhia, os quais foram impactados pela redução da carga contratada do MCSD e MVE, além da melhora do cenário de hídrico (Nota 4.5). A controlada negociou o preço de R\$275,76MWh em 2022 contra R\$208,17 MWh do mesmo período do exercício anterior;
- (iii) redução R\$251.347 das controladas Lajeado, Enerpeixe e Energest (Nota 17.1), devido ao PLD menor em 2022, que alcançou média de R\$58,70/MWh (Submercado SE/CO), em comparação com R\$280,00/MWh em 2021, influenciado pela crise hídrica em 2021 quando apresentou o maior período seco registrado no país (Nota 4.5), trazendo baixa nos reservatórios, além de um maior desvio no GSF médio; e
- (iv) redução de R\$42.968 da controlada EDP Trading ocasionada pela melhora no cenário energético (Nota 4.5), levando os preços de liquidação ao seu menor valor, tornando os custos para operação no mercado de curto prazo menores.

34.1.4 Energia de Itaipu Binacional

A redução decorre substancialmente das controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, pois houve uma diminuição dos montantes correspondentes às cotas-partes a serem consideradas no rateio de energia elétrica referentes a Itaipu quando comparado ao exercício de 2021.

34.1.5 Encargo de Energia de Reserva - EER

O EER representa todos os custos decorrentes da contratação da energia de reserva, entendida como aquela destinada a aumentar a segurança no fornecimento de energia elétrica ao SIN, proveniente de usinas especialmente contratadas mediante leilões para este fim, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No exercício de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas de distribuição.

34.1.6 Encargos de Serviço do Sistema - ESS

A redução do ESS no exercício deve-se principalmente, ao acionamento de usinas térmicas fora da ordem de mérito e importação de energia oriunda da Argentina e Uruguai pelo baixo nível dos reservatórios, elevando assim o custo do ESS para os agentes que possuem consumo atendido pelo SIN em 2021.

34.1.7 Contratos de comercialização de energia

A variação refere-se as controladas EDP Trading e EDP Smart Energia, que apresentaram aumento nos contratos de comercialização de energia em montantes negociados, em razão do avanço das operações das controladas (Nota 33.6).

34.1.8 Outros

O aumento do saldo observado na rubrica refere-se às controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo e decorrem, principalmente, da Cobrança dos administrativos, financeiros e tributários, que são rateados entre os usuários finais de energia elétrica do SIN. No exercício de 2022, as controladas EDP São Paulo e EDP Espírito Santo, levando em consideração o comportamento da estimativa do PLD e da geração das usinas vencedoras em Leilões de Energia de Reserva - LER, houve a necessidade do recolhimento do EER visando o contínuo equilíbrio financeiro do fundo, de modo a assegurar a cobertura das próximas obrigações vinculadas à Conta. A complementação da Conta de Energia de Reserva (CONER) ocorre por meio do pagamento das controladas de distribuição.

34.2 Encargos de uso da rede elétrica

O aumento deve-se principalmente à Tarifa do uso do sistema de transmissão - TUST, no qual é realizada uma revisão tarifária em todos os agentes de transmissão.

34.3 Custo da matéria prima consumida

A diminuição na rubrica refere-se substancialmente a controlada Porto do Pecém, ocasionada pela baixa de estoque decorrente da venda conforme mencionada nota 4.10, correspondente ao montante de R\$427.577. Adicionalmente, houve a reversão de R\$141.490 da provisão de perda estimada na realização dos estoques da referida controlada (Notas 4.10 e 12.2).

34.4 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal				
Remuneração	22.408	21.938	282.501	238.160
Encargos	7.355	8.148	101.234	86.617
Previdência privada - Corrente	703	1.200	13.039	14.504
Despesas rescisórias	6.022	689	24.447	15.439
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.187	4.539	55.511	41.849
Outros benefícios - Corrente	6.168	7.388	112.240	96.448
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	(105)		1.729	2.490
Outros	1.281	27	17.301	4.236
	49.019	43.929	608.002	499.743
Administradores				
Honorários e encargos			13.453	21.438
Benefícios dos administradores	12.792	3.442	15.615	5.991
(-) Créditos de tributos recuperáveis	5.727		5.727	
	18.519	16.895	42.780	40.294

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O cálculo do resultado “básico e diluído” por ação é demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.021.437	2.159.838
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	583.957
Resultado básico por ações (reais/ação)	1,80473	3,69863
Resultado diluído		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	1.021.437	2.159.838
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido do exercício disponível para as ações considerando o potencial incremento das ações ordinárias como resultado dos planos de incentivo e retenção	2.011	(4.458)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas ajustado	1.023.448	2.155.380
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas (mil) (*)	565.979	583.957
Potencial incremento nas ações ordinárias em função dos planos de incentivo e retenção a longo prazo	712	1.186
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas ajustado (mil) (*)	566.691	585.143
Resultado diluído por ações (reais/ação)	1,80601	3,68351

(*) O número de ações ordinárias não contempla as ações em tesouraria.

38 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

38.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

38.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:

			Controladora			
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	5	Nível 2	939.854	930.122	939.854	930.122
Derivativos		Nível 2	8.918		8.918	
			948.772	930.122	948.772	930.122
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Bancos conta movimento		Nível 2	31.680	2.581	31.680	2.581
Títulos a receber	16.9	Nível 2	31.333	28.145	31.333	28.145
Empréstimos a receber	11	Nível 2	316.408	310.738	316.408	310.738
Cauções	13	Nível 2	392	392	392	392
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	27.748	19.850	27.748	19.850
			407.561	361.706	407.561	361.706
			1.356.333	1.291.828	1.356.333	1.291.828
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Derivativos						
Derivativos outros		Nível 2	8.918		8.918	-
			8.918	-	8.918	-
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	42.471	50.834	42.471	50.834
Debêntures	26	Nível 2	48.043	237.212	48.293	236.629
Empréstimos e financiamentos						
Contratos de mútuo		Nível 2		105.305		105.305
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	70.630	52.728	70.630	52.728
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	19.236	8.156	18.550	8.154
			180.380	454.235	179.944	453.650
			189.298	454.235	188.862	453.650
			Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	5					
Aplicações financeiras		Nível 2	3.981.985	2.568.528	3.981.985	2.568.528
Ativo financeiro indenizável	20	Nível 2	5.706.847	4.362.393	5.706.847	4.362.393
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	1.952	11.722	1.952	11.722
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	2.539.702	868.261	2.539.702	868.261
Derivativos						
Derivativos		Nível 2	80.287	3.227	80.287	3.227
			12.310.773	7.814.131	12.310.773	7.814.131
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	Nível 2	215.211	130.962	215.211	132.899
Bancos conta movimento	7	Nível 2	2.673.099	2.960.267	2.673.099	2.960.267
Contas a receber		Nível 2	5.217	2.927	5.217	2.927
Rendas a receber		Nível 2	14.689	12.713	14.689	12.713
Empréstimos a receber	11	Nível 2	26.497	16.295	26.497	16.295
Cauções	13	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 2	2.500	2.500	2.500	2.500
Ativos financeiros setoriais	8	Nível 2	153.328	1.429.437	153.328	1.429.437
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Nível 2	13.717	10.842	13.717	10.842
			3.104.258	4.565.943	3.104.258	4.567.880
			15.415.031	12.380.074	15.415.031	12.382.011
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda estrangeira		Nível 2	1.245.386	188.684	1.241.710	188.684
Contrato de compromisso futuro	15	Nível 3	1.645.142	215.642	1.645.142	215.642
Debêntures		Nível 2	644.805	1.228.288	644.805	1.228.288
Derivativos						
Derivativos de dívidas		Nível 2	256.306	919	256.306	919
Derivativos de debêntures		Nível 2	57.413	18.313	57.413	18.313
Derivativos outros		Nível 2	8.919	8.919		
			3.857.971	1.651.846	3.854.295	1.651.846
Custo amortizado						
Fornecedores	25	Nível 2	1.486.113	1.960.429	1.486.113	1.960.498
Debêntures	26	Nível 2	8.007.027	6.409.151	8.590.438	6.602.502
Uso do bem público		Nível 2	477.733	464.934	530.452	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade		Nível 2	500	2.945	500	2.945
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	27					
Moeda nacional		Nível 2	4.858.237	2.696.841	3.563.483	2.680.489
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Nível 2	70.587	53.342	70.787	53.353
Arrendamentos e aluguéis	16.8	Nível 2	128.078	110.844	148.809	110.410
Licenças ambientais		Nível 2	77.999	81.236	74.082	81.193
Passivos financeiros setoriais	8	Nível 2	1.156.747	2.123.350	1.156.747	2.123.350
			16.263.021	13.903.072	15.621.411	14.120.874
			20.120.992	15.554.918	19.475.706	15.772.720

Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado
Swap de dívida														
EDP Transmissão SP-MG	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		23/12/2020 a 10/12/2021	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	59.055	300.000								12.610
EDP São Paulo	Safra		12/02/2021 a 15/01/2026	IPCA + 3,91% a.a. / CDI + 1,50% a.a.		700.000	765.325	(755.701)	9.624	(25.778)	725.195	(732.207)	(7.012)	(8.369)
EDP Espírito Santo	Itaú		12/02/2021 a 15/07/2025	IPCA + 3,26% a.a. / CDI + 1,15% a.a.		500.000	539.910	(537.552)	2.358	(18.422)	510.680	(521.981)	(11.301)	(12.906)
EDP Smart Serviços	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		07/04/2021 a 12/04/2022	USD + 0,62% a.a. / CDI + 0,79% a.a.	17.986	100.000				(18.487)	100.766	(104.723)	(3.957)	
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		16/08/2021 a 16/08/2022	USD + 0,95% a.a. / CDI + 0,45% a.a.	16.284	85.000				(13.716)	90.956	(87.918)	3.038	3.176
Mata Grande Transmissora	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		16/08/2022 a 16/11/2022	USD + 3,18% a.a. / CDI + 1,00% a.a.	16.284	85.000				(1.044)				
Santa Leopoldina	Itaú BBA		01/02/2022 a 16/01/2024	USD + 2,20% a.a. / CDI + 1,25% a.a.	64.941	350.000	337.717	(396.860)	(59.143)	(59.143)				
Santa Leopoldina	Scotiabank Brasil S/A Banco Multiplo		14/01/2022 a 16/01/2024	USD + 1,6175% a.a. / CDI + 0,85% a.a	150.000	849.870	766.325	(962.266)	(195.941)	(195.941)				
EDP Smart Serviços	Itaú BBA		08/04/2022 a 29/03/2023	USD + 3,733% a.a. / CDI + 1,59% a.a	25.565	120.000	137.668	(133.123)	4.545	4.545				
EDP São Paulo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/08/2025	IPCA + 5,91% a.a./CDI + 0,15% a.a.		329.605	330.858	(332.212)	(1.354)	(1.354)				
EDP Espírito Santo	XP Investimentos		15/06/2022 a 15/07/2025	IPCA + 5,91% a.a. / CDI + 0,19% a.a.		240.865	241.737	(242.954)	(1.217)	(1.217)				
Total swap de dívida							3.119.540	(3.360.668)	(241.128)	(330.557)	1.427.597	(1.446.829)	(19.232)	(5.489)
NDF														
Porto do Pecém	Citibank	Compra	06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470								(794)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245								28
Porto do Pecém	Bradesco	Compra	11/10/2022 a 30/06/2023	BRL/USD 5,4855	38	207		(1)	(1)					
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/06/2021	BRL/USD 5,6020										(2.400)
Porto do Pecém	Citibank	Venda	16/04/2021 a 01/07/2021	BRL/USD 5,6105	11.386	56.952								(6.588)
Porto do Pecém	Itaú	Venda	16/04/2021 a 01/08/2021	BRL/USD 5,6245										(616)



...continuação

EDP Energias do Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controlada	Contraparte	Operação	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional BRL	Consolidado									
							31/12/2022			2022	31/12/2021			2021		
							Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado	Ativo	Passivo	Valor Justo Líquido	Efeito Resultado		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	17/05/2021 a 17/05/2022	BRL/USD 5,5451	385	2.134					86			86		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	21/06/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,2500	257	1.348					113			113		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	04/08/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,4120	25	134					7			7		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	04/08/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 5,5090	37	205					12			12		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	20/08/2021 a 29/07/2022	BRL/USD 5,7720	1.123	6.483					144			144		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	01/10/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,6315	608	3.424			(77)		99			99		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	03/11/2021 a 31/05/2022	BRL/USD 5,9978	190	1.139						(36)		(36)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	15/12/2021 a 30/06/2022	BRL/USD 6,0186	460	2.767						(72)		(72)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8100	57	329						(6)		(6)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 31/03/2022	BRL/USD 5,8600	85	497			(75)			(9)		(9)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,9100	122	721						(13)		(13)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 29/06/2022	BRL/USD 5,9600	141	841						(14)		(14)		
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/12/2021 a 28/04/2022	BRL/USD 5,8591	29	169						(3)		(3)		
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	30/08/2022 a 05/09/2022	BRL/USD 5,1810	399	6.854			(507)							
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	03/10/2022 á 28/02/2023	BRL/USD 5,3855	2.146	11.555		(84)	(84)							
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3780	3	17										
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5380	460	2.548		(58)	(58)							
EDP Smart Serviços	Safra	Compra	27/10/2022 a 30/11/2022	BRL/USD 5,3314	87	464										
EDP Smart Serviços	XP Investimentos	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,4825	13.968	76.577		(1.011)	(1.011)							
EDP Smart Serviços	Citibank	Compra	27/10/2022 a 02/05/2023	BRL/USD 5,5187	907	5.006		(97)	(97)							
EDP Smart Serviços	BR Partners	Compra	07/11/2022 a 03/04/2023	BRL/USD 5,2460	212	1.110	28			28						
EDP - Energias do Brasil	Itaú	Compra	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	79.094	454.278		(8.918)	(8.918)	(8.918)						
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente I S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427			1.427	1.427					
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente II S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427			1.427	1.427					
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente III S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427			1.427	1.427					
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente IV S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	12.655	72.685	1.427			1.427	1.427					
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente V S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605			1.605	1.605					
EDP - Energias do Brasil	Central Solar Novo Oriente VI S.A.	Venda	22/03/2022 a 30/11/2023	BRL/USD 5,7435	14.237	81.770	1.605			1.605	1.605					
Total NDF							8.946	(10.169)		(1.223)	(659)	461	(153)		308	(10.370)
Opções																
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/06/2021	API2* 66,75 USD/ton	8.310	41.565										350
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 01/07/2021	API2* 67,26 USD/ton	12.352	61.784										1.496
Porto do Pecém	BTG Pactual		22/04/2021 a 02/08/2021	API2* 67,63 USD/ton	1.436	7.182										269
Total Opções							-	-		-	-	-	-		-	2.115
Total geral							3.128.486	(3.370.837)		(242.351)	(331.216)	1.428.058	(1.446.982)		(18.924)	(13.744)

Os impactos dos ganhos e perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como a movimentação dos derivativos foram os seguintes:

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2021	Reclassifi- cação (*)	Liquidação	Efeito no Patrimônio Líquido	Efeito no resultado			Saldo em 31/12/2022
					Juros provisio- nados	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	
Swap								
Risco de taxa de juros e moeda								
Empréstimos	-	919	(34.166)				283.786	250.539
Debêntures	-	18.313	(74.495)		114.034		(67.263)	(9.411)
	-	19.232	(108.661)	-	114.034	-	216.523	241.128
Hedge de fluxo de caixa								
Risco de taxa de juros e moeda								
NDFs	(308)		17	854		659		1.222
Risco cambial								
NDFs	-			1				1
	(308)	-	17	855	-	659	-	1.223
Total	(308)	19.232	(108.644)	855	114.034	659	216.523	242.351

(*) Saldo de derivativos reclassificado para melhor apresentação

38.1.3.1 Contratos de swap

Os contratos de *swap* são utilizados como seguro ou *hedge*, com o objetivo de reduzir riscos e de dar mais previsibilidade para diferentes agentes do mercado.

Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina

Em 16 de agosto de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, as controladas Mata Grande Transmissora e Santa Leopoldina contrataram respectivamente instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). O derivativo da controlada Mata Grande Transmissora foi liquidado em 16 de agosto de 2022.

Em 16 de agosto de 2022, a controlada Mata Grande Transmissora contratou um novo instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

EDP Espírito Santo e EDP São Paulo

Em 12 de fevereiro de 2021, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de *IPCA + Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 10ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

Em 15 de junho de 2022, as controladas contrataram instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos de inflação (IPCA) através da troca dos fluxos de pagamentos, de *IPCA + Spread* para taxa de juros CDI + *Spread* da 7ª emissão de debêntures da controlada EDP Espírito Santo e da 9ª emissão de debêntures da controlada EDP São Paulo (Nota 26). O *swap* foi declarado como *hedge* de Valor Justo, de acordo com o CPC 48, considerado como instrumento de proteção da 7ª emissão de debêntures, que, por consequência, está mensurada a valor justo por meio de resultado.

EDP Smart Serviços

Em 12 de abril de 2021, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano para taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27). A controlada liquidou o derivativo no dia 08 de abril de 2022.

Em 08 de abril de 2022, a controlada contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo, com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial através da troca dos fluxos de pagamentos, de dólar americano à taxa de juros Libor para real brasileiro à taxa de juros CDI, do financiamento contratado junto ao Banco Scotiabank (Nota 27).

38.1.3.2 Non-Deliverable Forward - NDF - hedge accounting

Os contratos de NDFs - *hedge accounting* são instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

EDP Smart Serviços

Desde 2020, a controlada adotou metodologia de *hedge accounting*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial nas aquisições de mercadoria em moeda estrangeira. Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MM, líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa fixada é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.

Porto do Pecém

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD24.593, envolvendo venda de NDF de câmbio e de API2(*). O objetivo dos derivativos foram de mitigar o risco de descasamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável foi mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio. A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

A Companhia contratou em janeiro de 2022 operações de derivativos no montante de USD4.250, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura do prêmio do seguro operacional com pagamento em dólar. Esses derivativos foram liquidados durante o exercício de 2022.

Em outubro de 2022, a Companhia contratou operações de derivativos no montante de USD3.388, envolvendo compra de NDF de câmbio, com o objetivo de cobertura de CAPEX com pagamento em dólar.

* API 2: O API 2 é o preço de referência para o carvão importado pelo noroeste europeu.

38.1.3.3 Contabilidade de hedge (hedge accounting)

Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- (i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- (iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e
- (v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de Patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a controlada executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

38.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e *Compliance*, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificação, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

38.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As debêntures e os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas, apresentados nas notas 26 e 27, possuem regras contratuais para os passivos financeiros, fundamentalmente atreladas a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, IPCA e variação cambial. Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Um dos objetivos da Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, de índices de preços e de moedas.

Em relação aos indexadores de dívida CDI, IPCA e TJLP os mesmos refletem direta ou indiretamente aos efeitos inflacionários. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas das controladas também estão relacionados à variação da inflação (IGP-M e IPCA). Desta forma, as variações das dívidas contratadas com os referidos indexadores tendem a estar protegidas pelas variações das receitas.

As controladas Mata Grande Transmissora, Porto do Pecém, Santa Leopoldina e EDP Smart Serviços possuem exposições à variação cambial (Dólar Norte Americano) e juros (CDI) atreladas a dívidas em moeda estrangeira, entretanto, possuem derivativos de *swap* e NDF com o objetivo de *hedge* econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

As controladas EDP São Paulo e a EDP Espírito Santo estão expostas ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar Norte Americano, por meio dos pagamentos de energia comprada de Itaip

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado								
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	3.833.678	507.383			507.383	131.644	265.497	(129.589)	(257.159)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	119.355	1.749			1.749	411	813	(419)	(847)
Fundos de investimento	CDI	28.943	1.850			1.850	446	885	(452)	(911)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	25.413	2.509	2.334		4.843	7.680	15.478	(7.567)	(15.026)
Títulos e valores mobiliários	CDI	8.649	151			151	38	75	(38)	(75)
Empréstimos a receber	CDI	14.689							1	1
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.030.727	513.642	2.334	-	515.976	140.219	282.748	(138.064)	(274.017)
Debêntures	CDI (3.655.829)		(640.131)	(484.760)		(1.124.891)	(223.786)	(462.504)	262.447	510.213
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI (1.986.988)		(257.240)	(221.817)		(479.057)	(92.260)	(184.232)	97.144	194.766
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI (1.097.004)		(108.398)	(28.049)		(136.447)	(4.697)	(32.808)	50.857	78.298
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(6.739.821)	(1.005.769)	(734.626)	-	(1.740.395)	(320.743)	(679.544)	410.448	783.277
Swap - Ponta Passiva	CDI (3.360.668)		(419.283)	(296.004)		(715.287)	(61.644)	(124.424)	60.536	119.993
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(3.360.668)	(419.283)	(296.004)	-	(715.287)	(61.644)	(124.424)	60.536	119.993
		(6.069.762)	(911.410)	(1.028.296)	-	(1.939.706)	(242.168)	(521.220)	332.920	629.253
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP (89.478)		(6.887)	(3.315)		(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.490
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(89.478)	(6.887)	(3.315)	-	(10.202)	(1.706)	(3.387)	1.732	3.490
Compromissos futuros	PLD 2.101.924		(387.071)	2.488.994		2.101.923	(1.421.999)	(2.842.055)	1.418.113	2.838.168
Instrumentos financeiros ativos	PLD	2.101.924	(387.071)	2.488.994	-	2.101.923	(1.421.999)	(2.842.055)	1.418.113	2.838.168
Compromissos futuros	PLD (1.645.136)		387.071	(2.032.206)		(1.645.135)	1.398.031	2.796.063	(1.398.032)	(2.796.062)
Instrumentos financeiros passivos	PLD	(1.645.136)	387.071	(2.032.206)	-	(1.645.135)	1.398.031	2.796.063	(1.398.032)	(2.796.062)
		456.788		456.788	-	456.788	(23.968)	(45.992)	20.081	42.106
Principal	Dólar (1.241.710)		(542.605)	(862.217)		(1.404.822)	(123.422)	(258.513)	148.414	281.852
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(1.241.710)	(542.605)	(862.217)	-	(1.404.822)	(123.422)	(258.513)	148.414	281.852
Swap - Ponta Ativa	Dólar 1.241.710		542.605	862.217		1.404.822	123.422	258.513	(148.414)	(281.852)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	1.241.710	542.605	862.217	-	1.404.822	123.422	258.513	(148.414)	(281.852)
		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos a receber - Mútuo	IPCA 14.689		362	189		551	76	154	(75)	(148)
Instrumentos financeiros ativos	IPCA	14.689	362	189	-	551	76	154	(75)	(148)
Debêntures	IPCA (4.068.074)		(446.321)	(810.309)	(526.319)	(1.782.949)	(265.342)	(552.012)	246.091	474.784
Empréstimos e financiamentos - BNDES	IPCA (142.530)		(21.000)	(10.832)		(31.832)	(2.672)	(5.397)	2.621	5.194
Empréstimos e financiamentos - CCB Brasil	IPCA (86.872)		(8.126)	(18.889)	(4.742)	(31.757)	(4.629)	(9.488)	4.411	8.615
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(4.297.476)	(475.447)	(840.030)	(531.061)	(1.846.538)	(272.643)	(566.897)	253.123	488.593
Swap - Ponta Ativa	IPCA 1.877.830		180.776	176.276		357.052	46.498	94.140	(7.803)	(15.403)
Instrumentos financeiros derivativos	IPCA	1.877.830	180.776	176.276	-	357.052	46.498	94.140	(7.803)	(15.403)
		(2.404.957)	(294.309)	(663.565)	(531.061)	(1.488.935)	(226.069)	(472.603)	245.245	473.042)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Dólar e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e das controladas. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.; Dólar entre 5,04 e 5,22 reais e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a. Para a análise de sensibilidade do PLD da controlada EDP Trading são avaliadas as exposições do portfólio de operações através de variações de 25% e 50% nas curvas *forward* de preço de energia, representada pela Dcide (empresa do setor para cálculo de curvas futuras de preço da energia).

38.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas 26 e 27.

A Administração da Companhia e das controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e das controladas são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) sendo que a Companhia e suas controladas apresentam em Caixa um montante cujo disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6) que refere-se à aplicação em fundo de investimento, de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro - LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; (iii) Contas a receber (Nota 7), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos; (iv) Ativo financeiro indenizável (Nota 20) cujo o saldo apresentado nas controladas de distribuição corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição; e (v) Ativos financeiros setoriais (Nota 8) que serão homologados pelo Poder Concedente e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 39.1.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para as passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

		Controladora					31/12/2021	
		31/12/2022						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total	
Passivos Financeiros								
Fornecedores		42.075	346	50		42.471	50.834	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		61.467	6.231		2.932	70.630	52.728	
Debêntures				22.308	25.985	48.293	236.629	
Empréstimos e financiamentos						-	105.305	
Derivativos				8.918		8.918	-	
Arrendamentos e aluguéis		336	1.008	2.349	10.280	4.577	18.550	8.154
		103.878	7.585	33.625	39.197	4.577	188.862	453.650
		Consolidado					31/12/2021	
		31/12/2022						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total	
Passivos Financeiros								
Fornecedores		1.040.206	178.323	267.584		1.486.113	2.072.990	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		61.467	6.231	1.615	2.017	71.330	317.012	
Debêntures			255.000	1.157.755	7.822.488	9.235.243	7.724.383	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		250.283	429.886	997.943	3.022.055	105.026	4.805.193	3.435.682
Derivativos				164.822	157.815		322.637	
Uso do bem público		4.049	11.241	30.792	368.962	115.408	530.452	506.134
Ressarcimento por indisponibilidade				500		500	2.945	
Arrendamentos e aluguéis		2.708	7.809	20.529	66.335	51.395	148.809	110.542
Licenças Ambientais		4.363	37.974	12.229	19.516		74.082	81.193
Compromisso futuro		142.334	269.448	708.461	524.899		1.645.142	645.857
Passivos financeiros setoriais				1.039.653	117.094		1.156.747	2.123.350
		1.505.410	1.195.912	4.401.916	12.101.181	271.829	19.476.248	17.020.078

38.2.2.1 Risco de sobrecontratação

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial no Decreto nº 5.163/04, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente e da consequente liquidação ao PLD. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite, sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

A estratégia para contratação de energia pelas distribuidoras busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os riscos com a compra de energia para atendimento ao mercado cativo. Para tal, a cada processo de decisão do montante de declaração de compra de energia em leilão e da participação em Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD ou venda de energia por meio do MVE, utilizam-se de modelos estatísticos para a projeções de diversos cenários de consumo, onde correlaciona-se variáveis climáticas, econômicas e tarifárias, além de modelos de otimização que buscam a minimização do custo, risco de penalidade e não-repasse tarifário.

Na regulação atual, a expansão em lastro do sistema energético nacional é garantida por meio da contratação de energia de longo prazo pelas distribuidoras, por meio da projeção do seu mercado cativo, com 3 a 6 anos de antecedência em relação ao período de suprimento da energia elétrica adquirida (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), ou seja, as decisões de contratações utilizam-se de projeções econômicas de longo prazo que em situação de normalidade não apresentam grandes variações. O montante dos compromissos contratuais para compra de energia futura firmados até 31 de dezembro de 2022 está apresentado na nota 39.1.

No cenário atual, além da queda no consumo ocasionada por uma conjuntura econômica adversa e imprevisível, a forte elevação nas tarifas do mercado regulado em contrapartida de um preço baixo no mercado livre, levaram muitos clientes a migrarem do ambiente cativo ao livre, motivados por uma redução do custo com a compra de energia. Ambos os fatores levaram as distribuidoras a um cenário generalizado de sobrecontratação.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação para que as distribuidoras possam elevar ou reduzir o volume de energia contratada, ou seja, administrar seus portfólios de contratos. São eles:

• Elevação do nível de contratação por meio da contratação nos Leilões A-7, A-6, A-5, A-4, A-3, A-2, A-1, A-0, de fontes alternativas (alterado pelo Decreto nº 9.143/17), de ajuste e também por meio de participações no MCSD tanto de Energia Existente quanto de Energia Nova com declaração de déficit;

• (i) Diminuição do nível de contratação por meio da redução dos volumes dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regular - CCEARs de energia existente por quantidade, com redução anual de até 4% do volume contratado por variações de mercado; (ii) declaração inferior a 96% do montante de reposição em Leilões A-1 (alterado pelo Decreto nº 8.828/16); (iii) redução de contratos de energia existente por quantidade por migração de consumidores convencionais e especiais (Previsto pela Resolução Normativa nº 726/2016) ao ACL; (iv) acordos bilaterais; e (v) participação em MCSDs com declaração de sobre e venda de energia para o ACL por meio do MVE.

Com a publicação da Lei nº 12.783/13, que tratou da prorrogação das concessões do setor de energia elétrica, os agentes detentores de cotas hidrelétricas cujo prazo de concessão terminasse em até cinco anos puderam solicitar a renovação da concessão, submetendo-as ao regime de Notas de Garantia Física, alocadas às distribuidoras por meio dos Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGFs. Assim, a partir de 2013, os CCGFs substituíram parte dos CCEARs de energia existente das distribuidoras.

No entanto, aos CCGFs não foi dada a prerrogativa de redução do volume contratado para que a distribuidora pudesse administrar o seu nível de contratação. Com esta alteração, alheia à gestão das distribuidoras, este segmento passou a não possuir mecanismos suficientes para se proteger contra a redução de consumo e migração de clientes ao ambiente livre. Nomeadamente, a participação do MCSD não, tampouco do MCSD Trocas Livres e do MCSD Mensal, ficaram limitadas. Logo, reduziu o volume de realizações nos CCEARs de energia existente tal como preconizado na Lei nº 10.848/04 e no artigo 29 do Decreto nº 5.163/04.

Além dos contratos CCGFs, que não apresentam a prerrogativa de redução do volume contratado, a perda de flexibilidade das distribuidoras na gestão de suas sobras contratuais foi potencializada pela introdução de CCEARs de energia existente por disponibilidade nos seus portfólios, os quais também não preveem cláusula contratual específica que permita a redução do montante contratado.

Em 2016 a Nota Técnica nº 109/2016 propunha o aprimoramento da Resolução Normativa nº 693/2015 permitindo criar o MCSD de Energia Nova como um mecanismo adicional para que tanto distribuidoras quanto geradoras pudessem descontratar energia no mercado regulado. Em 2018 mediante a Resolução Normativa nº 824 de 10 de julho e a Resolução nº 833 de 10 de dezembro do mesmo ano (revogada pela Resolução nº 869 de 28 de janeiro de 2020), foi regulamentado o MVE como instrumento adicional de gestão de sobra de energia para as distribuidoras. Contudo, esta nova normativa também limitou a eficiência do MCSD Energia Nova e dos contratos bilaterais na redução do nível de contratação, permitindo a utilização destes mecanismos apenas com usinas que não estejam em operação comercial.

Em 30 de novembro de 2021 a Diretoria da ANEEL aprovou a regra de repasse tarifário dos efeitos do MVE para os produtos anuais e semestrais. Entretanto, a apuração final do valor depende da definição dos montantes de sobrecontratação involuntária, que estão em discussão com a Agência. Com a publicação do Decreto nº 9.143/17 (Resolução nº 453 de 2011), passou-se a reconhecer a exposição contratual involuntária das distribuidoras sempre que observada a condição do máximo esforço do agente, em razão de: (i) compra frustrada de energia elétrica em leilões de contratação; (ii) acontecimentos extraordinários e imprevisíveis decorrentes de eventos alheios à vontade do agente vendedor, reconhecidos pela ANEEL; (iii) alterações na distribuição dos CCGFs, na disponibilidade de energia e potência da Itaipu Binacional, do PROINFA e, a partir do ano de 2013, das Usinas Angra 1 e Angra 2; e (iv) exercício da opção de compra por consumidores livres e especiais. Contudo, apesar de reconhecida a exposição involuntária, os critérios de cumprimento da condição de máximo esforço do distribuidor estão em fase de discussão na ANEEL no que se refere aos anos de 2016 em diante. A Resolução Normativa nº 869/20 determina ainda que para atender o critério de máximo esforço será exigida a declaração no MCSD Energia Nova de todos os montantes de exposição involuntária das distribuidoras.

Conforme mencionado na nota 8.1, em dezembro de 2021 foi emitida a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL com novos critérios de apuração da sobrecontratação involuntária que passará pela avaliação da Diretoria da ANEEL.

Em agosto de 2022 foi publicado o despacho ANEEL 2.169 que que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição, para os anos de 2016 e 2017, considerando (a) a retirada da avaliação do critério econômico para o cálculo da sobrecontratação involuntária de 2016 e 2017 e a adoção do critério de máximo esforço da exposição voluntária aplicada até 2015 e (b) estabelecer os montantes de involuntariedade dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, sem a adoção do critério de 2,5% nos montantes de migração para o Ambiente de Contratação Livre como sobrecontratação involuntária para os anos de 2016 e 2017.

A sobrecontratação de energia, relativa ao exercício de 31 de dezembro de 2022, afetou positivamente o resultado da EDP Espírito Santo em R\$5.559 e negativamente da EDP São Paulo em R\$12.280.

No exercício de 2022, as distribuidoras participaram do MVE negociando os montantes de 119,07 MWm ao preço médio de R\$280,45/MWh para controlada EDP Espírito Santo e os montantes de 158,00 MWm ao preço médio de R\$286,93/MWh para controlada EDP São Paulo.

38.2.2.2 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e das controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *Covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *Covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 26 e 27. Até 31 de dezembro de 2022 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 39.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

38.2.3 Risco hidrológico

Geração

A energia vendida pelas controladas de geração dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concess

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Grupo EDP - Energias do Brasil participa ativamente no compartilhamento de experiências que contribuem para aumentar e construir conhecimento sobre o setor energético e questões relacionadas às mudanças climáticas. Desta forma, desde 2020, a Companhia coordena a plataforma “Ação pelo Clima” da Rede Brasil do Pacto Global criada pela ONU, participando ativamente no compartilhamento de boas práticas na gestão climática.

Em 2022, foi anunciada a carteira atualizada do Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70), que entrou em vigor no dia 1º de abril de 2022 e na qual a Companhia está presente, sendo uma das empresas com score A. O índice mensura o desempenho financeiro de uma carteira teórica composta por empresas listadas na B3, que atuam em território nacional com elevado nível de conscientização sobre as questões climáticas e integração de medidas efetivas na redução de suas pegadas de carbono (Nota 1.2).

38.2.8 Risco operacional - Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

Além disso, a controlada faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

Outro risco que a Porto do Pecém pode ter é o de escassez de água, devido a ter seu abastecimento - fornecido pela Companhia Gestora de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) - advindo de águas superficiais, a partir das bacias do sistema Jaguaribe-metropolitano, que depende principalmente das recargas pluviométricas. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

Visando economia no consumo de água, a Porto do Pecém realizou algumas ações de melhoria no processo, que resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

38.2.9 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada às empresas do Grupo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos, refinanciar as dívidas existentes ou vender ativos.

Em relação à estrutura de capital, a Companhia monitora o índice representado pela “Divida Líquida Consolidada” dividida pelo “EBITDA Consolidado”, cujo limite máximo é de até 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 2,1 vezes.

	Consolidado		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	26 e 27	14.281.564	10.597.514
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(4.197.196)	(2.699.490)
(-) Títulos e valores mobiliários	6	(1.952)	(11.722)
(-) Cauções vinculados à dívida		(17.243)	(5.798)
Divida líquida		10.065.173	7.880.504
Total do Patrimônio Líquido		11.895.759	12.258.818
Total do capital		21.960.932	20.139.322
Índice de alavancagem financeira - %		45,83	39,13

39. Compromissos contratuais e Garantias

39.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassem a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	Controladora					31/12/2021
	31/12/2022					Total
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	141.076	80.616	22.953	25.940	270.585	201.852
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.456	1.304			5.760	24.838
	145.532	81.920	22.953	25.940	276.345	226.690
	Consolidado					
	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	14.265	13.629	47		27.941	4.558
Obrigações de compra						
Compra de Energia	5.172.752	9.172.259	7.464.127	29.559.397	51.368.535	47.980.511
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.167.162	2.225.657	2.090.467	992.107	6.475.393	4.139.154
Materiais e serviços	3.056.749	2.270.125	409.228	44.239	5.780.341	4.484.063
Prêmio de risco - GSF				25.605	25.605	24.660
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.534.354	1.154.901	298.110	300.183	3.287.548	3.090.752
	10.945.282	14.836.571	10.261.979	30.921.531	66.965.363	59.723.698

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2021
	31/12/2022					Total
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	136.200	85.722	27.989	41.615	291.526	201.336
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.358	1.563			5.921	29.719
	140.558	87.285	27.989	41.615	297.447	231.055
	Consolidado					
	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	13.773	14.364	56		28.193	4.607
Obrigações de compra						
Compra e Energia	5.172.750	10.160.238	9.041.777	46.624.289	70.999.054	71.532.960
Encargos de conexão e Transporte de Energia	1.167.141	2.470.162	2.529.044	1.264.404	7.430.751	5.030.678
Materiais e serviços	2.951.078	2.412.630	497.318	71.656	5.932.682	4.687.031
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.589.048	1.609.848	500.815	677.050	4.376.761	5.581.149
	10.893.790	16.667.242	12.569.010	48.687.450	88.817.492	86.886.476

39.2 Garantias

		Limite máximo garantido			
		Controladora		Consolidado	
Garantias	Tipo de garantia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval do Acionista	364.360	336.751	361.593	333.940
Ações judiciais	Fiança Bancária; e Seguro Garantia	310.085	191.502	310.085	191.502
Contrato de Arrendamento	Recebíveis			35.207	33.839
Executante construtor	Seguro Garantia	78.190	305.483	78.190	264.416
Outros	Recebíveis; e Seguro Garantia	7	1.611	108.664	85.796
		752.642	835.347	893.739	909.493

Os valores em garantia de Compra de energia (Nota 25), Debêntures (Nota 26) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 27), estão demonstrados em suas respectivas notas.

40. Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

40.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna “Holding” refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida coluna “Holding”, bem como a coluna “Outros” são apresentadas para fins de consolidação do resultado.

A visão de segmento da Companhia foi alterada no exercício de 2022 afim de demonstrar adequadamente a consolidação de seus esforços no Plano Estratégico 2021-2025. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2021 também estão demonstrando esta nova visão:

	2022							
	Distri-buição	Geração	Comercia-lização	Clientes	Trans-missão	Holding	Outros	Elimi-nação
	10.681.181	2.729.687	3.314.744	552.635	1.513.084	4.400	-	(1.508.076)
Receitas								17.287.655
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	(5.612.244)	(621.988)	(3.165.334)	(306.832)			1.497.327	(8.209.071)
Custo da produção da energia elétrica		(286.087)		(33.307)				(319.394)
Custo de operação	(840.410)	(480.469)	(12.232)	(43.825)	(68.128)		16.422	(1.428.642)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.543.876)		(245)	(110.898)	(446.090)		4.283	(2.096.826)
	(7.996.530)	(1.388.544)	(3.177.811)	(494.862)	(514.218)	-	-	1.518.032
	(1.388.544)	(3.177.811)	(494.862)	(514.218)				(12.053.933)
Lucro bruto	2.684.651	1.341.143	136.933	57.773	998.866	4.400	-	9.956
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(158.836)		(162)	(531)	(285)			(159.814)
Despesas gerais e administrativas	(342.684)	(90.482)	(13.046)	(24.400)	(28.252)	(148.290)	(3.806)	(65.574)
Ganho na alienação de investimento						326.252		326.252
Outras Despesas e Receitas operacionais	(159.924)	(837.350)	(281)	(7.902)	(2.068)	(32.872)	(6.295)	(439.533)
	(661.444)	(927.832)	(13.489)	(32.833)	(30.605)	145.090	(10.101)	(499.107)
		58.642	18.621			842.448	135.329	(841.076)
Resultado das participações societárias								213.964
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	2.023.207	471.953	142.065	24.940	968.261	991.938	125.228	(1.330.227)
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	369.194	122.315	14.714	7.058	58.385	60.520	82.104	(48.067)
Despesas financeiras	(888.085)	(362.639)	(89.963)	(29.421)	(444.928)	(33.408)	(332.447)	48.067
	(518.891)	(240.324)	(75.249)	(22.363)	(386.543)	27.112	(250.343)	-
								(1.466.601)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.504.316	231.629	66.816	2.577	581.718	1.019.050	(125.115)	(1.330.227)
Tributos sobre o lucro								1.950.764
Imposto de renda e contribuição social correntes	(305.962)	(242.629)	(3.450)	(5.145)	(12.440)			(569.626)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(112.612)	(363.842)	(7.612)	(8.880)	(144.456)	2.387	63.435	162.540
	(418.574)	(1.025.116)	(14.025)	(156.896)	2.387	63.435	162.540	(788.411)
Resultado líquido do exercício	1.085.742	(134.213)	55.754	(11.448)	424.822	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)
Atribuível aos acionistas controladores	1.085.742	(316.763)	55.754	(11.448)	416.083	1.021.437	(61.680)	(1.167.687)
Atribuível aos acionistas não controladores		182.550			8.739			191.289

	2021								
	Distri- buição	Geração	Comercia- lização	Clientes	Trans- missão	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	11.706.295	3.824.014	2.955.211	259.539	1.746.621	2.981	-	(1.620.507)	18.874.154
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	(7.838.933)	(697.322)	(2.833.989)	(155.592)				1.612.196	(9.913.640)
Custo da produção da energia elétrica		(1.330.112)		(21.715)				3.147	(1.348.680)
Custo de operação	(806.435)	(462.992)	(15.860)	(29.715)	(12.371)			565	(1.326.808)
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.097.918)	-	(45)	(22.542)	(1.053.349)			4.599	(2.169.255)
	(9.743.286)	(2.490.426)	(2.849.894)	(229.564)	(1.065.720)	-	-	1.620.507	(14.758.383)
Lucro bruto	1.963.009	1.333.588	105.317	29.975	680.901	2.981	-	-	4.115.771
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	(140.537)	-	5.047	332					(135.158)
Despesas gerais e administrativas	(260.836)	(94.030)	(12.220)	(21.484)	(17.648)	(138.232)	(4.150)	(31.239)	(579.839)
Ganho na alienação de investimento						320.556			320.556
Outras Despesas e Receitas operacionais	(96.295)	(27)	(34)	(45.147)	1.594	(6.843)			(146.752)
	(497.668)	(94.057)	(7.207)	(66.299)	(16.054)	175.481	(4.150)	(31.239)	(541.193)
Resultado das participações societárias		5.601	(4.249)		2.051.098		114	(1.810.148)	242.416
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	1.465.341	1.245.132	93.861	(36.324)	664.847	2.229.560	(4.036)	(1.841.387)	3.816.994
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	260.659	42.712	10.864	1.856	11.623	5.842	1.128	(28.331)	306.353
Despesas financeiras	(533.171)	(328.300)	(22.900)	(11.661)	(170.432)	(69.758)	(45)	28.332	(1.107.935)
	(272.512)	(285.588)	(12.036)	(9.805)	(158.809)	(63.916)	1.083	1	(801.582)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.192.829	959.544	81.825	(46.129)	506.038	2.165.644	(2.953)	(1.841.386)	3.015.412
Tributos sobre o lucro									
Imposto de renda e contribuição social correntes	(186.749)	(185.108)	1.687	(3.283)	(2.941)	(5.979)			(382.373)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114.995)	(4.526)	(23.540)	(822)	(137.967)		173	549	15.634
	(301.744)	(189.634)	(21.853)	(4.105)	(140.908)	(5.806)	549	15.634	(647.867)
Resultado líquido do exercício	891.085	769.910	59.972	(50.234)	365.130	2.159.838	(2.404)	(1.825.752)	2.367.545
Atribuível aos acionistas controladores	891.085	571.180	59.972	(50.234)	356.153	2.159.838	(2.404)	(1.825.752)	2.159.838
Atribuível aos acionistas não controladores		198.730			8.977				207.707

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado								Controladora		Consolidado	
Efeito não caixa								2022	2021	2022	2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Variação monetária cambial	de mercado/ presente	Adições/ baixas	Outros	Saldo em 31/12/2021				
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento											
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.326	(385)	376		(3.519)		5.798				
	9.326	(385)	376	-	(3.519)	-	5.798				
Aumento (diminuição) de passivos financiamento											
Dividendos	514.171	(755.319)			884.314	37.708	680.874				
Debêntures	5.216.201	1.876.941	432.312	(95.089)	294.018		7.724.383				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.818.691	(702.918)	52.580	4.654	(299.876)		2.873.131				
Ações em tesouraria	(145.988)	(426.442)			481.896		(90.534)				
Arrendamentos e aluguéis	70.798	(35.565)		12.853	58.117	4.207	110.410				
Acionistas não controladores											
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	15.000					15.000				
Capital social	5.502.716	13.700			(13.700)		5.502.716				
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	-	3.800			(3.800)		-				
	14.976.589	(10.803)	484.892	(77.582)	1.400.969	41.915	16.815.980				
Movimento relativo às atividades de financiamento											
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	14.967.263	(10.418)	484.516	(77.582)	1.404.488	41.915	16.810.182				
42.2 Transações não envolvendo caixa											
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.											
Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:											
Constituição de dividendos e JSCP a receber								39.957	42.783	39.957	49.809
Constituição de dividendos e JSCP a pagar								559.197	512.960	898.040	675.148
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão										12.003	384.062
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências										17.314	(12.030)
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão										7.471	(23.183)
Constituição (reversão) de contraprestação contingente											34.466
Aumento de capital com integralização de AFAC										230.300	63.230
Hedge de fluxos de caixa										999	2.292
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC								134.100	15.700		
Constituição do Uso do Bem Público no intangível											11.728
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado								11.907	7.520	57.742	61.177
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão										45.481	27.964
Total								745.161	578.963	1.321.035	1.262.935
43 Eventos subsequentes											
43.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada											
No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgamento favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.											
As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil não possuem discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgamento que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia e suas controladas seguem avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.											
43.2 Lei Complementar (LC) Nº 194											
Em continuidade ao mencionado na nota 4.17 acerca da LC nº 194, em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada pelo Supremo Tribunal Federal decisão na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do art. 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.											
Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.											

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Vera de Moraes Pinto Pereira Carneiro Conselheira	Modesto Souza Barros Carvalhosa Conselheiro	Francisco Carlos Coutinho Pitella Conselheiro	Juliana Rozenbaum Munemori Conselheira
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz Vice-Presidente	Ana Paula Garrido de Pina Marques Conselheira		Pedro Sampaio Malan Conselheiro	Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Adir Pereira Keddi Conselheiro	Araldo José Vollet Conselheiro	João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro
--	--	---

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

João Manuel Verissimo Marques da Cruz Diretor-Presidente	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores	Carlos Emanuel Baptista Andrade Diretor Vice-Presidente de Clientes
Luiz Otavio Assis Henriques Diretor Vice-Presidente de Geração e Redes		Fernanda Nascimento Pires Carsughi Diretora Vice-Presidente de Pessoas e ESG

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)	Carla Renata Baptistaô Contadora - CRC 1SP328362/O-5
--	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EDP - Energias do Brasil S.A., em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023 às 09:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, manifestamo-nos, por unanimidade, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

	São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.	
Adir Pereira Keddi Conselheiro efetivo	Araldo José Vollet Conselheiro efetivo	João António de Sousa Araújo Ribeiro da Costa Conselheiro efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EDP Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Energias do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- (1) **Valor recuperável (“impairment”) dos ativos não financeiros relacionados a Unidade Geradora de caixa de Pecém (Consulte as notas explicativas 3.7, 4.24, 18, 23 e 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)**

A controlada da Companhia Porto do Pecém Geração de Energia S.A. identificou indicadores de desvalorização dos seus ativos não financeiros e realizou o teste de redução ao valor recuperável conforme requerido pelo CPC 01, essa desvalorização gerou a provisão para redução ao valor recuperável no montante total de R\$1.206.209, sendo R\$833.576 referente a redução no valor contábil de ativos da controlada Porto do Pecém acrescido da redução do valor de impostos diferidos ativos realizáveis no montante de R\$85.795 bem como a baixa dos valores justos reconhecidos na Companhia à época da aquisição de 100% das ações da controlada Porto do Pecém no montante de R\$286.838. A controlada avalia a recuperação do valor contábil das suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas chaves.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas referidas premissas poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, comparando-as com os dados históricos e informações de mercado, bem como avaliamos a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a Companhia e comparamos com informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

- (2) **Combinação de negócios - aquisição EDP Transmissão Goiás S.A. (Consulte as notas explicativas 3.4., 4.7 e 18.1 às demonstrações financeiras consolidadas)**

A controlada integral da Companhia Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. concluiu em 07 de fevereiro de 2022 o processo de aquisição do controle da EDP Transmissão Goiás S.A. (nova denominação da Celg Transmissão S.A.), empresa que atua no segmento de transmissão de energia. Esta transação representou uma aquisição de negócios (*business combination*) e foi contabilizada pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração da Mais Valia registrada como Intangível - Direito de Concessão. Tais procedimentos envolvem, um elevado grau de subjetividade e a necessidade de que sejam determinadas estimativas de valores justos baseadas em premissas relacionadas ao desempenho futuro do negócio adquirido que estão sujeitas a um elevado grau de incerteza. Face ao exposto, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas, com o objetivo de obter as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle (condições precedentes obtidas). Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (i) analisamos a metodologia utilizada para a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, (ii) avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e dos cálculos efetuados, confrontando com dados históricos e informações de mercado, e (iii) efetuamos o recálculo da determinação da mais valia apurada na operação com base nas premissas utilizadas pela Companhia. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados com a aquisição EDP Transmissão Goiás S.A., bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

- (3) **Reconhecimento de receita de fornecimento não faturado nas distribuidoras (Consulte as notas explicativas 7 e 33 às demonstrações financeiras consolidadas)**

Parte das receitas de vendas de energia das distribuidoras é calculada mensalmente efetuando-se a estimativa dos valores de energia fornecida aos consumidores, ainda não faturada na data do balanço, em virtude da defasagem entre a data da última leitura da medição e a data do encerramento do exercício social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor estimado de venda de energia fornecida aos consumidores e não faturada totalizava nas demonstrações financeiras consolidadas R\$504.981 mil. O reconhecimento da referida receita envolve julgamento significativo pelas distribuidoras da Companhia para a estimativa de consumo do volume de energia fornecida e respectiva atribuição às diferentes classes de consumidores, índice de perda e a tarifa vigente.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes e julgamentos significativos que envolvem a estimativa de consumo que podem impactar o valor das receitas e contas a receber nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos as principais premissas utilizadas pelas controladas da Companhia e o índice de perdas técnicas e não técnicas, carga real de energia distribuída no mês e tarifa média. Adicionalmente, avaliamos os dados utilizados no cálculo da estimativa efetuada pelas controladas da Companhia e efetuamos o recálculo da receita de fornecimento não faturado. Avaliamos também as divulgações da Companhia em relação às demonstrações financeiras consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração da receita de fornecimento não faturado, os quais não foram registrados, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento não faturado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

- (4) **Reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos - (Consulte as notas explicativas 15, 33 e 38.1 às demonstrações financeiras consolidadas)**

As controladas EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. e EDP Smart Energia Ltda. possuem operações de compra e venda de energia futura e tais operações enquadram-se na definição de instrumentos financeiros derivativos de acordo com o CPC 48 (IFRS9). As variações do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, entre a data dos respectivos contratos e 31 de dezembro de 2022, são registradas no balanço patrimonial e resultado das investidas. O valor justo desses derivativos é estimado com base em preço observável, e, em parte pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, (ii) preços de referência de energia (curva *forward*), e (iii) taxa de desconto. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício.

Constituição de dividendos e JSCP a receber
Constituição de dividendos e JSCP a pagar
Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao, imobilizado, intangível e ativos da concessão
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão
Constituição (reversão) de contraprestação contingente
Aumento de capital com integralização de AFAC
Hedge de fluxos de caixa
Aumento de capital em subsidiária com integralização de AFAC
Constituição do Uso do Bem Público no intangível
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado
Provisão de fornecedores dos ativos de concessão
Total

2022	2021	2022	2021
39.957	42.783	39.957	49.809
559.197	512.960	898.040	675.148
		17.003	384.062
		12.314	(12.030)
		7.471	(23.183)
			34.466
		230.300	63.230
		999	2.292
134.100	15.700		
		11.728	
11.907	7.520	57.742	61.177
		45.481	27.964
745.161	578.963	1.321.035	1.262.935

43 Eventos subsequentes

43.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso. As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil não possuem discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia e suas controladas seguem avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

43.2 Lei Complementar (LC) Nº 194

Em continuidade ao mencionado na nota 4.17 acerca da LC nº 194, em 10 de fevereiro de 2023 foi publicada pelo Supremo Tribunal Federal decisão na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7195/DF concedendo pedido liminar para suspender os efeitos do art. 2º da referida LC, no que tange à exclusão da incidência do ICMS sobre o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Os efeitos da decisão são imediatos a partir da data da publicação, mantendo-se, portanto, a aplicação da redução da alíquota do ICMS, mas restabelecendo a base de cálculo para incluir o valor relativo aos serviços de transmissão e distribuição bem como aquele correspondente aos encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e julgamentos significativos que envolvem a estimativa do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo, que podem impactar os valores de instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo na marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo (operações de compra e venda de energia futura). Com o auxílio de nossos especialistas de instrumentos financeiros, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, tais como (i) preços de liquidação das diferenças (PLD) projetados, (ii) preços de referência de energia (curva *forward*), e (iii) taxa de desconto, comparando com informações disponíveis e observáveis e outros dados externos observáveis utilizados pelas investidas da Companhia para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, também realizamos uma avaliação independente, recalculando o valor justo dos contratos. Além disso, realizamos discussões com a Companhia e comparamos informações históricas projetadas com a realização das compras e vendas já incorridas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento e mensuração das operações de compra e venda de energia futura classificadas como instrumentos financeiros derivativos, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 Fº SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2





EDP registra EBITDA de R\$ 5,3 bilhões em 2022

A empresa reportou ainda Lucro Líquido de R\$ 1 bilhão

A EDP, empresa que atua em todas as áreas de negócios do setor elétrico brasileiro, registrou em 2022 um EBITDA (lucro antes de taxas, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 5,3 bilhões, que representa aumento de 22% em relação a 2021, e reflete a eficiência operacional da empresa, mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador.

O Lucro Líquido reportado foi de R\$ 1 bilhão, reflexo do reconhecimento da imparidade de R\$ 1,2 bilhão em Pecém, fato já comunicado e que não impactará a capacidade da empresa na geração de caixa, no pagamento das dívidas ou obrigações financeiras, e no atendimento à política de dividendos. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, o Lucro Líquido ajustado atingiu R\$ 1,3 bilhão, aumento de 14,2% em relação ao último exercício.

Em distribuição, o ano foi marcado novamente pela ampliação dos investimentos, que resultaram, inclusive, na adição de 10 novas subestações às áreas de concessão da empresa em São Paulo e no Espírito Santo. A conclusão do processo de revisão tarifária da EDP ES também foi destaque ao gerar uma glosa de apenas 0,18%, o menor índice da história, que passou a ser referência para todo o setor, além de refletir a eficiência, a otimização e a capacidade técnica da EDP.

A fim de concretizar sua estratégia de possuir um portfólio mais balanceado de geração, ou seja, com menos exposição aos riscos hidrológicos, a empresa realizou a venda da Usina Mascarenhas. Segundo o ranking nacional do regulador Aneel, são da EDP as duas melhores hidrelétricas do país – Peixe Angical e Lajeado. No âmbito financeiro, o ano foi marcado pela reestruturação da dívida de Pecém com taxas competitivas de mercado. Adicionalmente, a usina do Ceará foi pioneira ao produzir a primeira molécula de hidrogênio verde da América Latina, por meio de um projeto de Pesquisa & Desenvolvimento, que traduz para a prática a estratégia da EDP em liderar a transição energética e inovar dentro do setor elétrico.

Em transmissão, a aquisição da EDP Goiás se concretizou com eficiência e em tempo recorde. Em menos de 100 dias o processo de transição foi concluído, permitindo a integração de 100% do ativo aos sistemas da empresa, garantindo sinergias importantes e agilidade na condução do negócio. A entrega antecipada de lotes de transmissão, uma das marcas registradas da EDP, foi mantida em 2022 com a conclusão de obras em diversos estados. A energização dessas linhas representa 90% da RAP total do portfólio. No último trimestre de 2022, a empresa avançou também com um novo investimento, ao vencer o lote 2 do leilão realizado pela Aneel. Localizado em Rondônia, este é o segundo empreendimento da EDP no estado, uma linha de 188 quilômetros de extensão que ligará as cidades de Porto Velho a Abunã.

Na estratégia de crescimento em energia solar, a geração distribuída remota compartilhada se consolidou como o foco da EDP nesse segmento devido aos seus grandes avanços e resultados. A empresa desenvolveu um modelo de negócio para implementar fazendas solares de energia remota compartilhada, que contribui para levar energia limpa e economia para pequenas e médias empresas. Com a resposta positiva do mercado, o objetivo é expandir unidades produtoras e as regiões atendidas. Também em 2022, a EDP anunciou um novo projeto fotovoltaico de larga escala com capacidade de 255 MWac e previsão de entrada em operação em 2024. Com essas ações, a empresa encerrou o ano com cerca de 450 MWac em seu portfólio, um avanço significativo rumo a meta de 1 GW de geração solar no Brasil até 2025.

Os dividendos referentes ao ano de 2022 e aprovados pelo Conselho de Administração totalizam R\$ 804,4 milhões, o que corresponde a R\$ 1,42 por ação. O payout será de 50% do Lucro Líquido ajustado enquanto o índice de dívida líquida/EBITDA ajustado é de 2,4x, indicadores estes que atendem à Política de Dividendos divulgada em 2020 pela EDP.

“Nossas entregas são coerentes, sólidas e totalmente aderentes ao nosso Plano de Negócios para geração de valor.

A excelência na execução e a eficiência operacional permitiram que tivéssemos conquistas significativas em cada uma das nossas áreas de atuação. Por tudo isto, agradeço às quase 12 mil pessoas que constroem a EDP a cada dia e estou confiante de que 2023 será um ano desafiador e relevante para a nossa estratégia de crescimento, que tem sempre como base a sustentabilidade e a excelência”, destacou João Marques da Cruz, CEO da EDP Brasil.

